Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

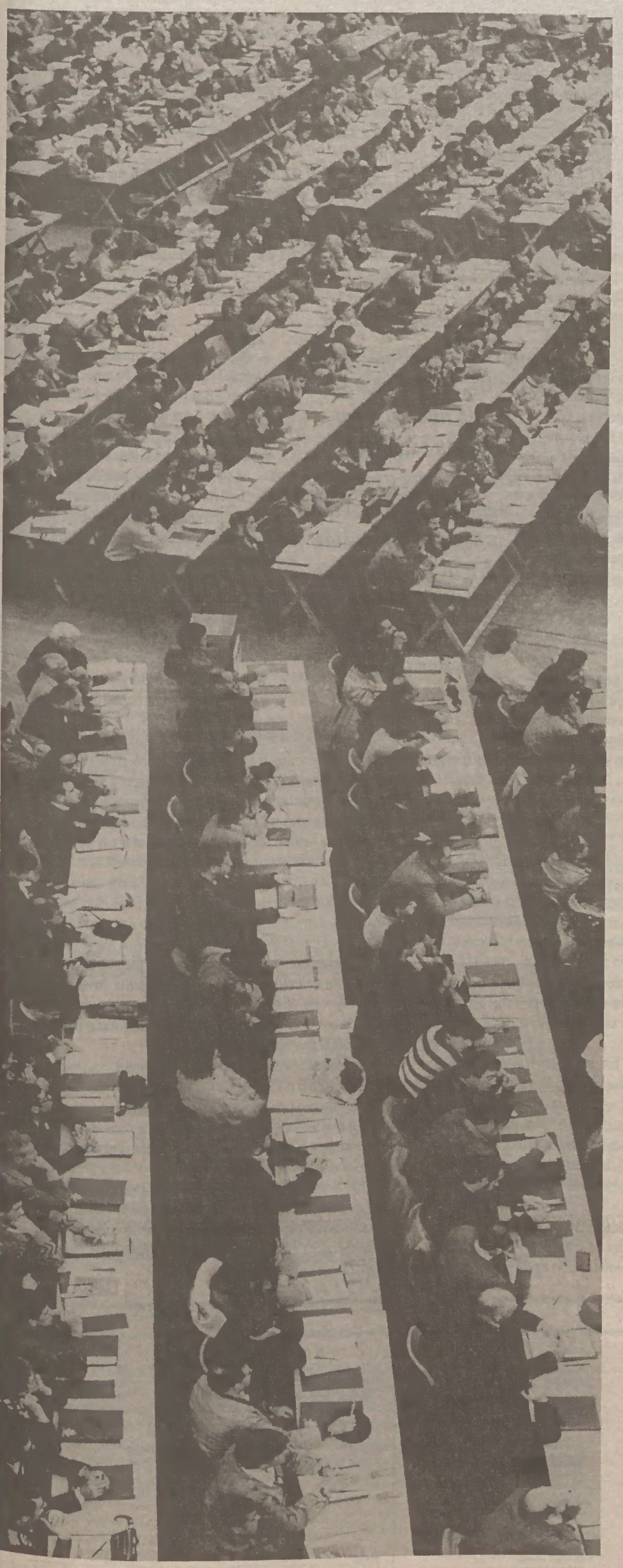
Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISNN 0870-1865 • 5 de Dezembro de 1996 • Preço: 150$00 (IVA incluído) • N.º 1201 • Director: Carlos Brito

O Congresso amanhã no Porto

Os trabalhos do XV Congresso do PCP têm início amanhã e prolongam-se até domingo.

Págs. 16 a 21



XV

CONGRESSO

PCP

UM PARTIDO MAIS FORTE
NOVO RUMO PARA PORTUGAL

PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996

Editorial **Impulso essencial**

Comunistas de Lisboa assinalam a cimeira da OSCE com uma acção de solidariedade com os povos em luta

RESUMO

27
Quarta-feira

Estudantes do Ensino Superior de todo o país deslocam-se a Lisboa para protestar contra a alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo ■ A propósito da proibição da realização da manifestação de solidariedade contra os povos em luta, a DORL do PCP acusa o Governo Civil de Lisboa de decretar um «regime de estado de sítio» em Lisboa durante os dias da cimeira da OSCE ■ O Governo admite restringir o objecto de acordo de concertação estratégica ■ Os camionistas franceses assinam um acordo sobre a reforma aos 55 anos de idade ■ Pelo nono dia consecutivo, realizam-se manifestações na Jugoslávia contra a anulação dos resultados em algumas assembleias de votos nas eleições de 17 de Novembro ■ A NATO aprova um mandato de 18 meses para o futuro contingente que vai substituir a IFOR na Bósnia.

28
Quinta-feira

O deputado comunista João Amaral denuncia a recolha ilegal de dados pela Autoridade Nacional de Segurança, serviço à margem da lei, sob a tutela do Ministério da Defesa ■ Carlos Carvalhas participa no desfile e no acto de abertura de um pavilhão sobre o XV Congresso do PCP situado na Praça da Figueira, em Lisboa ■ Jorge Sampaio envia para o Tribunal Constitucional o diploma das vagas adicionais no Ensino Superior ■ O Governo anuncia o fecho de 50 incineradoras nos hospitais ■ A greve dos camionistas franceses continua a paralisar a França ■ Em referendo sobre a nova Constituição, os argelinos reforçam os poderes do presidente.

29
Sexta-feira

Álvaro Cunhal participa num debate sobre o Congresso do PCP, em Évora ■ Os ferroviários fazem uma greve de 24 horas, contra a «nova operação de desmembramento da CP» ■ Os camionistas franceses levantam os bloqueios depois dos sindicatos, patronato e governo assinarem cinco protocolos ■ Os rebeldes zairenses avançam para o norte do país ■ Na Rússia, a Duma inicia o debate sobre a retirada das últimas tropas russas da Tchetchénia.

30
Sábado

A Ordem dos Médicos defende a alteração à lei do Aborto ■ A Federação das Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico reúne-se para debater a alteração à Lei de Bases ■ Os trabalhadores dos hotéis Ritz e Tivoli suspendem a greve prevista para segunda-feira ■ As tropas do Uganda ocupam a cidade zairense de Kasindi e os montes Virunga ■ A situação militar degrada-se na República centro-Africana, com o reatar das trocas de tiros entre militares leais ao presidente e militares rebeldes ■ Portugal fica apurado para o Mundial de Andebol ■ Comemora-se o Dia Mundial contra a Sida.

1
Domingo

Os habitantes da Quinta do Mocho, em Loures, comemoram a legalização do seu bairro ■ Cem mil funcionários públicos manifestam-se em Barcelona contra o congelamento dos salários e pela defesa do serviço público ■ Os suíços rejeitam em referendo uma iniciativa destinada a acabar com os pedidos de asilo ■ O vulcão de Nyamulagira, a noroeste de Goma, entra em erupção junto aos campos de refugiados de Kahindo e Katale ■ Realiza-se a segunda volta das eleições presidenciais na Moldava.

2
Segunda-feira

Inicia-se a Cimeira da OSCE, em Lisboa ■ O PCP organiza um acto simbólico, em Lisboa, mostrando a sua solidariedade com os povos em luta ■ Os trabalhadores da Riopele cortam a estrada entre Vila Nova de Famalicão e Guimarães, manifestando a sua solidariedade com 94 trabalhadores despedidos pela empresa ■ Em Belgrado, vários blindados da polícia, autocarros da força antimotim e jipes estão de prevenção contra possíveis acções violentas dos 50 mil manifestantes que contestam o resultado das eleições.

3
Terça-feira

Acaba em Lisboa a Cimeira de OSCE, que traça o calendário do alargamento da NATO ■ O Presidente da República recebe Netanyahu a quem transmite partilhar a opinão de que a UE pode contribuir para a paz no Médio Oriente ■ Uma bomba deflagra na estação de metro de Port Royal, em Paris, matando duas pessoas e ferindo 80 ■ O Egipto retira o apoio à candidatura de Butros Ghali a secretário-geral da ONU ■ Com 77 anos, morre em Aix-en-Provence o historiador Georges Duby, célebre pelos seus trabalhos sobre a Idade Média.

EDITORIAL

Impulso essencial

As atenções dos comunistas de todo o país, bem como as dos seus amigos e aliados, vão concentrar-se nos trabalhos do XV Congresso do PCP que se iniciam amanhã, dia 6 de Dezembro, no Porto.

O lema do Congresso - «Um Partido mais forte/ novo rumo para Portugal» - chama a atenção de modo especial para as tarefas que conduzam ao reforço do PCP em todas as vertentes da sua actividade: na expressão orgânica,. na influência política, no peso eleitoral.

A ideia central do presente Congresso do PCP é a de que esse reforço constitui a condição indispensável para se abrir caminho para uma nova política, que represente uma viragem democrática na vida do país, um novo rumo para Portugal.

As Teses do Comité Central que foram debatidas no Partido durante mais de um mês deram origem, com as alterações que lhe foram introduzidas em resultado desse debate, à Proposta de Resolução Política agora apresentada à apreciação e votação do Congresso.

Ao abordar a questão da luta por uma alternativa esta Proposta de Resolução Política salienta em primeiro lugar: «o reforço do PCP na sociedade portuguesa, da sua ligação cada vez mais profunda com as massas populares, da sua organização, iniciativa e acção políticas, da sua intervenção nas instituições».

O caminho da alternativa compreende para os comunistas outras fundamentais tarefas, logo a seguir apontadas na Proposta de Resolução, como: o desenvolvimento do movimento de massas e dos movimentos e lutas sociais; a dinamização de um amplo movimento de debate, diálogo e acção comum com outras correntes democráticas, organizações sociais e cidadãos empenhados na luta contra a política de direita; a dinamização da CDU; a mais ampla e qualificada comunicação com a sociedade; a afirmação do valor próprio das propostas e do projecto político do PCP.

É seguramente nestes pontos que se relacionam com o reforço do partido e o caminho para a alternativa que o debate do Congresso incidirá prioritariamente desencadeando, como é essencial, um novo impulso para a militância nas fileiras partidárias.

No reforço do Partido, a organização ocupa um lugar de primeira importância. A Proposta de Resolução, como antes as Teses que lhe deram origem, dedica-lhe uma grande atenção, retoma ou aponta com novidade várias direcção de trabalho para superar dificuldades e fragilidades existentes.

No debate preparatório do Congresso a matéria relativa à organização foi um dos pontos que mereceu a mais generalizada participação dos membros do Partido, o que constitui um indício muito positivo para avanços futuros.

Para que estes avanços futuros sejam também seguros é essencial tomar as mais justas opções. Neste sentido, a Proposta de Resolução salienta: «A viragem decidida das organizações do Partido para a organização e a mobilização dos trabalhadores, das outras camadas antimonopolistas e das populações para a luta continuará a constituir o caminho mais seguro para o reforço e o alargamento orgânicos, sociais, políticos e eleitorais do Partido.»

A Proposta aponta, também, a grande importância das células, sobretudo das células de empresa, e outros organismos de base, das estruturas intermédias de direcção, como as Comissões Concelhias, das novas adesões, da renovação e do rejuvenescimento de organismos.

A propósito do rejuvenescimento salienta-se, a certo passo: «Rejuvenescer o Partido significa avançar para uma presença mais numerosa, mais responsabilizada e responsável, mais interveniente, de quadros jovens no colectivo partidário a todos os níveis.»

Outra área decisiva para o reforço do Partido é a que se relaciona com a militância. A Proposta de Resolução Política aborda-a de diferentes ângulos, desde o carácter de dever estatutário, à sua necessária correspondência à força do ideal comunista e à justeza da linha política do PCP, até à sua imperiosidade para o avanço do Partido.

De modo muito lúcido e sugestivo assinala-se: «O "militante" contribui para fazer a diferença entre o PCP e os outros partidos. O Partido começa, prolonga-se e realiza-se pelo militante, na sua intervenção, social e política, institucional e de massas.»

Fundamental para a força e o reforço do Partido é, naturalmente, a fidelidade aos ideais do socialismo e do comunismo, à sua natureza de classe, à sua ideologia e princípios orgânicos, à interligação dialéctica entre o internacionalismo e o patriotismo por que sempre se guiou.

Dando mais força à alternativa proposta pelo PCP, o Congresso do Porto não é apenas o impulso essencial em termos partidários, é um impulso essencial na procura de respostas para os problemas do país, para uma viragem democrática em Portugal.

A evolução da situação política nacional tem confirmado amplamente as previsões do PCP e credibilizado ainda mais a sua proposta de uma nova política para Portugal baseada em valores e opções de esquerda.

Ao cabo de pouco mais de um ano de Governo PS o que domina a atmosfera do país não é o clima de festa que os governantes quiseram criar artificialmente a golpes de propaganda, mas o descontentamento que cresce praticamente em todas as classes e camadas da população, a luta que se desenvolve da parte dos trabalhadores, estudantes, reformados, agricultores, intelectuais e outros sectores, o mal-estar, a decepção e o sentimento de frustração entre muitos daqueles que votaram PS.

Tornou-se hoje evidente que o PCP não exagerava quando alertava mesmo antes das legislativas do ano passado para que um Governo do PS sozinho realizaria, nos aspectos essenciais, uma política semelhante à da direita e em aliança com ela.

Tornou-se hoje evidente que o PCP não adoptou uma atitude sectária (ao contrário do que alguns diziam na altura) quando denunciou o Programa do Governo PS como uma política de continuidade, nos aspectos fundamentais, da seguida pelos governos de Cavaco Silva, insistindo em opções, como corrida para a moeda única, as privatizações e o ataque aos direitos dos trabalhadores, que se têm revelado especialmente ruinosas para os interesses do país.

Tornou-se evidente que foi plenamente justo que o PCP se tivesse afirmado desde então como a oposição de esquerda e em todos os momentos agido e lutado em conformidade e coerência.

A crescente falência da política de direita, em que convergem PS, PSD e PP, mostra que essa política não pode ser o caminho para o nosso país. Coloca com premência na ordem do dia a necessidade de uma nova política com um referencial de valores diferentes e até opostos, uma verdadeira alternativa, como o PCP defende.

Dando mais força à alternativa proposta pelo PCP, o Congresso do Porto não é apenas o impulso essencial em termos partidários, é um impulso essencial na procura de respostas para os problemas do País, para uma viragem democrática em Portugal.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*
Rua Soeiro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!». SA — Av. Almirante Reis — 90. 7º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000$00. CRC matrícula: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A, — 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota – Linhó – 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 – 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87//815 35 11 – Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/ /815 35 11 – Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL
(Continente e Regiões Autónomas)
50 números: 6 750$00;
25 números: 3 487$50

EUROPA
50 números: 24 750$00

ESPANHA
50 números: 13 300$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 39 950$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU – 50 números: 26 650$00

* IVA e portes incluídos

Nome
Morada Telef.
Código Postal
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

E-mail: avante.pcp@mail.telepac.pt • Web: http://www.pcp.pt/pcp/

Perplexidades

A aparatosa realização da cimeira da OSCE, em Lisboa, suscita muitas perplexidades.

Quis antes de tudo perceber o alcance do feriado de segunda-feira e da tolerância de ponto de terça que paralisaram durante dia e meio centros nevrálgicos do país.

Como faziam os velhos adeptos do futebol que iam aos estádios, mas não perdiam o relato em directo pelo «transistor», liguei-me, para não perder pitada, a uma rádio privada e à televisão pública.

Foi quando o «nosso» primeiro-ministro subiu à tribuna para a abrir os trabalhos, na ausência das grandes vedetas do acontecimento, que dei por mim a imitar o Abrunhosa, clamando em surdina: «Socorro! Estou envergonhado. Não posso resistir a tanto ridículo!»

Então os senhores Clinton e Ieltsin não puseram cá os pés, os senhores Chirac e Major chegaram atrasados (Kohl também) e foram logo embora e o senhor Al Gore passou aqui numa corrida como se tivesse medo que se lhe pegasse alguma coisa? Foi assim que retribuíram os devotados cuidados do «nosso» Governo, ao meter os portugueses em casa, porque pelos vistos não somos de fiar, ao fazer parar a capital - as fábricas, os escritórios, os serviços públicos, as escolas, os centros de saúde e certos serviços hospitalares - ao interditar vastas áreas da cidade e paralisar o aeroporto? E tudo isto com que custos?

A histeria policial foi levada a tais exageros que o Governador Civil de Lisboa já se julgava em pleno «estado de sítio» e por isso quis proibir uma manifestação pacífica organizada pelo PCP.

É esta subserviência bacoca das autoridades portuguesas, quando se trata de grandes potências ou grandes potentados imperialistas ou até dos seus serviços secretos, que nos fazem vergonha e nos mostram como estão mal preparadas para fazer valer os direitos e os interesses do nosso povo e do nosso país.

Como já foi salientado por vários comentadores, ou havia condições para realizar a «cimeira» com as seguranças necessárias na nossa capital, como ela é, ou fazia-se noutro ponto do país (e alguns reuniam com certeza condições para isso), ou nem sequer se fazia cá.

O que não pode repetir-se é que a realização de uma reunião internacional em Lisboa, por mais importante que seja, brigue de tal maneira com as diferentes facetas da sua vida e a vida dos seus habitantes, que seja necessário decretar um feriado.

Na lógica dos serviços de segurança, que o Governo adoptou e pôs em prática, agora foi o feriado, amanhã seria a evacuação, por exemplo, das populações circundantes do Centro Cultural de Belém e por aí fora.

Haverá quem pense que se prestou um bom serviço à causa da segurança colectiva na Europa e à causa da paz no mundo.

Mas foi isso? Tudo indica que não.

O que prevaleceu na cimeira não foi a retomada pela OSCE do espírito da Acta Final de Helsínquia enquanto espaço privilegiado para o diálogo com base no respeito por todos os países independentemente da sua importância, mas as operações de cosmética para dar cobertura ao reforço e alargamento da NATO.

Foi esse o recado que os americanos mandaram por Al Gore e que encontrou as obediências do costume, incluindo da parte de Portugal...

■ **Carlos Brito**

À espreita do cidadão?

Um grande olho electrónico, parece, anda à espreita dos cidadãos. Temo-lo ao nosso lado, à nossa frente, atrás de nós ou em cima de nós. E não sabemos quanto o seu olhar alcança, a que momentos fixa, filma ou grava instantes da nossa vida, os mais públicos ou os mais privados.

E a fichagem electrónica de cidadãos por serviços de segurança (segurança?). Na passada semana o tema esteve em foco com a proposta do deputado do PCP João Amaral à Comissão de Defesa Nacional para apuramento das actividades da Autoridade Nacional de Segurança (ANS).

A bem dos valores de cidadania - é de esperar que o assunto seja esclarecido até se descobrir qual a extensão dos seus tentáculos...

Não está em causa a enorme vantagem da aplicação das novas tecnologias à ciência, à economia, à cultura, às actividades administrativas. Que progressos se podem realizar apliçando-as em proveito dos homens e de este planeta que é o nosso!

Mas que dizer às «redes informáticas», dos sistemas de escuta e controle electrónico - de agências de vigilância, públicas e privadas, policiais, militares, alfandegárias, comerciais ou de empresas - que, em grande promiscuidade, de forma cada vez mais invasora, usam a electrónica para controlo e devassa da vida privada e ameaça à liberdade de todos? (Não há já patrões que impõem o cartão magnético (com "impulsos" programados) para controlar a ida dos empregados à casa de banho?)

Às redes informáticas com criação de ficheiros (nacionais ou "europeus") juntam-se as redes de agentes de "segurança" e "vigilância" onde se elaboram novas doutrinas e novas concepções sobre os conflitos sociais e políticos.

Poderá permitir-se que organismos de controlo e espionagem dos cidadãos actuem sem legitimidade, escapando ao controlo dos órgãos democraticamente legítimos?

A Administração Pública, há um principal princípio a que não pode deixar de obedecer (sem descurar os outros): é o da legalidade. (Mas não se viu a facilidade com que escapou a mão ao Governador Civil de Lisboa quando, ilegal e inconstitucionalmente, queria proibir toda e qualquer manifestação política em Lisboa, durante a Cimeira da OSCE, como se a cidade estivesse em "estado de sítio"?)

Sob o conceito de "segurança", as actividades policiais de vigilância alargam-se sub-repticiamente a sectores da população julgados "potencialmente perigosos". Cria-se o conceito de "gestão de ameaças". "Arranjam-se" bodes expiatórios para desviar as atenções das verdadeiras causas que espalham entre a população sentimentos de insegurança e medo pelo futuro. (Não veio a público, há tempos, um "relatório" dos SIS sobre falsos "bandos suburbanos" de jovens negros?)

Simples perversão dos conceitos de "segurança" - ou leituras alarmistas da realidade social?

Na Cimeira da OSCE, de pasmar para os lisboetas em caminhos trancados à via pública, discutiu-se a segurança dos povos.

Mas de que segurança poderá a humanidade usufruir se ela não for pensada, construída e utilizada simultaneamente para o seu bem-estar, desenvolvimento harmónico e condições de felicidade pessoal? Sem serem tomados, em primordial linha de conta, os seus direitos, quer pessoais quer sociais, cívicos e políticos?

Se ainda estamos longe do pesadelo de controlo totalitário e de vigilância permanente imaginado há meio século por George Orwell no seu clássico "1984" - não é serenante pensar que novas versões (em formato reduzido?, ou informático?) poderão estar a ser determinadamente elaboradas em computador - e porventura levadas à prática, sem que o saibamos.

■ **Aurélio Santos**

Se quiserem

Lisboa, 30 de Novembro: manifestação de reformados. Com dignidade, com determinação, com a força da razão, contestaram as reformas de miséria a que a política de direita os condenou; protestaram contra a provocação que constituem os aumentos decididos pelo Governo PS; exigiram ser tratados como seres humanos.

Haviam pedido um encontro ao ministro que se diz da Solidariedade e de mais não sei que outras balelas semelhantes. Mas Sua Excelência não os recebeu: falta de tempo, percebem? Muito, muito ocupado, compreendem? Solidariedade de manhã à noite, diálogo de manhã à noite, uma estafa, percebem? Claro que percebem. Claro que compreendemos, sr. ministro, o tempo e o dinheiro não chegam para tudo nem para todos, as solidariedades do seu governo não estão para aqui viradas, são de outro conteúdo e assumem outras formas, têm outros destinatários e outras prioridades. Toda a gente sabe que não se pode dar 60 milhões de contos de indemnizações aos latifundiários; oferecer tudo quanto é empesa estatal rentável aos champallimauds e, em simultâneo, aumentar dignamente os reformados. Toda a gente sabe, igualmente, o bom investimento que é a distribuição assim equitativa desses milhões e como ela expressa com rigor o profundo conceito de solidariedade do senhor Primeiro-Ministro: é preciso que os ricos sejam cada vez mais ricos para poderem dar mais e maiores esmolas aos pobres. Porque quem dá aos pobres empresta a Deus – costuma dizer (garantem-me) Sua Excelência sempre que, acabada a missinha diária, arranca, país fora, por entre frémitos de luz, para a igualmente diária cruzada da solidariedade e do diálogo, assim: Aliás, reparem que 2/3 de vocês, reformados e pensionistas, já recebem quase 50 contos mensais!; e que, se juntarem a isso tudo o aumento agora decidido de 30 e tal escudos diários, ficam com uma pipa de massa, não é o suficiente?, bom, mas quem é que tem o que desejaria ter?, além disso, não esqueçam, as bem aventuranças de que desfrutareis no Céu serão tanto maiores quanto maiores forem as privações sofridas na Terra, pelo que não invejeis os ricos, esses coitados, é mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no reino do Céu, ah, ah, ah, esta foi boa...

Mas, dizia eu, Lisboa, 30 de Novembro, manifestação de reformados, protesto, luta, reivindicação, dignidade, direitos humanos. Notícia? Procurei no «Público» do dia seguinte: primeira página, nada; 2ª, 3ª,... última página: nem uma linha. Percebe-se: o «Público» é um jornal moderno, logo não lhe compete interessar-se por coisas antiquadas como são as manifestações. Além de que, se noticiasse as manifestações, como é que, depois, podia dizer que não há manifestações e que o estado de graça do governo continua?

Passo ao «Diário de Notícias». Primeira página: nada, 2ª, 3ª,... última página: nem uma linha. Percebe-se: o «DN» é, também, um jornal moderno, pelo que não pode conceder espaço a gente que protesta nas ruas e nas ruas reclama absurdas exigências. Além de que se noticiasse as manifestações como é que, depois, podia dizer que não há manifestações e que o estado de graça do governo continua?

Resumindo: o ministro da Solidariedade não o foi; os órgãos de informação também não. Verdadeiros e dignos foram os reformados. Que se manifestaram. Que protestaram. Que exigiram. Que lutaram.

E que, se quiserem – continuando a manifestar-se, a protestar, a exigir, a lutar, todos os dias, dia das eleições incluído – vencerão o ministro e a política de direita e obrigarão o «DN».e o «Público» a dar-lhes as suas primeiras páginas.

■ **José Casanova**

FOME

Há três semanas encerrou-se em Roma a Cimeira Mundial sobre a Alimentação. Em 1974, no Cairo, outra conferência alimentar mundial já discutira o problema e decidira um plano para acabar com a subnutrição em 10 anos. Passados 22 anos, apesar de todo o desenvolvimento do capitalismo e os progressos da ciência e da técnica, a mesma negra realidade está outra vez nua e crua sobre a mesa: *Contam-se hoje 814 milhões de seres humanos com fome no mundo, 200 milhões dos quais crianças menores de 5 anos; cada dia que passa morrem de fome 35.000 pessoas, metade crianças.*

Este genocídio quotidiano não se deve ao excesso da população (cujo crescimento está aliás em desaceleração), nem à famigerada "Lei de Malthus" (segundo a qual o crescimento da população suplantaria obrigatoriamente a produção de alimentos). Não! *Se entre 1961 e 1992 a população mundial cresceu do índice 100 para o índice 175, a produção agrícola total subiu de 100 para 205.* Considera-se como ração alimentar diária média conveniente 2800 calorias; e quando o consumo é inferior a 2400, está-se em situação de carência alimentar. Ora o conjunto da população dos países ditos "em desenvolvimento" apenas dispõe de 2500 calorias/dia por pessoa, ligeiramente acima do mínimo referido, bastante abaixo do padrão conveniente. A grande maioria, sobretudo na Ásia do Sul e Sudeste e em África. Na Índia e Bangladesh a ração média é de 2200, na África Subsaariana, apenas de 2100. Entretanto, nos EUA a média do consumo *per capita* é de 3500 calorias/dia!

Há um "Norte" empanturrado e um "Sul" esfomeado. Mas a geografia da fome baralha-se, quando se sabe que pelo menos 10% da população desses mesmos EUA sobrevive em estado de subnutrição. E na opulenta União Europeia a pobreza alastra. Porque *na raiz da fome está a pobreza, não a geografia*: a desigual distribuição das riquezas, a polarização social que o capitalismo vem agravando inexoravelmente. Quando a riqueza se concentra em poucos, há muitos, muitos sem conta que, pobres, têm que ir comer aos caixotes de lixo para sobreviver - como se pode ver em Nova Iorque, em Bruxelas, em... Lisboa. Brada aos céus contudo que onde a fome mais grassa é precisamente entre as massas rurais arruinadas pelos dogmas sacrossantos do FMI, BM, OMC, o "livre comércio", as "leis do mercado", a "competitividade" - isto é, os lucros chorudos dos poderosos *trusts* mundiais do *agrobusiness*.

Hoje, ainda se gastam no mundo mais de 100.000 milhões de contos por ano com despesas militares, quase tanto como o rendimento de metade da população do mundo. Desaparecido o "Império do Mal" (Reagan) que justificava a corrida aos armamentos, *o apregoado "dividendo da paz" não foi recebido pelos povos*. Continua a sumir-se nos cofres dos industriais e traficantes de armamento. Com encomendas certas dos poderosos deste mundo, que para manter os seus privilégios, disputar entre si o maior quinhão, imporem aos povos as desigualdades mais brutais, necessitam de armas e mais armas - até da arma da fome.

Viver esfomeado é sofrimento que tantos de nós só podemos imaginar. Mas para muitos é o amargo pão-nosso-de-cada-dia, até morrer de fome. Quem tem coração, tem compaixão. Compreendemos a caridade. Mas a caridade não cura a doença, pode até sustentá-la. À modéstia das intenções saídas de Roma chamou Fidel justamente vergonha. Mas vergonha, só para quem tem vergonha na cara. Nós têmo-la, mas não chega: indignação é precisa. E também não chega - imprescindível é lutar para pôr fim à lógica desumana deste mundo capitalista.

■ **Carlos Aboim Inglez**

SEMANA

Arafat impedido pelos EUA

Segundo o diário *Público*, o presidente palestiniano Yasser Arafat não esteve presente na cimeira da Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE), realizada esta semana em Lisboa, «aparentemente "devido a pressões dos Estados Unidos"» que não queriam «discutir numa cimeira europeia o processo de paz do Médio Oriente, do qual são patrocinadores».

Todavia, essa preocupação dos EUA não se aplicou a Israel, que esteve na cimeira representada ao mais alto nível pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu.

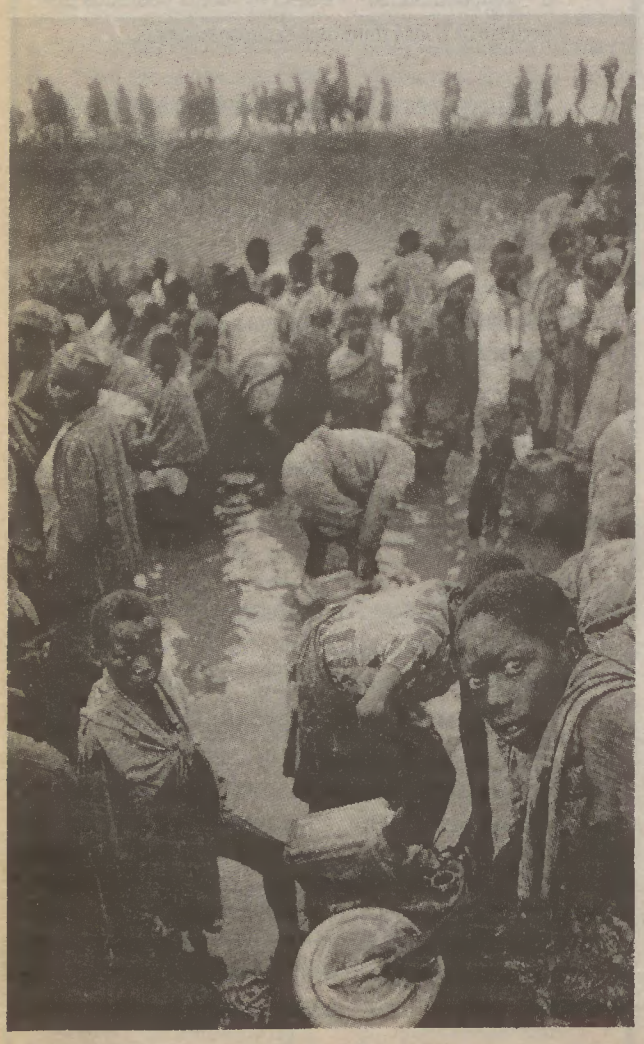
Ainda segundo o *Público*, Yasser Arafat tinha um convite formal do presidente português Jorge Sampaio para estar presente nesta cimeira e o próprio Governo português, segundo um diplomata palestiniano citado pelo jornal, se declarou «pronto a disponibilizar todas as condições, em todos os domínios - segurança, logística - para se dar mais um passo para a paz no Médio Oriente».

Presidenciais na Moldova

Petru Lusinchi vence, à segunda volta, as eleições presidenciais na Moldova, ex-república soviética que se tornou independente após a desagregação da URSS. Lucinchi conseguiu 54% dos votos contra os 46% obtidos pelo anterior presidente, Mircea Snegur. Segundo comentários entretanto surgidos no Ocidente, esta vitória prenuncia uma relação privilegiada com Moscovo, ao arrepio da aproximação da República Moldova com a Roménia conduzida por Mircea Snegur. A Moldova tem 4,5 milhões de habitantes, dos quais 60% falam romeno e teria sido o receio de uma integração na Roménia que levou à proclamação da independência feita em 1990 pela região do Transdniestre, vizinha da fronteira com a Ucrânia e onde se concentram 700 mil pessoas na maioria russófonas. Para a Moldova - que, desde a desagregação da URSS, se tornou das zonas mais pobres da Europa - o novo presidente prometeu, em campanha eleitoral «reformas de mercado socialmente orientadas» o que, segundo ainda os mesmos comentadores, terá recolhido apoios «de toda a esquerda, dos "media" e da Igreja Ortodoxa».

Alastra a guerra no Zaire

Agrava-se e alastra a guerra que há seis semanas se desenrola nas zonas fronteiriças do Zaire com o Burundi, o Ruanda e o Uganda, com as tropas deste último país africano a envolverem-se também no conflito, avançando das províncias zairenses do Kivu Sul e do Kivu Norte para a do Alto do Zaire, já nas imediações do Lago Mobutu Sese Seko, antigo Lago Alberto. A situação na zona é extremamente confusa, mas parece desenhar-se a criação de um novo Estado em território zairense: uma região «autónoma» ou «libertada» de bem mais de 30 mil quilómetros quadrados está a surgir desde Uvira, na margem do Lago Tanganica, até povoações situadas já em plena província do Alto Zaire. Entretanto, enquanto avança a rebelião contra o regime de Mobutu, quem não ata nem desata é a propalada operação multinacional «Phoenix Tusk», continuando sem se saber se haverá, ou não, esta semana largadas de víveres por avião ou helicóptero para centenas de milhares de pessoas deslocadas devido à guerra.



Mais desemprego e menos emprego

Segundo o Observatório do Emprego e da Formação Profissional (OEFP), as ofertas e as colocações diminuíram nos centros de emprego durante o primeiro trimestre deste ano, situação particularmente agravada na Zona Centro e no Alentejo. Entre Janeiro e Março estavam inscritos nos Centros 474.284 desempregados, o que corresponde a um aumento superior a 13%. Com um pormenor: destes quase meio milhão de desempregados, metade são de longa duração. O estudo do OEFP informa ainda que, em 1995, a taxa de desemprego cresceu para 7,2% e aumentou a procura do primeiro emprego, enquanto a evolução do emprego total se agravou, com a extinção de 26 mil postos de trabalho. Acrescenta, finalmente, que o emprego por conta de outrem evoluiu negativamente e os contratos não permanentes subiram 3,3%, bem como o emprego por conta própria. Este agravamento do desemprego e da diminuição dos postos de trabalho no nosso país é concomitante com o aumento da ilegalidade entre as chamadas «empresas de trabalho temporário», um número crescente das quais ou não têm alvará para tal actividade ou deixaram de ser empresas desse tipo sem o comunicarem às autoridades competentes, burlando assim os trabalhadores, a segurança social e o fisco, sem que a Inspecção do Trabalho actue ou o Governo modere o excesso de alvarás que, sem critério ou fiscalização, continua abundantemente a conceder para a formação destas «pseudo»-«empresas de trabalho temporário».

Mais um general demitido por Ieltsin

As Forças Armadas russas sofreram novo golpe de surpresa, com o anúncio feito pelo presidente Bóris Ieltsin da sua «intenção» de demitir o general Vladimir Semionov do cargo de comandante-em-chefe das tropas terrestres. Ieltsin justificou esta «intenção» - que, entretanto, ainda não concretizou - acusando o general de «actos que comprometem a honra e a dignidade dos militares e que são incompatíveis com o cargo ocupado». Segundo especulações surgidas de imediato em Moscovo, este anúncio de Ieltsin poderia estar relacionado com uma eventual implicação de Semionov na corrupção que grassa nas Forças Armadas, mas a Procuradoria Militar apressou-se a esclarecer que o nome do general «não aparece em nenhum processo criminal ligado à corrupção». Há também quem alvitre que Bóris Ieltsin precisa de «bodes expiatórios» para explicar o desastre da sua política na Tchetchénia e o «estado catastrófico» das Forças Armadas russas. Entretanto o general visado afirmou à agência Interfax que «não recebi quaisquer acusações concretas e convincentes do ministro da Defesa, pelo que as razões para o meu afastamento continuam a não ser claras».

FRASES

«Mas Portugal - *se houver moeda única* - entra. Terá, à primeira vista, evidentes vantagens financeiras. Os lucros do Banco de Portugal serão automáticos (...). Mas o desemprego não diminuirá nem os salários reais aumentarão.»

(Victor Cunha Rego, Diário de Notícias, 3.12.96)

«E onde entra o que se chama Portugal? Entra numa «Europa» onde, em princípio, não estarão a Itália e a Grécia, terras cujos povos criaram a civilização europeia.»

(idem)

«A única preocupação que o professor [Marcelo Rebelo de Sousa] levantou na passada terça-feira, foi a possibilidade de haver autarcas que se sentissem excluídos por não se verem indigitados nesta deslocação do líder nacional.»

(Pedro Vinha Costa, vice-presidente da Distrital do Porto do PSD, citado pelo Expresso, 30.11.96)

«Até agora quem se reinscreveu foi apenas uma pequena elite que não representa de forma alguma o partido.»

(Luís Filipe Menezes, ibidem)

«Nunca imaginei que nesta altura estivéssemos com tão poucas inscrições.»

(idem ibidem)

«Marcelo, como líder da oposição, é insuperável no PSD. Tem uma capacidade e uma preparação políticas de difícil ultrapassagem.»

(Manuela Ferreira Leite, ibidem)

«Creio que para uma pessoa se propor como candidata ao primeiro lugar do partido, tem de conhecer a estrutura partidária. Não se passa de soldado raso a general.»

(António Pedras, líder do PP-Braga, opondo-se à candidatura de Maria José Nogueira Pinto à liderança do PP, Público, 3.12.96)

«Tenho qualidades para líder.»

(Telmo Correia, subscritor de uma moção ao congresso do PP, O Independente, 29.11.96)

«Falta de cama / chanceler Kohl obriga hotel a abrir quarto para "gigantes".»

(Título e antetítulo de 1ª página, A Capital, 1.12.96)

«Também sou filho da mãe / João Soares a *A Capital*.»

(idem ibidem)

«Há alguma imprevisibilidade quanto ao que o PSD vai dizer, mas isso também faz parte das regras do jogo e da necessidade de um partido que ainda não se habituou à oposição.»

(Ministro-adjunto Jorge Coelho, Diário de Notícias, 30.12.96)

«PSD propõe ao PS "pacto global de regime".»

(Título de 1ª página do Expresso, 30.11.96)

CONGRESSO
PCP

UM PARTIDO MAIS FORTE
NOVO RUMO PARA PORTUGAL

PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996

Começa amanhã XV Congresso do PCP

Começa já amanhã, no Palácio de Cristal, no Porto, o XV Congresso do PCP. Centenas de reuniões, com a participação de milhares de militantes, foram realizadas por todo o País para discutir, propor alterações e enriquecer com a sua reflexão o projecto de Resolução Política que irá ser posto à aprovação do Congresso. Para levar os resultados da discussão havida, transmitir a sua opinião e representá-las nesta assembleia magna, as organizações do Partido Comunista Português elegeram cerca de 1750 delegados.

Para além do projecto de Resolução Política, os delegados eleitos irão ainda discutir e aprovar no Congresso as alterações aos Estatutos do PCP, assim como a proposta de composição do novo Comité Central.

Durante três dias, o Palácio de Cristal, no Porto, será, pois, palco da mais importante Assembleia dos comunistas portugueses.

Três mil convidados acompanharão os trabalhos, para cujo desenrolar foram ainda convidadas a assistir 700 personalidades de várias áreas da vida nacional.

Mais de 50 delegações estrangeiras trarão também ao Congresso do PCP a sua presença e a expressão da sua solidariedade activa para com a luta que os comunistas travam em Portugal.

O Congresso na rua

Em frente de uma enorme árvore de Natal feita de luzes – que a Câmara ultimava por cima da estátua de D. João I, na Praça da Figueira –, aparecia patente ao público, na passada sexta-feira, um stand onde uma exposição alusiva aos 14 Congressos do PCP que antecederam o que amanhã se irá iniciar no Palácio de Cristal, no Porto, havia sido preparado pela Organização Regional de Lisboa.

Trazendo o XV Congresso para a rua, os comunistas quiseram homenagear o trabalho desenvolvido e a luta travada pelo PCP ao longo dos seus 75 anos de vida e, ao mesmo tempo, dar ao povo de Lisboa uma prova da sua disponibilidade e determinação para prosseguir esse trabalho e essa luta.

Entretanto, por volta das 17 horas, começavam a juntar-se por baixo do Arco da Rua Augusta numerosas pessoas que haviam tomado conhecimento de que o secretário-geral do PCP se lhes iria reunir, para uma jornada de esclarecimento e entrega de documentos à população. Muitas delas ostentavam uma bandeira vermelha onde, orgulhosamente encabeçados por uma estrela, sobressaíam a foice e o martelo dos comunistas portugueses.

Um reformado, aproveitando a presença da televisão, dava voz à enorme mágoa que o enchia pelo facto de, após toda uma vida de trabalho, não ter direito a uma reforma decente e a uma velhice digna. Ao lado, um grupo de simpáticos jovens marcava também presença, irradiando uma alegria que de alguma forma amenizava o frio dos corações mais velhos.

Quando Carlos Carvalhas chegou, a fanfarra que entretanto já ali se encontrava, arrancou com os acordes de uma marcha popular e iniciou o desfile. Ao som da banda, dezenas de militantes e simpatizantes comunistas, alguns acompanhando a música com passos de dança, foram ao longo da Rua Augusta distribuindo documentos e contactando populares e trabalhadores do comércio que assomavam curiosos às portas dos estabelecimentos. O secretário-geral do PCP aqui e ali fazia uma paragem e trocava breves palavras com as pessoas que o cumprimentavam.

Chegados à Praça da Figueira, onde a manifestação era aguardada por algumas dezenas de pessoas que se haviam concentrado junto do stand da DORL, Carlos Carvalhas fez uma curta intervenção. Depois de saudar os presentes e de tecer algumas críticas à política do PS, de continuidade da política de direita desenvolvida pelo PSD, o Secretário-Geral do PCP reiterou a disponibilidade dos comunistas para continuarem a luta e levarem por diante as propostas aprovadas no seu XV Congresso. Seguiu-se uma visita à exposição.

Depois, Carlos Carvalhas, acompanhado de alguns dirigentes da Organização de Lisboa, deslocou-se até um grupo de trabalhadores do Braz & Braz que, numa transversal à Praça da Figueira, perto da empresa, se manifestavam contra o despedimento colectivo e pelo cumprimento do contrato de trabalho. O Secretário-geral dos comunistas expressou aos manifestantes a solidariedade do PCP, partido com o qual - garantiu - os trabalhadores sempre poderão contar.

Sessão Aberta

No domingo, dia 8 de Dezembro, a partir das 11 horas, o Palácio de Cristal abrirá as suas portas a todos os que quiserem participar na última sessão de trabalhos do XV Congresso do PCP.

A seguir à apresentação do novo Comité Central, e a encerrar o Congresso, intervirá o Secretário-geral eleito.

Horário de funcionamento

(Proposta)

O Congresso, cuja abertura terá início às 11 horas de sexta-feira, 6 de Dezembro, apreciará e votará a seguinte proposta de horário de funcionamento:

Dia 6/12/96

1ª Sessão	
– Abertura do Congresso	11.00 H
– Intervalo para Almoço	13.00 H
2ª Sessão	
– Início	15.00 H
– Intervalo	17.00 H
– Recomeço	17.45 H
– Fim da sessão	20.00 H

Dia 7/12/96

3ª Sessão	
– Início	09.30 H
– Intervalo	11.00 H
– Recomeço	11.45 H
– Fim da sesão	13.00 H
4ª Sessão	
– Início	15.00 H
– Intervalo	17.30 H
5ª Sessão (reservada a delegados)	
– Início	18.15 H
– Fim da sessão	20.15 H

Dia 8/12/96

6ª Sessão	
– Início	09.30 H
– Intervalo	11.00 H
– Recomeço	11.45 H
– Encerramento do Congresso	13.00 H

Emigrantes na Suíça querem respostas concretas

A organização do PCP na Suíça denuncia «o carácter festivaleiro e propagandístico» da deslocação de José Lello, Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, àquele país, o que acontece pela primeira vez desde a formação do Governo PS

Em comunicado, os comunistas frisam que a visita devia ser aproveitada para «contactos e reuniões de trabalho deste governante com os representantes da comunidade portuguesa para com eles debater os imensos problemas com que nos confrontamos. Lamentavelmente tudo leva a crer que assim não será».

Assim, prossegue a nota, «a não se introduzirem alterações no programa desta deslocação, esta deixará na comunidade portuguesa um sentimento de frustração e será mais uma oportunidade perdida».

O PCP considera «particularmente condenável e um acto de pura demagogia a anunciada inauguração da *nova imagética da chancelaria* no consulado em Genebra», afirmando que «esta forma de tratar os problemas poderá agradar às entidades oficiais e em particular ao SECP, só que não resolve os reais problemas da comunidade portuguesa».

Entre os vários problemas acumulados, destaca-se o estatuto discriminatório dos trabalhadores temporários, que são impedidos pelas autoridades suíças de ter junto de si as suas famílias; a privação de subsídio de desemprego quando são obrigados a regressar a Portugal, apesar de efectuarem os descontos necessários; a impossibilidade de legalizarem os seus automóveis, já que a actual lei exige a permanência do emigrante no país de residência de pelo menos 12 meses, quando estes trabalhadores têm contratos por períodos inferiores.

Trabalhadores desprotegidos

Por outro lado, os emigrantes queixam-se de serem vítimas de medidas de diversão por parte da polícia suíça, para dificultar o reagrupamento familiar, e de lhes serem colocadas dificuldades burocráticas na renovação da autorização de estadia, sem que uma enérgica oposição das autoridades portuguesas se faça sentir.

Condenam ainda a atitude das autoridades portuguesas face à permanente especulação sobre a existência de alegados prazos para o levantamento do fundo das caixas de pensões (2º pilar). A ausência de esclarecimento sobre esta matéria já levou este ano milhares de trabalhadores a recorrerem a este fundo com receio de que em breve o venham a perder.

O descontentamento é igualmente motivado pelos atrasos da Caixa Nacional de Pensões em Portugal, que chega a demorar um ano a responder aos pedidos de informação sobre os tempos de desconto feitos pelos emigrantes.

Os emigrantes na Suíça reclamam também a reposição do apoio jurídico e social junto dos consulados, a elaboração de um estudo sobre as necessidades consulares, bem como soluções imediatas «mais justas e operacionais» para os cantões do Ticino, Grisões e Neuchâtel.

Por fim, a Organização do PCP observa que a publicação, no dia 4 de Novembro, da Portaria que regulamenta as primeiras eleições para o Conselho das Comunidades Portuguesas confirma as preocupações anteriormente manifestadas. Concretamente, o PCP considera insuficiente o número de membros da Suíça (três) para participar no CCP. Além disso, chamam a atenção do Governo para «a necessidade de serem tomadas medidas excepcionais, de meios humanos e materiais, para que os cadernos eleitorais sejam credíveis e não venham a ser contestados».

No entanto, ressalvam, «estão criadas as condições mínimas para que a comunidade portuguesa na Suíça eleja os seus representantes ao CCP», sublinhando que «os emigrantes comunistas tudo farão para que sejam eleitas as pessoas mais capazes e que tenham dado provas de que acima de tudo defendem os interesses dos trabalhadores emigrantes».

Dia Mundial de Luta Contra a SIDA
PCP solidário

Por ocasião do Dia Mundial de Luta Contra a SIDA, o Gabinete de Imprensa divulgou uma nota sublinhando que «o PCP junta a sua às vozes que intervêm solidárias para atenuar o sofrimento das vítimas e suas famílias». A seguir o texto refere:

«O PCP manifesta em particular o seu apreço pela acção dos profissionais de saúde e dos cidadãos que, com apoios muito reduzidos e desinteressadamente, dão o melhor dos seus esforços à luta contra este flagelo da humanidade.

«O número de notificações de casos de SIDA - 3575 desde Janeiro de 1983 até final de Setembro de 1996 e o facto de 86% destes casos terem sido notificados de 1990 para cá - demonstra uma evolução preocupante. O crescimento do número de casos de SIDA, no nosso país, revela ser necessário reforçar as campanhas de informação e esclarecimento com vista à prevenção da doença junto da população, em particular dos jovens, bem como a tomada de medidas que dêem resposta aos novos e complexos problemas sociais e humanos que as pessoas infectadas e as suas famílias enfrentam. Igualmente, o PCP defende o reforço de meios que os profissionais e serviços de saúde necessitam na sua acção diária e no acompanhamento destes doentes e seus familiares.

«O PCP considera que assume particular importância na luta contra a SIDA, não só a não discriminação, mas também, a solidariedade de toda a sociedade em relação aos indivíduos infectados. Considera também ser necessário a redefinição dos serviços de apoio social e de saúde, a criação de camas de rectaguarda, o reforço do apoio domiciliário e o desenvolvimento da formação específica dos profissionais de saúde ligados a esta área.

«Finalmente importa salientar que na luta contra a SIDA, o Estado deve assumir as suas responsabilidades tomando medidas que visem a prevenção bem como outras de carácter social e de saúde mais justas e humanas que reduzam o sofrimento dos que foram infectados por esta doença».

Guarda
Verbas do PIDDAC são para obras em curso

A Direcção Regional da Guarda do PCP afirma que as principais verbas inscritas no OE para o próximo ano são absorvidas com a conclusão de projectos iniciados em anos anteriores e com obras de Tribunais e quartéis da GNR e da PSP.

Depois de uma análise atenta, os comunistas concluem que o aumento de cerca de dois milhões de contos em relação ao ano anterior é «fictício» já que não foram realizadas muitas das obras previstas para o ano que agora termina. São disto exemplo o Centro de Saúde de Celorico da Beira, a Escola de Enfermagem da Guarda, a Estrada 232 Manteigas-Belmonte, a melhoria do IP-5 entre Sobral da Serra e Guarda. Uma verba substancial destina-se ainda à Barragem do Sabugal, a qual, segundo um secretário de Estado, não precisaria de vir em PIDDAC para ser feita.

Na área do ambiente, o Plano apenas contempla os Parques Naturais da Serra da Estrela e da Serra da Malcata, esquecendo a poluição dos rios e ribeiras, a inexistência de ETAR's e as lixeiras a céu aberto em todos os concelhos do distrito, ou a reflorestação das extensas áreas ardidas.

Para além da lacunas e omissões, o PIDDAC apresenta uma dispersão de pequenas verbas entre 1 e 10 mil contos e, ao mesmo tempo que adia projectos de grande interesse para o distrito (conclusão do IP-2, duplicação do IP-5, a modernização da linha férrea Guarda-Covilhã), atribui apenas 50 mil contos para o Parque Arqueológico do Vale do Ave - a «bandeira» da governação PS, que mais uma vez demonstra a sua política de «muita parra e pouca uva».

Recordando que todos os anos propõe alterações ao PIDDAC para a realização de obras prioritárias, a DORG lamenta que «a cegueira e o sectarismo político não deixem passar propostas do maior interesse». Foi o caso da verba de 30 mil contos para o Quartel de Bombeiros da Guarda chumbada, no ano passado, pelo PS, e agora inscrita no PIDDAC/97 com 29.400 contos, reconhecendo assim a validade da proposta dos comunistas. O mesmo aconteceu com Escola EB da Guarda. Recusada quando apresentada pelo PCP, surge agora no Plano para o próximo ano.

Convictos da justeza e necessidade da obras que reclamam, os comunistas da Guarda voltaram a elaborar um conjunto de alterações ao PIDDAC no sentido de serem atribuídas verbas para a construção de diversos equipamentos, preservação do ambiente, e melhoramentos da rede viária.

Hospital de Loures 400 mil à espera

A construção do hospital de Loures é uma das mais importantes reivindicações da população, autarquias locais e muitas entidades na área da saúde, salienta uma nota da Concelhia do PCP, recordando que este equipamento destinado a um universo de 400 mil habitantes já recolheu vários pareceres favoráveis, nomeadamente da Assembleia Metropolitana de Lisboa.

Contudo, o PCP acusa o Governo de pretender adiar o projecto já que não o inscreveu no PIDDAC/97 e, através das recentes declarações da ministra da Saúde na Comissão Parlamentar, demonstra que ainda nada tem decidido sobre o assunto. Segundo a ministra, os estudos apontam para a construção do Hospital em Loures, mas admitiu existir indefinição sobre os terrenos, ou seja, não existe decisão.

A Concelhia de Loures critica ainda a posição do PS local, cujo presidente afirmou não ser relevante a instalação do Hospital na área de Loures. O PCP constata que «mais uma vez o PS tem uma opinião na oposição e nas campanhas eleitorais e outra quando é Governo».

Ambiguidade no ferro-carril

Por seu lado, a Comissão de Freguesia de Loures exige a construção ferro-carril no corredor de Lisboa-Odivelas/ /Loures até 1998 e chama a atenção para a ambiguidade das afirmações de João Cravinho, ministro do Equipamento, que tenta atribuir as responsabilidades pelos atrasos à Câmara Municipal de Lisboa.

O PCP condenas os sucessivos adiamentos do projecto e lembra ao Governo que as promessas eleitorias e as posições assumidas enquanto oposição, nomeadamente a célebre corrida entre o burro e o Ferrari, promovida pelo PS em 1993 para evidenciar a situação caótica da Calçada de Carriche.

Em 1994, foi o próprio Guterres, no 4º aniversário da elevação de Odivelas a cidade, que considerou que os odivelenses mereciam como prenda a construção do Metro. Em 1995, foi apontada como solução, concretizável em dois anos, a linha de eléctricos, cuja paternidade os socialistas tentaram logo reivindicar para si.

Todavia, este projecto não foi inscrito no PIDDAC para 1997, o que motivou o PCP a apresentar uma proposta que, a ser aprovada, permite que as obras sejam finalmente iniciadas e os prazos de execução definidos.

CAMARADAS FALECIDOS

José dos Santos Viegas

Faleceu no passado dia 24 de Novembro, com 84 anos, **José dos Santos Viegas**, natural da Freguesia de Santa Maria, concelho de Tavira. Operário da indústria de conservas, adere ao Partido em 1933 e participa no 18 de Janeiro de 1934. É preso e condenado pelo Tribunal Militar Especial a 12 anos de prisão. Passa pelas prisões de Lisboa e Faro, pelo Presídio Militar da Trafaria, pelo Forte de S. João Baptista, na ilha Terceira, nos Açores, e, finalmente pelo Campo de Concentração do Tarrafal, na ilha de Santiago, em Cabo Verde, onde esteve 13 anos e 2 meses. Libertado em 1949, volta a ser preso oe encarcerado em Caxias, Ao todo, José dos Santos Viegas passou 17 anos e 2 meses nas prisões fascistas.

Luís Passos Rebelo

Faleceu, no passado dia 29 de Novembro, **Luís Elísio Passos Rebelo**, que residia na Freguesia de Algés, no concelho de Oeiras, e estava organizado no Sector dos Escritórios e Serviços.

Maria Guiomar Simões

Faleceu em Sesimbra, no passado dia 23 de Novembro, com 73 anos de idade, **Maria Guiomar Fernandes Simões**, membro da Comissão Concelhia local. Operária conserveira reformada, Maria Guiomar aderiu ao PCP em 1977, tendo desde logo assumido um papel destacado na organização concelhia, a qual lhe prestou uma homenagem pública em 1993. Participava activamente no movimento popular e foi uma das fundadoras do núcleo local do MDM, em 1975.

Rogério Matias Filipe

Faleceu, no passado dia 26 de Novembro, com 70 anos, **Rogério Matias Filipe**, industrial de mármores, que pertenceu à Organização de Évora, onde foi funcionário. Foi membro da Comissão Concelhia de Sintra e presidente da Junta de Freguesia de Montelavar, de onde era natural. Ultimamente residia em Almunecar (Granada).

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

PCP

Álvaro Cunhal em Évora

Novo surto revolucionário é inevitável

Álvaro Cunhal esteve na passada sexta-feira, em Évora, para participar numa sessão pública sobre o 15º Congresso do PCP, que reuniu mais de uma centena de pessoas.

Na sua intervenção inicial, Álvaro Cunhal começou por afirmar que o capitalismo, com a sua pretensão de hegemonizar o Planeta, não resolve, mas antes agrava, os grandes problemas da humanidade. Todavia, se os trabalhadores e a grande maioria das populações sofrem as consequências desta política é inevitável que mais tarde ou mais cedo surja como resposta «novo surto da classe operária e dos trabalhadores em geral e dos povos contra a opressão e a miséria».

Sala cheia em Évora para falar sobre o Congresso

Passando para a situação nacional, Álvaro Cunhal disse o Governo do PS prossegue a mesma política de direita do anterior executivo, não deixando de assinalar que no partido que está no poder «há muitos homens de esquerda» que possivelmente se identificam até com objectivos do PCP para a solução de problemas nacionais.

Contudo, a ser prosseguida a actual política, afirmou, este Governo verá reduzida a sua base de apoio social, política e eleitoral, tal como aconteceu com o de Cavaco Silva, podendo abrir-se caminho para uma alternativa política.

É este receio, segundo disse Álvaro Cunhal, que estará a levar os dois maiores partidos a entenderem-se para uma revisão da Constituição, no sentido de eliminarem princípios fundamentais da democracia portuguesa, caso do princípio da proporcionalidade, e, através de novas leis eleitorais, garantirem a permanência de um deles no poder, para aplicar no fundamental a mesma política.

Manifestando confiança na possibilidade de uma viragem democrática na política portuguesa, Álvaro Cunhal considerou que, no actual quadro partidário, o PCP é o único portador de uma alternativa política e que está em condições de ser o dinamizador da luta com vista à solução dos grandes problemas nacionais.

«Não é uma afirmação propagandística», disse explicando de seguida que o PS e PSD estão em consonância em aspectos fundamentais que são altamente gravosos para a economia e para as classes trabalhadoras; e o PP é um «bordão» do Partido Socialista ou do PSD. Assim, entre os quatro maiores partidos, apenas o PCP aparece com uma política de esquerda, capaz de dinamizar um vasto movimento social para lutar por um novo rumo para Portugal.

Aberto o período de debate, vários presentes intervieram colocando questões sobre diversos temas. Ali foi manifestado desapontamento com a política, já que «eles não cumprem o que prometem»; preocupações com o rejuvenescimento do partido e a necessidade de recrutar mais jovens; as perspectivas para a organização a nível internacional do movimento comunista; o fim das ideologias; o centralismo democrático; a política de alianças; a atribuição das indemnizações pela reforma agrária aos latifundiários e os sucessivos adiamentos da regionalização. Álvaro Cunhal encerrou depois o debate, respondendo às questões colocadas.

Prontos para o Congresso

Nos últimos meses, temos dado notícia da intensa actividade efectuada pelas organizações do Partido em torno do 15º Congresso do PCP. Nesta fase, agora concluída, realizaram-se centenas debates sobre as Teses, reuniões e assembleias plenárias, onde foram eleitos os delegados que vão estar a partir de amanhã no Palácio de Cristal.

ALGARVE

No âmbito da preparação do 15º Congresso do PCP, realizaram-se no Algarve, 52 assembleias de militantes que elegeram em toda a região 45 delegados, mais os respectivos suplentes.

Os comunistas algarvios efectuaram igualmente um ampla discussão das teses ao congresso, da qual resultaram diversas propostas de alteração, tendo os militantes manifestado o seu acordo com o documento na generalidade.

Entre os diversos temas abordados, e para além da situação internacional, mereceram particular atenção a análise das graves consequências para o Algarve da política de direita levada pelo PSD e agora prosseguida pelo Governo do PS, e a questão central da alternativa democrática. Neste plano, foram discutidas as propostas para fazer face aos problemas sociais e económicos do País e os caminhos para a conquista de uma alternativa democrática. Também o capítulo relativo ao PCP suscitou o interesse dos militantes que, para além de um balanço crítico do trabalho realizado desde o último congresso, debateram as linhas de trabalho, tarefas e objectivos para o reforço da influência e da intervenção do PCP na sociedade portuguesa.

COIMBRA

Depois de mais de dois meses em que a actividade dos comunistas de Coimbra deu particular destaque ao 15º Congresso, hoje, no distrito, são muitas centenas de pessoas (comunistas e cidadãos sem partido) que conhecem o Projecto de Resolução Política, a análise do PCP e as suas propostas para a construção da alternativa política em Portugal.

Os debates, reuniões e assembleias plenárias, num total de 60, registaram a participação de 935 militantes, que elegeram 45 delegados ao Congresso. Deste trabalho resultaram ainda 240 propostas de alteração às Teses. São números que traduzem um partido com forte implantação na realidade do distrito e demonstram uma prática democrática, ímpar no panorama político-partidário regional.

Apesar do período pré-congressal, o PCP continuou atento às lutas dos trabalhadores e das populações. Solidarizando-se com estudantes que contestam a proposta do ministro de alteração à Lei de Bases do Ensino, os comunistas estão ao lado dos trabalhadores da Estaco, que lutam pela viabilização da empresa e defesa dos seus postos de trabalho, e apoiam os produtores de arroz e de milho do Baixo Mondego, que reclamam a reposição dos seus rendimentos, os quais, em relação ao ano passado, desceram cerca de 20 por cento.

Fafe

Urgências podem fechar

A Concelhia de Fafe do PCP alerta para a existência de uma proposta para encerrar o Serviço de Urgência do Hospital de Fafe. Segundo os comunistas, a ideia terá partido dos responsáveis do Centro de Saúde local que pretendem transformar as urgências num serviço de atendimento permanente (SAP), onde, das 8 às 20 horas, só trabalhariam médicos de clínica geral, sendo retirados os especialistas de cirurgia, ortopedia e medicina interna.

A concretizar-se, esta proposta obrigaria a que muitos utentes tivessem de ser transferidos para Guimarães, uma vez que o Hospital não teria meios para os tratar.

O PCP manifesta-se procupado com a possível destruição do Hospital, já que é a única estrutura que responde eficazmente às necessidades da população do concelho, e recorda que no Centro de Saúde e respectivas extensões os doentes têm de esperar desde a madrugada em longas filas, na esperança de poderem arranjar uma consulta.

Em vez do encerramento de serviços, o PCP entende que são urgentes alterações profundas na área da Saúde, em especial nos cuidados primários, onde muitos doentes não têm ainda acesso a um médico de família.

Sector Sindical reúne 2.ª Assembleia

Com a presença de 40 delegados, realizou-se no passado dia 23 de Novembro a 2ª Assembleia de Organização do Sector Sindical do PCP.

A mesa da Assembleia, composta por Rui Paixão, J. Capucho, Virgolino e J. Reves foi dirigida por Luís Patrício e teve a presença de Domingos Abrantes, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

No primeiro ponto da Ordem de Trabalhos - Análise à situação social e política e as tarefas para o reforço da organização e a luta dos trabalhadores - introduzido pelos camaradas Capucho e Rui Paixão que abordaram respectivamente as questões e a Organização dos Trabalhadores e a situação social e política, verificaram-se 12 intervenções.

Foi aprovada por unanimidade a Resolução com as principais orientações de trabalho para a intervenção dos militantes comunistas dirigentes e activistas sindiais, e sobre a organização do Partido para a frente sindical.

No segundo ponto da Ordem de Trabalhos, os participantes elegeram por unanimidade a nova Direcção do Sector Sindical, constituída por 11 elementos, entre os quais uma mulher.

Da Assembleia ressaltou a necessidade de um maior conhecimento da actual situação socioeconómica do distrito e do aprofundamento da discussão sobre o estado da organização, tendo sido traçadas as necessárias medidas para o reforço da reestruturação sindical.

A encerrar a Assembleia, interveio Domingos Abrantes.

Arquivo Nacional de Fotografia

PCP apoia trabalhadores

A Célula do Património Cultural eNatural do Sector Intelectual da ORL do PCP manifesta a sua solidariedade com todos os trabalhadores do Arquivo Nacional de Fotografia, «os quais foram injusta e inexplicavelmente atacados na sua honorabilidade por declarações públicas» do ministro da Cultura.

A célula realça que a qualidade do trabalho dos técnicos em causa que, apesar das condições difíceis e insuficiência de meios, é reconhecida por toda a comunidade científica quer no país quer estrangeiro, onde o ANF se impôs como organismo competente na recolha, estudo, conservação e investigação do património fotográfico português, prestando apoio fundamental a iniciativas como a Europália/91, e na elaboração dos inventários do património móvel dos museus, em curso desde há alguns anos.

Os comunistas consideram «insólito» que «o ataque pessoal tenha sido desferido pelo responsável máximo do sector», pois «nunca se viu um ministro criticar frontalmente na praça pública os seus próprios subordinados».

A célula sublinha que está atenta à situação e tem «críticas vigorosas» ao modo como alguns sectores da política cultural estão neste momento a ser conduzidos, «sem sensibilidade para os problemas de conservação e para o esforço e dedicação dos trabalhadores».

NACIONAL

Reformados protestam

Os reformados desfilaram pelas ruas da baixa lisboeta, no sábado passado, para protestar contra a actual política social do governo e, em particular, as fracas pensões auferidas e sensibilizar a opinião pública para a sua situação.

"Esperávamos que o PS praticasse uma política social-democrática mas, ao contrário, deu-nos aumentos de pouco mais de 30 escudos/dia para reformas miseráveis", disse Duarte Gomes, presidente da Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos (Murpi), em declarações à Lusa.

O dirigente do Murpi acusa o governo de não ter cumprido a promessa de aumentos graduais das pensões mínimas, de modo a equipará-las ao salário mínimo nacional.

"Os reformados têm cada vez mais dificuldades em alimentar-se, tendo em conta outras despesas grandes que têm, nomeadamente medicamentos", disse o dirigente do Murpi.

No final do desfile os manifestantes aprovaram uma moção reivindicativa.

Em Portugal, existem quase três milhões de reformados.

Obras arrastam-se em escola do Faial

A JCP da Ilha do Faial alerta para as consequências do arrastamento das obras na Escola Secundária Dr. Manuel Arriaga, que deveriam estar terminadas em fim de Novembro, mas de que apenas metade se encontra realizada.

Múltiplos são os inconvenientes que desta situação resultam para o bom funcionamento da Escola, nomeadamente a redução da carga horária curricular de quase todas as disciplinas e mesmo o não funcionamentro de algumas, com inevitáveis consequências no cumprimento dos respectivos programas; a falta de biblioteca, muitas vezes utilizada como sala de estudo; os reflexos no funcionamento de alguns serviços; a falta de protecção nas janelas e ainda o pó no ar, o ruído.

Neste quadro, a JCP espera também que "a nova escola Secundária, há tantos anos prometida, possa finalmente passar do projecto à realidade".

JCP reúne em Coimbra

A Organização do Ensino Superior (OESC) da JCP realizou sábado passado a sua Assembleia de Organização.

A Assembleia - que teve como principais objectivos o incremento da intervenção própria da organização, o reforço da intervenção dos estudantes comunistas nas escolas do ensino superior em Coimbra e no movimento estudantil - contou com a presença de Hermínio Martins, membro da Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP, e ainda de Ricardo Oliveira, membro do Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior da JCP, e de Alexandre Araújo, membro da Direcção Nacional da JCP.

De par do debate sobre o reforço da intervenção dos jovens comunistas, procedeu-se à eleição da nova direcção desta organização.

Linda-a-Velha Problemas de gestão

A distribuição dos Pelouros, a execução do Plano de Actividades para o ano de 1996 e o papel do Presidente da Assembleia Municipal - são as três questões abordadas pelos eleitos da CDU na Autarquia de Linda-a-Velha, numa avaliação do trabalho autárquico desenvolvido pelo PS na Junta de Freguesia, durante o ano de 1996.

Em relação à primeira questão, a CDU denuncia que "quase cem por cento dos pelouros estão concentrados, por vontade do presidente, nele próprio", com os inevitáveis "reflexos negativos em termos de gestão autárquica e de muito pouca ou quase nenhuma democracia no funcionamento do órgão".

Toda uma política que não poderia deixar de se reflectir no trabalho realizado. Os eleitos CDU citam, em particular, como exemplos de incumprimento dos compromissos assumidos no Plano de Actividades para 1996, a falta de resposta em áreas como - educação, desporto, saúde pública, higiene urbana, segurança pública, festas do Concelho, trânsito, transportes, rede de saneamento, cultura, parqueamentos, parques infantis, iluminação pública, terceira idade, urbanismo.

Loures legaliza bairro da Bela Vista

Cerca de 500 habitantes do bairro da Bela Vista, em Loures, passaram a ter as suas casas legalizadas, num processo de recuperação que se prolongou desde 1982.

Este bairro, composto por 118 lotes e 149 fogos, numa área de 5,6 ha, dos quais 0,39 são de equipamento (espaços verdes, estruturas de utilização comunitária), está actualmente com as infra-estruturas, redes de esgotos, águas e electricidade e arruamentos, completamente concluídas.

A Câmara fez um investimento de mais de 12 mil contos, tendo os habitantes oferecido a mão-de-obra.

Este é o 21º bairro de génese ilegal a ser legalizado no concelho de Loures.

Avisos à governação rosa

Um **Dia Regional da Educação** - culminando com um debate, realizado em Faro, sobre o tema "Educação, que futuro?" - marcou o encerramento, no Algarve, da Campanha, promovida pela JCP, por uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade.

Durante este Dia Regional da Educação, que decorreu na passada sexta-feira, uma comitiva constituída por António Filipe, deputado do PCP, Sérgio Martins, membro da Comissão Política da JCP, e Marco Jóia, da Direcção Nacional da JCP, foi recebida pelo Presidente do Conselho Directivo e pela Associação de Estudantes da Escola Secundária de Silves, pelo Reitor da Universidade do Algarve e pelas Associações de Estudantes da Escola Superior de Educação, da Unidade de Ciências Exactas e Humanas e da Universidade do Algarve. A fase final de uma Campanha que passou por contactos com as Escolas Secundárias de Faro, Tavira, Quarteira, Albufeira, Vila Real de Santo António, Lagos, Portimão, Olhão, Silves e Universidade do Algarve.

No debate realizado em Faro, sobre o futuro da Educação - que contou também com a participação de Rui Manuelito, da Associação de Estudantes da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo - foram lançados "sérios avisos à governação de Guterres e Marçal Grilo, acusados pelos estudantes de estar apaixonados pela Educação apenas em tempo de campanha eleitoral", como se afirma em documento da JCP-Algarve.

Numa síntese da realidade. actual da Educação, a JCP esboça um quadro significativo.

"O Ensino Básico e Secundário é uma autêntica corrida de obstáculos: programas intermináveis + Provas Globais + Exames Nacionais + Nota Mínima de Candidatura + a possibilidade de futuramente as Universidades criarem mais provas de acesso ao Ensino Superior. E como agravante, para o sucesso nesta corrida é determinante a origem social dos estudantes, os dicionários, os livros, o acesso à informação, o computador, ou condições de estudo que cada um tem. Por outro lado as disciplinas inúteis + os cursos da via profissional desajustados da realidade, carentes em instalações e materiais, não preparam suficientemente para o mercado de trabalho".

A JCP-Algarve lembra ainda que apesar de "estarmos com níveis de 3º mundo" no que respeita ao nível das habilitações da população, o Governo impõe mais obstáculos no acesso ao Ensino Superior: propõe que as Universidades possam criar mais provas de ingresso, "dificultando e elitizando ainda mais o seu acesso"; quer recuperar as propinas, com um valor único e para todos os estudantes, "como se já não bastassem as despesas em livros, fotocópias, materiais escolares, deslocações, rendas".

Para o Governo o Ensino Superior deve ser um supermercado em que cada um paga o curso que quer levar e não um factor essencial de desenvolvimento - concluem os jovens comunistas, que reafirmam o seu activo empenhamento na luta "ao lado dos estudantes, que exigem do Governo o cumprimento das suas promessas e o fim desta política elitista de direita".

Calçada de Carriche

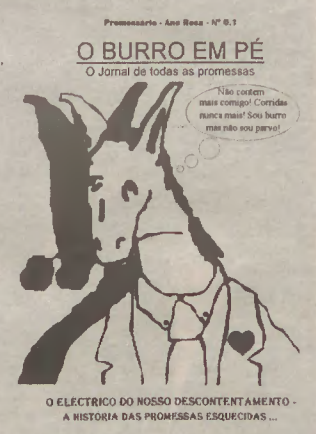
Relembrar a história do burro e do Ferrari

Relembrar *a história do burro e do Ferrari* - quando o PS, então na oposição, demonstrou que um burro podia ganhar numa corrida com um Ferrari na Calçada de Carriche - e as promessas não cumpridas pelo PS para a criação do eléctrico rápido/metro ligeiro no Corredor Lisboa-Odivelas/Loures, foi o objectivo de um encontro promovido pela JCP do Concelho de Loures, sexta-feira passada.

A iniciativa contou com a presença de António Abreu, vereador na Câmara Municipal de Lisboa, Bernardino Soares, presidentes das Juntas de Freguesia de Olival Basto e Póvoa de Santo Adrião, e vogais do PCP na Junta de Freguesia de Odivelas. O vereador António Abreu propôs que, de imediato, o Governo reúna com as Câmaras Municipais de Lisboa e Loures e se decida sobre a solução mais adequada para o transporte nesta zona, prazos a cumprir e início da obra.

Em folheto distribuído pela JCP salienta-se que, uma vez no Governo, o PS "tem adiado uma solução para a resolução do grave problema de tráfego no corredor Lisboa-Odivelas/Loures, produzindo um conjunto de afirmações contraditórias, ora a favor do Eléctrico Rápido, ora a favor do Metropolitano, com o claro intuito de ganhar tempo e nada resolver", enquanto "a população continua diariamente a ter que passar horas do seu dia no meio de um tráfego caótico" para chegar ao emprego ou à escola.

"Na realidade, o actual Governo não está interessado em encontrar uma rápida solução que resolva o grave problema de transportes na Calçada de Carriche" - considera a Comissão Concelhia de Loures da JCP, que sublinha - "exemplo deste desinteresse é a ausência de verbas no Plano de Investimentos da Administração Central/PIDDAC para a implementação de uma solução".



A JCP afirma ainda que tanto o Ministério como o Governo parecem "estar mais preocupados em satisfazer os interesses dos grandes grupos económicos, ligados à área dos transportes do que contribuir para uma rápida solução para a qualidade de vida de largos milhares de cidadãos" e exige que "se concretize, de uma vez por todas, um meio de transporte eficaz que permita mobilidade, qualidade e conforto nas deslocações diárias".

Repressão em Timor

Dois timorenses foram mortos, dezenas de outros baleados ou detidos e algumas mulheres violadas por soldados indonésioa, nestas últimas semanas, revela o último relatório da resistência timorense.

Segundo o documento, datado de 24 e 25 de Novembro, Zeferino Mascarenhas e Marcel Antunes foram mortos a tiro a 3 de Outubro.

A 14 de Outubro, as autoridades indonésias dispararam na mesma região contra um grupo de timorenses e fizeram várias detenções.

Dezenas de timorenses, com idades compreendidas entre os 14 e os 31 anos, foram presos na vila de Buaidonde, distrito de Suai. O grupo foi detido por se ter manifestado a favor de D. Ximenes Belo, acabando alguns dos manifestantes por ser atropelados e feridos a tiro por soldados indonésios, que se deslocaram ao local com camiões militares.

Jovens timorenses participaram na iniciativa de solidariedade com os povos, promovida pela DORL quando da Cimeira da OSCE

A resistência tomorense divulgou ainda que quatro mulheres foram violadas por um grupo de soldados indonésios, na zona de Uatucar Bau, Viqueque.

O documento revela que, durante as últimas semanas, se têm vindo a realizar várias manifestações de apoio ao bispo Ximenes Belo e a Ramos Horta.

A situação é, entretanto, particularmente tensa nas regiões de Ermera, Bobonaro, Liquiça e Viqueque, com "perseguições aos guerrilheiros nas montanhas (...), aos jovens e populações das vilas".

NACIONAL

Acto simbólico dos comunistas de Lisboa a propósito da Cimeira da OSCE

«Estamos solidários com os países mais pobres e os povos em luta»

Assinalando o início dos trabalhos da Cimeira da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP promoveu segunda-feira um acto simbólico que juntou no Cais das Colunas várias dezenas de dirigentes, eleitos nas autarquias e deputados, sindicalistas e militantes comunistas do distrito.

António Abreu, membro da Comissão Central de Controlo do Comité Central do Partido e vereador da CM de Lisboa, agradeceu a presença de todos, saudando especialmente uma representação de estudantes timorenses (muitos dos quais haviam estado no mesmo local, na noite de dia 1, numa acção de protesto e sensibilização dirigida aos participantes na Cimeira da OSCE).

Numa breve intervenção, António Abreu recordou os objectivos da iniciativa e voltou a condenar a atitude do governador civil de Lisboa, que chegou a afirmar estarem proibidas todas as manifestações públicas na cidade durante os dias da Cimeira.

As responsabilidades de Estados presentes e influentes na Cimeira foram também apontadas pelo dirigente comunista, particularmente quanto ao agravamento das desigualdades, à «pilhagem das matérias-primas» e ao impedimento do desenvolvimento independente de povos e países, bem como no incremento do militarismo e na manutenção de situações de guerra.

António Abreu expressou a solidariedade dos comunistas para com os povos e países que sofrem os efeitos de uma ordem internacional que contraria as decisões e preocupações da própria Acta de Helsínquia (que veio a dar origem à OSCE). Fez especial menção, sublinhada com os aplausos dos presentes, à resistência dos povos de Cuba e Timor-Leste, contra o bloqueio norte-americano e contra a ocupação indonésia.

No final da intervenção de António Abreu, foi deitada ao Tejo, sobre uma coroa de cravos vermelhos em forma de estrela, uma mensagem da DORL do PCP «A todos os povos do Mundo» (que aqui publicamos).

Velho resquício

A posição do governador civil - que, como noticiámos na semana passada, motivou um forte protesto do PCP, por pôr em causa a realização deste acto simbólico, inicialmente marcado para Belém, junto ao Padrão dos Descobrimentos - foi classificada por António Abreu como «resquício» de uma mentalidade que ainda não se enquadrou na vivência democrática e age como se o País estivesse ocupado por potências estrangeiras, 20 anos depois de o povo ter feito o 25 de Abril «contra a vontade de algumas potências estrangeiras».

Poucas horas depois da conferência de imprensa do PCP, no dia 27 de Novembro, o Governo Civil emitiu um comunicado onde, em lugar da seca afirmação de que «não são permitidas concentrações ou manifestações em qualquer ponto da cidade» (contida no ofício enviado dia 26 à DORL) apenas fazia saber que os promotores da acção simbólica deveriam respeitar «as condições e medidas de segurança que foram impostas em função da realização da Cimeira da OSCE, bem como as disposições legais» sobre direito de manifestação.

Em reunião entre uma delegação da DORL, o governador civil de Lisboa e o comandante metropolitano da PSP, na manhã de dia 28, estas autoridades levantaram, pela primeira vez, objecções de carácter técnico que fizeram com que o PCP aceitasse a mudança de local da sua iniciativa.

Protesto «verde»

O Partido Ecologista «Os Verdes» repudiou «veementemente as medidas ditas de segurança anunciadas a pretexto da realização da Cimeira da OSCE», considerando que «violam frontalmente os mais elementares direitos democráticos dos cidadãos portugueses».

Em nota distribuída quinta-feira, dia 28, à comunicação social, a Comissão Executiva do PEV afirma que «estas medidas de segurança da Cimeira, que criam insegurança e afugentam os cidadãos, que levam à *paralisação* por decreto da capital do País, impondo ao arrepio da legalidade democrática um verdadeiro *estado de sítio* durante vários dias, são um espelho fiel dos conceitos de segurança da própria OSCE, uma *segurança* entricheirada, de armas apontadas, fora da lei e à margem dos cidadãos».

Com a iniciativa simbólica no Cais das Colunas, o PCP chamou a atenção para as responsabilidades de potências internacionais nas graves dificuldades e gritantes injustiças de que milhões de pessoas são vítimas em todo o Mundo

Mensagem a todos os povos do Mundo

«No dia em que se inicia na nossa cidade a Cimeira da Organização para a Segurança e Cooperação Europeia, nós, comunistas, juntamo-nos junto do rio onde, há cinco séculos, os nossos antepassados partiram ao encontro de outros povos e outras culturas, para daqui enviarmos a nossa solidariedade aos países mais pobres e aos povos que lutam contra a fome e a exploração, pelo direito à sua dignidade e autonomia de decisão para seguirem um rumo correspondente aos seus interesses e anseios de liberdade e de progresso.

«Somos solidários, em particular, com Cuba e o seu povo, que resiste à agressão do bloqueio norte-americano, e com o povo de Timor-Leste, que luta pela sua autodeterminação e independência, contra o ocupante indonésio.

«Nós, comunistas, daqui afirmamos, a propósito desta cimeira, que a «nova ordem» dos que hoje dominam o Mundo não tem, nas suas preocupações, nem a Segurança nem a Cooperação.

«Sublinhamos que o capitalismo é responsável por desigualdades crescentes e por retrocessos assinaláveis nas condições sociais, na democracia política e na vida cultural, e pelo crescimento do militarismo que, com as suas ingerências e agressões, compromete as perspectivas positivas abertas pela Acta Final de Helsínquia ou pela criação da Organização de Segurança e Cooperação Europeia, alimentando foco de tensão e de guerra.

«Ao sublinharmos os limites históricos do capitalismo, nós, comunistas, declaramos a necessidade de, em cooperação com outras forças democráticas e progressistas, construirmos, em alternativa, uma nova ordem económica e política internacional, assente na Cooperação e na Paz.»

Que Segurança para a Europa?

A Cimeira da OSCE em debate

A total ausência de informação sobre os objectivos e a agenda da Cimeira da OSCE, que este fim-de-semana juntou em Lisboa 54 chefes de Estado e de Governo, enquanto as medidas de segurança se transformaram em verdadeiro "show" - foi uma das preocupações expressas no debate sobre ***Que Segurança para a Europa?***, realizado sábado passado, por iniciativa do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), em colaboração com a Associação de Médicos Portugueses para a Prevenção da Guerra Nuclear - AMPPGN.

Em representação do CPPC, dirigiram o debate, Helena Rato, Blasco Hugo Fernandes e Diter Dillinger. Introduziram os temas o Prof. Nuno Grande, Vice-Reitor da Universidade do Porto e Presidente do AMPPGN, o Prof. Sérgio Ribeiro, deputado do Parlamento Europeu - PE, o Dr. Frederico de Carvalho, da Organização dos Trabalhadores Científicos, e o Prof. Abraham Behar, francês, e o Dr. Arthur Muhl, suíço, Vice-Presidentes da Associação Internacional dos Médicos para a Prevenção da Guerra Nuclear - IPPNW (organização laureada com o Prémio Nobel da Paz) e delegados à Cimeira de Lisboa da OSCE.

Em comunicado divulgado pela Direcção Nacional do CPPC, relembra-se que o processo da OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação Europeias) se iniciou, numa primeira fase, com "a derrota do nazi-fascismo em 1945 e culminou com a assinatura da Acta Final de Helsínquia em Agosto de 1975", entretanto "precedida e acompanhada por importantes e significativas iniciativas dos movimentos de opinião pública".

Outra é a fase que se vive neste momento e foram múltiplas as preocupações expressas pelos participantes no encontro.

"Independentemente do risco da OSCE, enquanto estrutura supranacional, poder constituir mais uma tentação para usurpar direitos nacionais, transferindo-os para fóruns sem o controlo e a fiscalização das instituições e das opiniões públicas nacionais - sublinha-se, em síntese do debate - pelas suas origens, por privilegiar soluções pacíficas e políticas para solucionar os diferendos entre povos e Estados, pelo seu carácter universal, pois aí estão representados em pé de igualdade todos os países da Europa, é neste momento o principal protagonista com credibilidade para garantir a Paz e a Segurança na Europa".

Um papel para que a NATO não poderá constituir alternativa credível, enquanto estrutura político-militar, "com uma história marcada por uma filosofia que tem privilegiado as soluções militares".

A tendência que entretanto se vem afirmando, vem ao arrepio desta lógica de paz e os intervenientes no debate lançaram o alerta para os perigos para a paz e segurança subjacentes ao reforço e alargamento da NATO, "ao mesmo tempo que procuram esvaziar o conteúdo e o papel das organizações de carácter universal, como são o caso da ONU e da OSCE".

A necessidade de pôr fim aos arsenais nucleares - "primeiro, impedindo a sua proliferação e depois reclamando o fim efectivo da sua modernização e aperfeiçoamento" - foi outra das questões mais debatidas. De que resultou **um apelo ao governo português** "no sentido de abandonar o alerta nuclear, declarando não permitir que o território e espaço nacional seja utilizado para produzir, instalar, armazenar ou circular, qualquer tipo de arma nuclear".

A concluir, os participantes no debate consideraram que "a OSCE, enquanto estrutura regional, deverá cooperar com a Organização das Nações Unidas - ONU, que, resistindo às pressões e às manobras tendentes à sua instrumentalização, seja ela também, enquanto espaço verdadeiramente democrático e representação universal de todos os Estados, garante da Paz e da Cooperação no mundo".

TRABALHADORES

Ferroviários condenam destruição da CP

Comboios parados para exigir outra política

O desmembramento da CP, iniciado por Cavaco Silva e pelo PSD e que o Governo do PS se propõe prosseguir, levou a que os ferroviários efectuassem na passada sexta-feira uma jornada de luta ímpar, com resultados esclarecedores. Outros «esclarecimentos» estão em marcha, para fazer ver a Guterres e João Cravinho que é preciso mudar de linha, para bem do caminho-de-ferro, das populações, dos ferroviários e da economia nacional.

Havia 3 anos que não era convocada uma greve de 24 horas abrangendo todo o caminho-de-ferro. Ao avançar com a luta de 29 de Novembro, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários foi acompanhada pelo Sinafe e pelo Sifa; não apelaram à greve as estruturas da UGT (UGFer) e o sindicato dos Maquinistas. Mesmo assim, dirigentes da FSTFP/CGTP manifestavam ao fim da manhã de sexta-feira a opinião de que a paralisação teve a maior adesão dos últimos dez ou quinze anos.

De tarde, a federação afirmava, em comunicado, que aderiu à greve «a esmagadora maioria dos trabalhadores abrangidos pelo pré-aviso, provocando a paralisação quase total da circulação de comboios em todo o País».

Realizada no final do prazo de dez dias que o Governo deu às organizações representativas dos trabalhadores para se pronunciarem sobre o projecto de continuação do desmembramento da CP, a greve constituiu **«o mais esclarecedor parecer, que o Governo não pode ignorar»** - como disse José Manuel Oliveira, dirigente da FSTFP, ao «Avante!».

Animados com a resposta dos trabalhadores, os sindicalistas ferroviários estão dispostos a prosseguir o combate pelo desenvolvimento do caminho-de-ferro, contra o desmembramento e destruição da CP, pela defesa dos postos de trabalho e dos direitos adquiridos - objectivos que estão expressos na resolução aprovada, no passado dia 19, no plenário de ORTs que decidiu convocar a greve de sexta-feira e manifestou «total disponibilidade para dar continuação à luta».

A greve de sexta-feira deixou bem claro que os ferroviários não aceitam que continue o desmembramento da CP, salientou ao «Avante!» José Manuel Oliveira

Está em curso a recolha de assinaturas para uma petição que leve o plenário da Assembleia da República a debater os problemas do sector ferroviário. Em Janeiro realiza-se um encontro nacional de representantes dos trabalhadores, que deverá aprofundar a discussão sobre o futuro do caminho-de-ferro.

Nem mudança nem diálogo

A lista de reivindicações que acompanhou o pré-aviso de greve incluiu uma série de problemas dos trabalhadores do caminho-de-ferro, desde a negociação do Regulamento de Carreiras e a redução da carga horária, até à manutenção de direitos, garantia dos postos de trabalho e fim das discriminações praticadas pelas administrações das empresas do grupo CP.

Mas o motivo principal prendeu-se com o facto de o Governo apontar como perspectiva para o caminho-de-ferro o prosseguimento das linhas essenciais da política definida e encetada no sector pelos governos do PSD. Para os ferroviários, o executivo do PS não trouxe as desejadas mudanças nem deu cumprimento ao prometido diálogo.

No dia 18 de Novembro, o Governo entregou aos representantes da CGTP e da Comissão de Trabalhadores da CP uma «proposta de organização dos caminhos-de-ferro». Mas este acto formal, completado por um pedido de parecer no prazo de apenas dez dias, não veio alterar em nada os motivos das críticas feitas pelas estruturas dos ferroviários.

José Manuel Oliveira afirma que «a decisão política foi tomada sem base num estudo técnico», mesmo antes da conclusão dos trabalhos das comissões nomeadas «não para estudar, mas para implementar» o projecto definido pelo Governo que, «primeiro, tomou a decisão política e, depois, vai à procura da justificação técnica».

Este primeiro contacto do Governo com os representantes dos trabalhadores teve lugar apenas para abordar a proposta do executivo. Continuaram ignoradas as propostas das CTs e da FSTFP, entregues ao ministro em Junho. «O Governo apenas quer falar sobre o seu documento», protesta José Manuel Oliveira.

A contestação mais forte prende-se com o conteúdo das propostas governamentais. As estruturas representativas dos ferroviários contestam o modelo que é apontado e que, segundo aquele dirigente da federação, «não tem inovações, limita-se a prosseguir o que foi feito nos últimos anos pelo PSD».

■ DM

Os custos do desmembramento

Os destinos do caminho-de-ferro foram explicitados no «Plano de Modernização», aprovado pelo Governo de Cavaco Silva para vigorar entre 1988 e 1994. Aqui, recorda José Manuel Oliveira, foi decidido dividir a CP em 14 empresas, liquidar 6 mil postos de trabalho, fechar o que desse prejuízo. O dirigente da federação dos Ferroviários aponta os resultados de tal opção, a que os ferroviários firmemente se opuseram:

– o País perdeu um terço da rede de caminho-de-ferro, cerca de mil quilómetros de via e quase trezentas estações, sobretudo no Alentejo, no Nordeste Transmontano, no Minho, na região do Vouga e do Dão;

– qualidade do serviço piorou, o material está mais degradado, o sistema é hoje menos fiável;

– a CP transportou menos passageiros que o previsto, mas ultrapassou a meta das receitas nesta área, o que quer dizer que menos pessoas pagaram mais;

– foram extintos quase 8 mil postos de trabalho, mas os lugares de administrador passaram de 7 para 40;

– o défice passou de menos de 5 milhões de contos, em 1988, para uma média de 50 milhões nos anos seguintes (o défice acumulado aproxima-se dos 500 milhões de contos);

– também não foram atingidos outros objectivos, como diminuir para 2,5 horas, em 1994, o tempo do percurso Lisboa-Porto.

«Ou o plano foi mal elaborado, ou foi mal executado» - comenta José Manuel Oliveira, sublinhando que, «de qualquer forma, os responsáveis saem impunes e quem vai pagar é o erário público».

Diagnóstico sem consequências

No documento que entregou dia 18, o Governo, ao fazer o enquadramento das suas decisões, traça um panorama da actual situação do caminho-de-ferro que não se afasta da análise da FSTFP.

Diz-se na proposta saída do Gabinete de João Cravinho que houve «progressiva diminuição da cobertura geográfica do território nacional, concentrando a sua actuação nas linhas e ramais mais vocacionados e/ou mais rentáveis do ponto de vista económico-social».

O Governo admite que «os resultados traduzem-se por: perdas sucessivas da quota de mercado; défices acumulados, atingindo hoje um valor global que força a reconhecer que não serão gerados excedentes que permitam a sua absorção; estrutura de custos/receitas que não permite conceber uma solução - mesmo com a assunção dos passivos pelo Estado - sem um saneamento económico da CP; expectativa/ansiedade ao nível dos recursos humanos da empresa, face à falta de rumos traçados que visem a saída da crise»...

«Após uma longa reflexão», o Governo definiu «um novo modelo para organização do caminho-de-ferro» que prossegue a saga do desmembramento: serão criadas uma «entidade reguladora» do sector e um «gestor da infra-estrutura ferroviária», ficando a CP como «empresa de transportes ferroviários», a par de outros transportadores «internacionais e nacionais, a constituir e/ou a admitir no sistema ferroviário».

Além de dar um prazo de dez dias para as organizações dos trabalhadores se pronunciarem sobre estas decisões - que já estão a ser implementadas por comissões organizadoras - o Ministério do Equipamento deixa já marcada **para o ano 2000** a «reflexão sobre os resultados obtidos com a implementação do modelo» e a «apreciação do seu desenvolvimento e consolidação».

Pescadores contra acordos entre Governo e armadores

O Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte reagiu aos acordos que em sua opinião estão a ser feitos entre o Governo e os armadores, considerando-os o resultado de ilegítimas "pressões" destes últimos destinadas a pôr em causa o conteúdo do regime jurídico para a pesca, recentemente aprovado na generalidade pela Assembleia da República.

Em comunicado aos órgãos de comunicação social, o Sindicato manifesta concretamente o seu repúdio pelo facto de tais acordos - sob a forma de compromissos e garantias que os armadores dizem ter obtido do Governo - significarem a continuação de esquemas de exploração impostos por armadores menos escrupulosos aos pescadores e trabalhadores da pesca.

A apreensão do Sindicato, que denuncia o facto de tais acordos terem sido negociados nas suas costas, reside ainda na falta de informação quanto à evolução da discussão na especialidade dos referidos diplomas - um dos quais, recorde-se, foi subscrito pela bancada comunista -, passados que são já mais de dois meses sobre a sua aprovação, bem como na postura dos armadores, que não se coibem de proceder a ameaças e continuam a protelar a negociação colectiva.

Lembrada pelo Sindicato - como testemunho da forma como as pressões sobre o Governo terão surtido efeito - é também a mudança de posição dos armadores associados na ADAPI (Associação dos Armadores de Pescas Industriais) que, depois de terem concordado no essencial com o projecto de lei do PCP, vêm agora «virar o bico ao prego», com ameaças de paralisação da frota, e considerar que afinal as propostas são «retrógradas e desajustadas».

Devia ser outro o caminho

«Tal como as estruturas representativas dos trabalhadores, que integram muitos quadros técnicos e superiores e têm o apoio explícito de outros, previam, o desmembramento da CP, com a criação de uma dúzia de empresas descapitalizadas, não contribuiu em nada para reforçar a eficácia da gestão da exploração da rede. Antes pelo contrário, como é hoje reconhecido por muitos que então defendiam o desmembramento, este conduziu à visível degradação dos índices de fiabilidade e de segurança do sistema ferroviário, enquanto, por outro lado, se tornava responsável pelo indesmentível agravamento das assimetrias regionais que todos juravam querer defender, reduziam ao mínimo o serviço público e enfraqueciam a sua indispensável componente social.

«Perante este cenário, ao novo Governo não restava outro caminho que não fosse o de começar por analisar o que tinha corrido mal no Plano de 1988/94, para apurar responsabilidades, pelo menos políticas, pelo desastre e, seguidamente, partir para adopção de medidas correctivas dos erros cometidos.

«Mas, lamentavelmente, não foi este o percurso escolhido pelo Governo actual. Em vez de ponderar, em vez de auscultar os intervenientes na actividade ferroviária, tomou a decisão de prosseguir o desmembramento da CP, que o PSD em tão má hora tinha iniciado.»

(...)

«Tal como em 1988, tudo se afigura um novo salto no escuro. O Governo, inspirado pelo que há de pior no fundamentalismo neliberal da Comissão Europeia, toma as medidas que mais agradam a Bruxelas, para só depois nomear comissões para estudar o assunto.» (...) «Tal como em 1988, trata-se de uma aventura que vai custar centenas de milhões de contos aos contribuintes, que vai contribuir para isolar ainda mais as populações do interior e degradar os já precários índices de qualidade e segurança da nossa rede de caminho-de-ferro.»

Não se sabe...

«A emissão de um parecer fundamentado carece de elementos que nos permitam julgar com rigor e seriedade. Entre estes elementos, referimos apenas alguns, por nos parecerem fundamentais, como o estudo económico que este na base da decisão de dividir ainda mais a CP, o estudo técnico-funcional que fundamentou o novo desmembramento da CP e, embora já menos relevantes, os estudos de implementação, elaborados *a posteriori* pela três comissões que vão ficar à frente da entidade reguladora e das empresas que vão gerir a CP-Transportes e a entidade gestora das infra-estruturas ferroviárias.

(...) «Teríamos necessidade de ter conhecimento sobre as garantias que nos são dadas de que, com o modelo defendido pelo Governo, que em nada difere do preconizado pelo anterior executivo, não será reduzida ainda mais a componente social do transporte ferroviário; que não serão liquidados mais postos de trabalho, quer globalmente, quer por sectores; que não serão agredidos os direitos adquiridos pelos ferroviários em sede do AE/CP.» (...) «Teremos ainda de saber, e não sabemos, qual o tipo de relações que está reservado entre novas empresas (a criar) e as que foram criadas pelo anterior executivo.»

A ter em conta

«De uma coisa temos a certeza: uma rede ferroviária de dimensão tão reduzida como a nossa só pode ser gerida através de um comando único, embora com alargados níveis de autonomia a conceder aos vários sectores. E, se o Governo está verdadeiramente interessado em aliviar o erário público do passivo endémico da CP, deveria, em primeiro lugar, mandar fazer uma auditoria independente, para apurar responsabilidades pelo actual estado de coisas, designadamente sobre os escandalosos desvios nas previsões do Plano 1988/94. De contrário, o Governo corre seriamente o risco de estar a promover o saneamento financeiro da CP, assegurar os custos com as infra-estruturas e depois, só depois, entregar o negócio, sem qualquer capital de risco, aos grupos privados que se preparam para o festim.»

(...) «Manifestamos a nossa inteira disponibilidade para mobilizarmos os trabalhadores para as árduas tarefas de uma verdadeira modernização da CP, caso o Governo aceite um diálogo autêntico. Em caso contrário, não hesitaremos em promover a mobilização dos trabalhadores para defenderem a empresa onde trabalham, como garante da componente social do transporte ferroviário, da fiabilidade e segurança do sistema e dos direitos adquiridos dos ferroviários.»

(Excertos do documento, com data de 27 de Novembro, em que a CGTP toma posição sobre os planos divulgados pelo Governo para a CP)

TRABALHADORES

Administração Pública manifesta-se hoje em Lisboa

Trabalhadores da Administração Pública de todo o País concentram-se hoje, a partir das **16 horas**, no **Marquês de Pombal**, e vão depois à residência oficial do primeiro-ministro protestar contra a proposta de actualizações salariais do Governo e contra o atraso sistemático na concretização do acordo celebrado em Janeiro.

Na conferência de imprensa em que confirmou a realização desta jornada nacional de luta, o secretariado da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública recordou que os aumentos de 2,6 por cento propostos pelo Governo ficam aquém da inflação previsível (pelo que conduziriam a nova desvalorização dos salários), aumentam a distância em relação aos salários praticados nas empresas e nos demais países europeus, agravam a diferença entre o salário mínimo nacional e o salário mínimo na Função Pública.

O sacrifício que o Governo pretende impor novamente aos trabalhadores, afirma a Frente Comum, não tem sequer justificação orçamental, uma vez que no OE para 1997 «existem verbas suficientes para aumentos substancialmente superiores». Recordando as perdas acumuladas nos últimos 5 anos (menos 4,6 por cento de poder de compra, menos 8 por cento de aumentos que no sector privado, salário mínimo 4,5 por cento inferior ao nacional, um salário médio que representa metade do espanhol, um terço do francês e um quarto do alemão ou luxemburguês), a Frente Comum sublinhou: «É falso que os nossos salários sejam responsáveis pelo aumento da despesa no OE - as despesas com pessoal passaram de 41 por cento do total das despesas correntes em 1977 para pouco mais de 30 por cento em 1996».

Segundo o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, o «índice 100», que estava 11,6 por cento acima do mínimo nacional em 1982, deveria ser de 58552 escudos, em vez dos actuais 52252 escudos. O STAL realizou já uma vigília na semana passada e apelou aos trabalhadores das autarquias para que se integrem na manifestação de hoje.

Também o sector da Função Pública do PCP no distrito de Lisboa apelou à participação nesta jornada, deixando «uma sugestão» ao Governo: canalizar para os aumentos salariais da Administração Pública os 60 milhões de contos que pretende atribuir aos agrários.

Quanto ao acordo de Janeiro, os sindicatos referem que, das 13 mesas parcelares constituídas, 10 deviam já ter concluído os seus trabalhos, mas isso sucedeu apenas com uma, «verificando-se uma total e inaceitável paralisação no processo negocial». Na conferência de imprensa foi ainda apontado o facto de continuarem por publicar duas das mais importantes medidas imediatas que já mereceram acordo em mais de uma reunião (disponíveis e regime de instalação) e os compromissos mais recentes do Governo continuam por cumprir.

Para as 14 horas de hoje, a Federação da Função Pública convocou um plenário nacional de trabalhadores com vínculos precários, que depois se integrarão na manifestação nacional.

Dirigentes, delegados e activistas sindicais da Administração Local foram quinta-feira à presidência do Conselho de Ministros entregar um abaixo-assinado exigindo a solução dos problemas específicos do sector

Tardam as mudanças na Portugal Telecom

«O reinado do sr. Todo-Bom felizmente acabou, mas constatamos com amargura que as suas linhas de orientação mantêm-se na PT» e «pouco ou nada foi feito para alterar este estado de coisas» - concluíram os membros da Comissão de Trabalhadores e sub-CTs da Portugal Telecom, que, com mais uma vintena de convidados, participaram dia 28 no 1º Encontro daquelas estruturas representativas, em Aveiro.

Os problemas que se mantêm ou agravam, depois das mudanças no Governo e na administração da PT, são enumerados em 15 pontos, onde surgem, por exemplo, a incerteza quanto ao futuro da empresa e dos postos de trabalho, as pressões sobre trabalhadores doentes para que rescindam os contratos, os trabalhadores sem funções atribuídas, os processos disciplinares (em maior número e com penas mais pesadas), métodos «pouco ortodoxos» de chefias, falta de harmonização nos horários, subsídios, vencimentos, categorias (particularmente as diferenças salariais provocadas com o processo de fusão de empresas que deu origem à PT).

Entre as conclusões do encontro figura a «continuação do combate à privatização a mais de 49 por cento, em virtude das consequências nefastas previsíveis para os trabalhadores, cliente e País».

Segurança Social

Uniões exigem participar na gestão

As uniões sindicais dos distritos do centro do País (Aveiro, Guarda, Viseu, Coimbra, Castelo Branco e Leiria) exigiram o cumprimento do dispositivo constitucional que garante a participação dos sindicatos nos órgãos que superintendem o Centro Regional de Segurança Social da sua região.

Esta posição adoptada conjuntamente e tornada pública em comunicado assinado por aquelas estruturas distritais da CGTP-IN, surge em resposta ao sistemático afastamento dos sindicatos relativamente à gestão do sistema público da Segurança Social.

Praticada pelos sucessivos governos desde o princípio da década de 80, esta sistemática violação dos princípios constitucionais tem-se traduzido na imposição de crescentes dificuldades aos representantes sindicais, chegando mesmo até à recusa do elementar direito à informação.

Referindo-se à situação concreta da Segurança Social nos seus distritos, a partir da criação do Centro Regional em 1993, as estruturas sindicais lembram que dos três órgãos que o compõem - conselho regional, conselho directivo e comissão sub-regional - apenas o segundo tem poderes efectivos de gestão, exactamente aquele de onde foram arredados os sindicatos.

Mas mesmo em relação aos outros órgãos consultivos, muitas são as dúvidas quanto ao seu funcionamento e operatividade. É o caso, lembram, do conselho regional, onde os sindicatos têm assento, mas que só reuniu uma vez - há mais de um ano -, limitando-se a aprovar o regulamento.

"Numa altura em que o sistema público de Segurança Social é alvo de uma violenta ofensiva por parte do sector financeiro, deve ser reposta a normalidade constitucional no sector, garantindo-se a participação dos sindicatos nos três órgãos, como forma de acautelar os direitos dos trabalhadores", concluem as uniões dos sindicatos da região Centro.

MARCADA GREVE DOS PROFESSORES

As grandes apreensões face ao modo como tem decorrido o processo negocial do Estatuto da Carreira Docente levou a Federação Nacional de Professores a convocar para quarta-feira, dia 10, uma greve nacional. A Fenprof considera que é «inaceitável qualquer encerramento precipitado e unilateral das negociações, tanto mais que até à data o Ministério da Educação ainda não apresentou qualquer proposta sobre a futura grelha salarial e sobre a estrutura da carreira docente» - afirma-se numa nota do Secretariado Nacional da federação. Para ontem à tarde estava agendada uma reunião com o ministro Marçal Grilo, solicitada pela Fenprof.

PCP VAI INTERVIR NOS FMEE DE SETÚBAL

Reuniram dia 26 em Palmela representantes da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP e das comissões sindicais e comissões de trabalhadores das empresas fabricantes de material eléctrico e electrónico do distrito. No encontro participaram José Caetano, do CC, José Capucho, do executivo da DORS, e outros camaradas com responsabilidade no acompanhamento de células de empresa, o presidente da CM de Palmela e a deputada Odete Santos, e representantes dos trabalhadores da Indelma (Grupo Siemens), Ford Electrónica, HR Teixeira Ramalho e Delco-Remi.

A caracterização da situação laboral nestas empresas, onde trabalham 4750 pessoas, na sua maioria mulheres, das 6 mil que o sector ocupa em Setúbal, levou os comunistas a afirmar a determinação de usar todos os mecanismos ao seu alcance para, com os trabalhadores, lutarem pela resolução dos problemas. Destes, sobressai a precariedade de emprego, que afecta 23 por cento dos trabalhadores daquelas 4 empresas, e a sistemática violação dos direitos dos trabalhadores.

APOIOS PARA DESPEDIR

O deputado José Calçada, do PCP, entregou na AR um requerimento em que pergunta ao ministro da Economia que medidas imediatas tenciona o Governo tomar para garantir os direitos e os empregos dos 100 trabalhadores que a Têxtil Riopele pretende despedir. O deputado - informou a comissão concelhia de Vila Nova de Famalicão do PCP - recorda que aquele ministro avalizou recentemente um plano de 14 milhões de contos para a modernização da Riopele, garantindo 3,5 milhões de contos de apoios do Estado, dos quais são a fundo perdido 1,3 milhões. «Sendo impossível que o senhor ministro e o Governo desconhecessem as intenções da empresa de despedir os 100 trabalhadores da Fiação C, é legítimo que se pergunte se a decisão do despedimento se encontra também entre as condições que conduziram ao actual apoio do Estado» - diz José Calçada.

A União dos Sindicatos de Braga solicitou sexta-feira a intervenção do deputado social-democrata Miguel Macedo, na AR, e do eurodeputado comunista Honório Novo, para que deixem de ser concedidos apoios à Têxtil Riopele.

COMEMORAÇÃO AMARGA

A Fábrica de Chocolates Regina fez 69 anos e os seus responsáveis resolveram festejar a data. O carácter das comemorações foi criticado pelo Sindicato da Alimentação do Sul e Tabacos, num comunicado em que recorda que a empresa deve salários, tem mais de 30 trabalhadores com os contratos suspensos, retém abusivamente a quotização sindical... Além da correcção destas injustiças, o sindicato aponta ainda outra forma de festejar o aniversário que mereceria o apoio dos trabalhadores: a empresa respeitar os compromissos que assumiu. «Foram sempre os trabalhadores, até nas situações mais dramáticas, que durante os 69 anos de vida da empresa a conseguiram manter de pé», sublinha o sindicato.

Em defesa dos postos de trabalho no comércio

Concentração no Ministério do Emprego

Trabalhadores de 21 empresas de comércio, escritórios e serviços do distrito de Lisboa concentraram-se no passado dia 27 de Novembro junto ao Ministério do Emprego para exigir medidas do Governo que ponham cobro à degradação social que se vive no sector, resultante, em primeira linha, da actual vaga de despedimentos e do aumento das situações de salários em atraso.

É urgente que o Governo intervenha para impedir a liquidação de mais postos de trabalho, exigiram os trabalhadores e o CESL na Praça de Londres

Esta acção, promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa, foi precedida de um encontro na sua sede, no decorrer do qual os presentes sublinharam a necessidade de o Governo adoptar medidas concretas no sentido da responsabilização das entidades patronais,

A resolução dos conflitos e dos actuais problemas provocados pela redução de postos de trabalho passa, do ponto de vista do CESL, pela recuperação das empresas e pela efectiva defesa do emprego, sendo neste âmbito que, defende o sindicato, urge a intervenção governamental.

Entre as empresas com problemas, recorde-se, está a **Renault Portuguesa** (tentativa de despedimento), os **Móveis Olaio** (salários em atraso e redução dos postos de trabalho), **Nova Ucal** (alienação do património pondo em causa os postos de trabalho), Baptista Russo (tentativa de encerramento), **Braz & Braz** (despedimento colectivo de 19 trabalhadores), **Boaventura & Duarte** (despedimento colectivo de 21 trabalhadores), **Mercedes-Benz Portuguesa** (despedimento de 30 trabalhadores), **Acácio Jorge** (salários em atraso), **J.A. Ribeiro** (encerramento da empresa), **Grupo Àgora** (redução dos postos de trabalho), **Auto Dinis** (redução dos postos de trabalho), **Camisaria Moderna** (despedimento colectivo), **Pio Barral Marques** (perspectiva de despedimento).

Realce merece ainda a situação dos 1152 trabalhadores que laboravam nos estabelecimentos situados na área onde ocorreu o incêndio do Chiado, há oito anos, muitos dos quais ficaram sem trabalho.

Em "carta aberta" dirigida aos ministérios do Emprego e da Solidariedade e Segurança Social, entregue durante a concentração, estes trabalhadores lembram as dificuldades por que têm passado nestes oito anos, após longos anos de serviços. Uns, sublinham, sobretudo porque não sendo jovens, também na sua maioria não tinham atingido nessa altura a idade de reforma; outros, que arranjaram ocupação no mercado de trabalho precário, porque deixaram para trás anos e anos de antiguidade ao serviço das suas empresas; outros ainda, porque foram passando à situação de reformado com pensões mínimas; outros... e muitos são, porque ficaram na "esperança e na expectativa de virem a recuperar os seus postos de trabalho ou receberem as suas compensações pelos anos de serviço".

Greve no Braz & Braz

Foi total a adesão dos 19 trabalhadores do Braz & Braz com processo de despedimento à greve realizada no passado dia 28 entre as 15 e as 19 horas. Concentrados à porta da empresa, com um pano alusivo, os trabalhadores distribuíram ainda à população e aos clientes um documento explicando os objectivos da sua luta.

Considerando este despedimento colectivo inaceitável, tanto mais que a empresa apresenta solidez e tem um apreciável volume de vendas, os trabalhadores manifestaram a sua vontade de adoptar novas forma de luta mais radicais caso a administração se mantenha com a mesma postura de intransigência.

"Hoje a luta é pela manutenção de 19 postos de trabalho, amanhã poderá também ser a luta contra mais tentativas de despedimento", salienta a propósito uma nota do CESL.

USDE/CGTP desmonta propaganda do PS

A União dos Sindicatos do Distrito de Évora desmentiu que o desemprego estrutural no Alentejo esteja a diminuir e considerou que todas as afirmações que procuram fazer crer o contrário, como são o caso das veiculadas pelo Governo, estruturas federativas distritais do PS e Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), não passam de uma mera "operação de propaganda" destinada a ludibriar os incautos.

Aquela estrutura sindical, em comunicado à imprensa, lança mesmo o desafio ao Governo para que prove a sua afirmação de que foram criados mais de nove mil postos de trabalho nos últimos quatro meses. Para os sindicatos, que citam palavras do Governador Civil de Évora aos microfones de uma rádio nacional em debate ocorrido em 2 de Novembro, a única coisa que melhorou foi a protecção social dos trabalhadores, através de diferentes medidas que, segundo este responsável político do PS, se assumem como uma "almofada social na ausência de medidas estruturantes imediatas".

Mas os sindicatos do Distrito de Évora vão mais longe nas suas críticas quando afirmam que o Governo PS, em matéria de emprego, ainda não cumpriu nenhum dos compromissos políticos que assumiu com os alentejanos.

"O que nós sabemos e o PS e o seu Governo não o dizem - garantem os sindicatos - é que "as obras do Alqueva não arrancam e perdeu-se mais um ano, onde podiam ser criados 1400 postos de trabalho", "o Governo ainda não assumiu publicamente o compromissso de reinstalar a Portucel Recicla em outro local do concelho de Mourão e salvaguardar os 200 postos de trabalho", do mesmo modo que "não assumiu as transferências necessárias à Universidade de Évora para pagamento dos salários a 124 trabalhadores".

Lembradas por aquela estrutura sindical são ainda as ameaças de desemprego e despedimentos que pairam sobre centenas de trabalhadores das Pirites Alentejanas de Aljustrel ou da empresa Lee Confecções de Évora - sem que a "voz do Governo ou do PS se tenha feito ouvir", como fazem notar - e muito menos sobre o encerramento da mais antiga fábrica de vestuário no distrito, a Melka, de que resultou o despedimento de 116 trabalhadores.

Lixos hospitalares em Lisboa

O Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa expressou a sua concordância com a recente decisão da Câmara Municipal no sentido de recusar qualquer recolha de resíduos sólidos hospitalares contaminados. Entendendo que os produtores destes lixos devem ser responsabilizados pelo seu acondicionamento, tratamento e destino final, o STML defende ainda que compete ao Ministério do Ambiente actuar nesta matéria, fiscalizando, designadamente, o cumprimento da legislação, para salvaguarda da saúde pública.

Verberado pelo sindicato, que se pronunciou em nota pública subscrita pelo seu departamento de higiene e segurança no trabalho, é também o que classifica de "inadmissível comportamento de algumas unidades de saúde" que tentam disfarçar os lixos contaminados misturando-os com os lixos normais. Por si citados , concretamente, são os casos ocorridos com os hospitais Egas Moniz, S. José e Santa Marta, responsáveis por situações que fizeram perigar a saúde não apenas dos trabalhadores da limpeza urbana como da população em geral.

Apesar da sua apreciação positiva à atitude da Câmara Municipal, o sindicato não deixa de assinalar que "peca por tardia" e por não ter em conta a "salvaguarda da saúde dos trabalhadores". Fundamentando o seu ponto de vista, regista o facto de apenas existirem dois fiscais para vigiar o cumprimento da lei nos hospitais e clínicas e de, por outro lado, não estar a ser garantida a identificação dos contentores com resíduos contaminados (os autocolantes identificadores têm vindo a desaparecer), o que facilita a sua colocação na via pública fazendo-os passar por lixo normal.

UNIÃO EUROPEIA

UEM, caminhos e contradições

Na passada semana, na mini-sessão plenária do PE de 27 e 28 de Novembro, foi discutido e votado um conjunto de relatórios sobre a União Económica e Monetária e a moeda única. Alguns destes relatórios, de iniciativa parlamentar, foram elaborados de forma a expressar a opinião do PE sobre os impactos da introdução da moeda única a nível de diversos sectores, o processo de convergência em curso e o quadro regulamentar do novo SME.

Pelas características do seu conteúdo, três destes relatórios merecem particular destaque: o relatório do socialista holandês Metten sobre o processo de convergência nominal (em conformidade com o art. 109J do Tratado), o relatório do trabalhista inglês Harrison sobre o impacto da UEM sobre a economia real e o relatório do cristão-democrata grego Christodoulou sobre as sanções a aplicar a Estados-membros com défices excessivos.

O relatório Harrison é tão cego em relação às questões da moeda única que reinventa uma nova noção de economia real

A importância destes três relatórios reside no facto de serem um espelho das posições monetaristas e ultraliberais que, apesar das contradições e da realidade económica (estagnação económica e crescimento do desemprego), permanecem autistas ao mundo exterior, e, perante as contradições e problemas, aceleram processos, indiferentes aos custos sociais e económicos inerentes.

A principal ideia inerente ao Relatório Metten é a flexibilização dos critérios de convergência nominal, tentando arranjar paliativos e novas interpretações, com o argumento que o Tratado apontou determinadas tendências para a inflação, défice, dívida pública e taxas de juro, não se podendo fazer, assim, uma avaliação meramente quantitativa e demasiado rígida dos critérios. Em outras palavras, perante as dificuldades, de países essenciais para a criação da moeda única, como a França e Alemanha, em cumprir os critérios dentro do prazo previsto (por exemplo, quanto às previsões dos défices na Alemanha e na França verifica-se uma derrapagem neste trimestre), flexibiliza-se a leitura, afirmando-se agora que o objectivo já não é atingir um défice até três por cento, mas manter uma rota de consolidação orçamental.

A parte curiosa é que após a aprovação do Tratado e até recentemente como decorria das afirmações públicas do Presidente do INME, os critérios tinham de ser vistos de uma forma rígida e quantitativa. Com isto pretendia-se apenas justificar a aceleração do processo de convergência nominal. Vendo agora a impossibilidade de cumprir tal objectivo, mudam-se as interpretações e leituras.

O relatório Harrison é tão cego e obsessivo em relação às questões da moeda única, que reinventa uma nova noção de economia real. Para este relator a economia real é expressa pela inflação, taxas de juro, taxas de câmbio, défices, dívida pública, mercados de capitais, massa monetária, estrutura e quadro do Banco Central Europeu, e outros agregados financeiros ou instrumentos de fluxos puramente nominativos. O relator não fala uma única vez no problema do desemprego, dos impactos sobre a indústria, as pescas, a agricultura, sobre a produção, sobre o emprego e uso dos factores de produção, sobre o bem-estar, sobre o crescimento económico e sobre a satisfação das necessidades das populações.

O relatório Christodoulou analisa o quadro das sanções para países que apresentem défices excessivos ou que após a entrada na moeda única vejam os seus défices derrapar. Estes mecanismos passam desde se apontar a condicionalidade dos fundos estruturais (como já acontece com o fundo de coesão) até à obrigação dos estados «faltosos» fazerem um depósito sem juros, sobre um montante de uma certa percentagem do PIB.

Como se pode ver, os arautos da moeda única tomam a posição da avestruz, e com medo da opinião pública e das consequências de pauperização social e económicas visíveis na UE, aceleram o mais possível e enfiam a cabeça debaixo da areia, com o argumento político segundo o qual se a moeda única não for introduzida em 1999, dificilmente o será posteriormente, com todas as consequências políticas e económicas daí decorrentes para os apologistas liberais e monetaristas.

O Grupo da Esquerda Unitária Europeia, onde os deputados do PCP se integram, votou contra o conteúdo destes relatórios.

Tal como afirmou o eurodeputado do PCP, Sérgio Ribeiro, durante o debate, «estes são relatórios que caracterizam um tempo, uma moda, um serviço, uma obsessão. Outros tempos virão!»

Cuba
UE cede a pressões norte-americanas

A União Europeia adoptou segunda-feira uma proposta da Espanha condicionando a Cuba ao «respeito pelos Direitos Humanos» e livre expressão dos seus cidadãos. A resolução foi aprovada pelos quinze países membros, que defendem a intensificação dos contactos com os sectores da sociedade cubana que «promovem o respeito dos Direitos Humanos e o verdadeiro progresso em direcção a uma sociedade pluralista».

A decisão foi saudada pelos Estados Unidos, que a considerou «um passo em frente na demonstração de que a situação dos Direitos Humanos em Cuba é uma preocupação prioritária não só para os do nosso hemisfério mas para todo o Mundo», disse em Washington o porta-voz do Departamento de Estado, Nicholas Burns.

Esta «posição comum», que condiciona o desenvolvimento da cooperação UE/Cuba à «democratização do regime e à libertação dos presos políticos», constitui na verdade uma verdadeira cedência de Bruxelas face aos Estados Unidos depois da queixa da UE na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a lei Helms-Burton.

A aplicação da lei, que prevê sanções contra as empresas estrangeiras apostadas no comércio com Cuba, foi suspensa em Janeiro por Bill Clinton. Na ocasião, o presidente norte-americano fez saber pelo seu emissário a Bruxelas, Stuart Eizenstat, que a suspensão poderia ser prolongada se os Quinze aumentassem a pressão sobre Cuba. O Governo espanhol de José Maria Aznar, que nas últimas semanas protagonizou uma orquestrada campanha contra Cuba e não esconde as suas simpatias pelos sectores da contra-revolução cubana, teve o duvidoso mérito de servir de correia de transmissão da política americana.

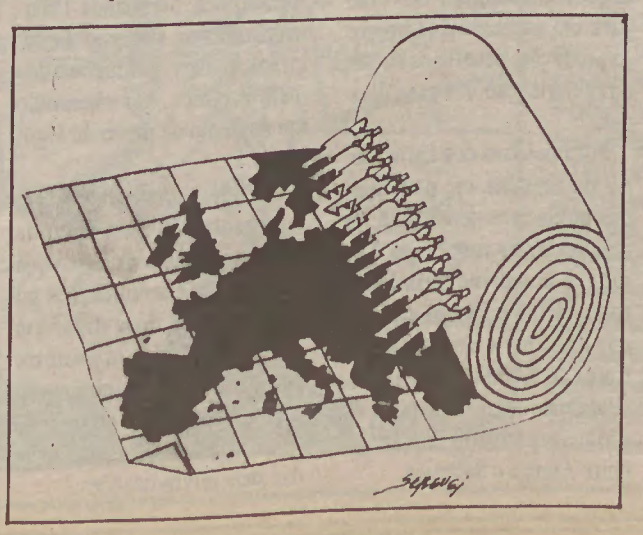
As manobras de asfixia do regime cubano ameaçam agora intensificar-se. O facto é tanto mais grave quanto se sabe que, no ano em curso, a cooperação entre a União Europeia e Havana foi drasticamente reduzida: de 30 milhões de Ecu em 1995, a ajuda europeia baixou para 18,7 milhões de Ecu em 1996, dos quais 15 milhões para auxílio humanitário.

Os EUA têm motivo para estar satisfeitos. Os Quinze, pretensamente tão ciosos das suas tradições humanistas, só têm razões para se envergonhar.

Moeda única
«Pacto de estabilidade» gera discórdia

Divergências com a Alemanha impediram o Conselho de Ministros das Financas dos Quinze, reunido segunda-feira em Bruxelas, de fechar um acordo político sobre o chamado «pacto de estabilidade» orçamental a que se submeterão os países da UE que participarem na futura moeda única, o Euro, a criar em Janeiro de 1999.

A Alemanha impediu segunda-feira em Bruxelas um acordo político dos Quinze sobre as situações excepcionais em que não haverá sanções para países da futura zona Euro, moeda única europeia, que apresentem défices orçamentais excessivos. Fontes diplomáticas e comunitárias, citadas pela Lusa, indicaram que a Alemanha insistiu, no Conselho de Ministros da Economia e Finanças da União Europeia, na necessidade de, após 1999, um país da zona Euro só poder ficar livre de sanções se o défice orçamental excessivo que apresentar num ano for devido a uma grave e súbita depressão económica, comprovada por uma quebra na riqueza gerada pela economia (PIB) da ordem de 1,5 ou 2 por cento/ano.



Um critério de avaliação de «situações excepcionais» considerado «excessivamente rígido» pelos restantes Estados da UE, que preferem não quantificar a «quebra significativa» do PIB que isentará um Estado da futura «zona Euro» de sanções por défices orçamentais superiores ao limite máximo de três por cento do produto.

A «fasquia» que os alemães querem impor às «desculpas» por défices públicos excessivos, após a criação do Euro, em 1999, tornaria quase nulas as possibilidades de um país escapar a sanções em caso de derrapagens orçamentais.

Os ministros das Financas vão tentar chegar a um acordo sobre a questão numa reunião extraordinária convocada para 12 de Dezembro, em Dublin, um dia antes da cimeira europeia, também na capital da Irlanda.

Semelhanças

A moeda única está no centro dos debates políticos em toda a União Europeia. Ao contrário do que se procura fazer crer, não só não há consenso em torno desta matéria, como são cada vez mais as vozes que se levantam exigindo a consulta popular sobre a questão.

Em França, como em Portugal, as divergências entre socialistas e comunistas quanto à moeda única agravam-se. Para o PCF, o empenho dos socialistas franceses na União Económica e Monetária suscita cada vez mais interrogações quanto à viabilidade das respectivas propostas económicas.

Favoráveis a uma outra construção europeia, que não submeta os povos às exigências dos mercados financeiros, os comunistas opõem-se à moeda única e defendem que os franceses sejam consultados em referendo, tendo lançado uma campanha de assinaturas em apoio desta pretensão.

En Junho, num documento intitulado «Os actores da democracia», o PS francês afirma ser necessário que «os direitos dos cidadãos passem de princípios proclamados a direitos efectivos». No entanto, o líder do PS, Lionel Jospin, veio recentemente a público declarar a sua oposição «de princípio» ao referendo sobre a moeda única.

Alguma coisa soa particularmente familiar nesta tendência da 'família' socialista para procurar impedir que os povos se pronunciem sobre o seu próprio futuro.

Russos deixam Tchetchénia

Sob as ordens de Boris Ieltsin, iniciou-se no domingo a retirada das tropas russas da Tchetchénia, numa operação que deverá terminar antes de 25 de Janeiro. Serguei Iastrjembski, porta-voz do presidente, declarou que esta partida tem como objectivo permitir que as eleições presidenciais e legislativas daquela república «não decorram sob a ameaça dos canos das espingardas».

Corrupção na Noruega

O ministro do Plano e da Reforma da Administração da Noruega demitiu-se na passada semana, na sequência de um escândalo financeiro relacionado com a venda na Bolsa de Valores de acções de uma fábrica de conservas que dirigia antes de esta ir à falência em 1987. Larsen, ex-coordenador da ONU para os territórios palestinianos, afirmou que decidiu demitir-se para impedir a queda do Governo.

271 anos para polícia brasileiro

Um polícia brasileiro, que participou em 1993 num massacre de oito crianças, foi condenado a 271 anos de prisão, na semana passada. Este é um dos sete polícias que faziam parte do grupo que assassinou seis crianças que dormiam junto a uma igreja do Rio de Janeiro e executou outras duas na praia. Actualmente, no Rio de Janeiro, duas a três mil crianças vivem na rua. Segundo dados de um centro de reinserção das populações marginalizadas, nos últimos dez anos mais de seis mil crianças de rua foram assassinadas no Brasil, metade das quais em 1993. O problema da pobreza não afecta apenas a América Latina. Por exemplo, em Itália, seis milhões de pessoas vivem com menos de 500 mil liras (50 contos) por mês, isto é, abaixo do limiar da pobreza, segundo dados do Banco Mundial divulgados recentemente.

Novo primeiro-ministro na Roménia

Victor Ciorbea é o novo primeiro-ministro da Roménia. Democrata-cristão e presidente da Câmara de Bucareste, Ciorbea tem até dia 9 para apresentar ao Parlamento a lista do seu Governo. O novo primeiro-ministro havia sido apontado para o cargo um dia depois da vitória de Emil Constantinescu na segunda volta das eleições presidenciais de 17 de Novembro.

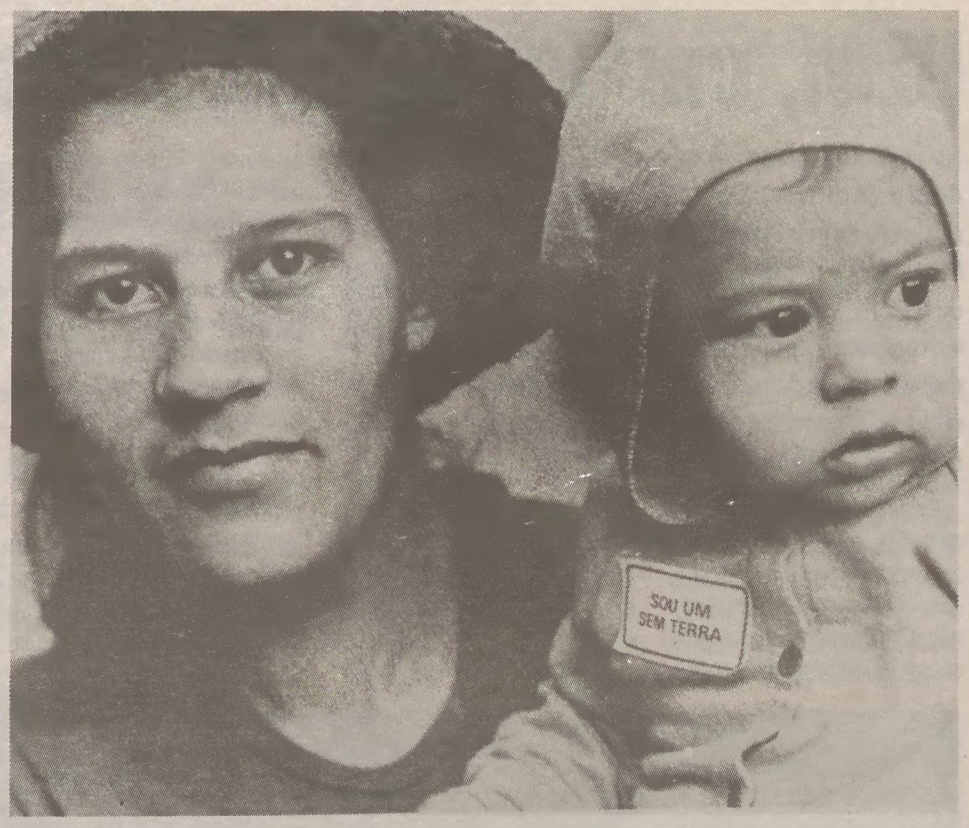
Núcleos do PT em Lisboa

Inicia-se amanhã, em Lisboa, o Primeiro Encontro dos Núcleos do Partido dos Trabalhadores (Brasil) no Exterior, onde serão debatidos temas como a emigração, as acções de solidariedade e a organização partidária no estrangeiro.

No Encontro do PT participam, para além dos núcleos de Lisboa, Paris, Londres, Bolonha, São Francisco, Madrid, Roma e Córdoba, também outras organizações. Foram convidados o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o seu movimento de apoio em Barcelona, a Resistência Timorense, o Sindicato Labrego Galego e os partido e entidades portuguesas que mantêm relações com o PT.

Está já confirmada a presença de José Dirceu, o Presidente Nacional do PT, Luís Dulci, primeiro-vice-presidente, e Marco Aurélio Garcia, secretário de Relações Internacionais do partido.

Em Portugal, vivem cerca de 25 mil brasileiros e um dos objectivos principais do núcleo lisboeta do PT é divulgar as propostas «petistas» junto a estes trabalhadores. Isto, porque «a emigração não deve ser apenas uma aventura individual. Viver no exterior também deve ser uma oportunidade de reflexão colectiva sobre o Brasil».



A partir de Abril de 1997, uma exposição fotográfica de Sebastião Salgado sobre o Movimento dos Sem Terra vai correr mundo. Esta foi a forma que o MST encontrou de «ampliar a denúncia da violência no campo», tanto no Brasil como no exterior. O Núcleo do PT-Lisboa está empenhado em trazer a exposição a Portugal (foto de arquivo)

Eleições na Jugoslávia

O Partido Socialista da Sérvia (PSS), a «Esquerda Jugoslava» e a «Nova Democracia» ganharam as eleições locais repetidas em 34 municípios da Sérvia, na semana passada, conseguindo eleger 51 deputados com os seus 72,86 por cento.

A coligação «Zajedno» («Juntos»), que inclui o Movimento de Renovação Sérvio, o Partido Democrático e a Aliança Cívica da Sérvia, alcançou 12,86 por cento (cinco lugares), enquanto o Partido Radical Sérvio (SRS) e um grupo de cidadão obtiveram dois lugares cada, com 2,86 por cento. A coligação «Vojvodina» e a Associação Democrática dos Húngaros da Vojvodina elegeram um deputado cada um, com 1,43 por cento.

O acto eleitoral foi também repetido para a eleição de dez lugares na Assembleia de Vojvodina. Aqui, o PSS elegeu seis deputados, enquanto o SRS, a Aliança dos Húngaros da Vojvodina e a coligação «Zajedno» um lugar cada. Nesta assembleia, o PSS tem agora 74 lugares num total de 120.

Numa recente entrevista à televisão sérvia, Dragam Tomic, presidente do Parlamento da República Federal da Jugoslávia, considerou que, apesar da vitória da oposição em alguns locais ser normal, o comportamento da coligação «Juntos» é «uma vergonha». Segundo Tomic, tal já tinha sido indiciado na pré-campanha eleitoral.

A propósito das acusações de fraude aleitoral, aquele dirigente lembrou que as eleições não são organizadas apenas por um partido, como se pretende fazer crer, mas sim por comités eleitorais compostos numa base paritária por todos os partidos concorrentes e por comissões de cidadãos não filiados. «Se não é um só partido que organiza as eleições, não pode ser um só partido a anulá-las», acrescentou.

Belgrado tem vindo a ser palco de manifestações sucessivas organizadas pela oposição. Os manifestantes, cujo número já atingiu os 50 mil, começaram por contestar a repetição das eleições, mas os protestos estenderam-se rapidamente à política governamental.

Itália
Greve a 13 de Dezembro

A Itália tem agendada para 13 de Dezembro uma jornada de luta que deverá paralisar os caminhos-de-ferro e os transportes, em resposta ao apelo das principais confederações sindicais do país.

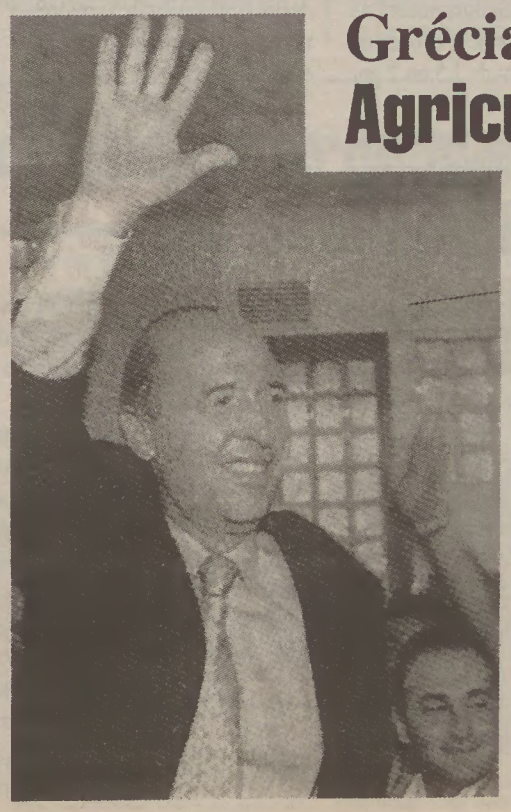
A comissão coordenadora dos maquinistas dos caminhos-de-ferro italianos (COMU), marcou uma greve de 24 horas em protesto contra «a grave crise financeira» dos 'Ferrovie dello Stato (FS)', despoletada com o recente escândalo que levou à prisão e demissão dos principais dirigentes da empresa.

Também os sectores de transportes das três confederações sindicais - CGIL, CISL e UIL - apelaram à luta contra o «redimensionamento» da empresa pública de caminhos-de-ferro e pela renovação dos acordos sindicais de sector.

Tal como sucedeu o ano passado, as manifestações de protesto voltam à rua em Itália

Os sindicatos italianos apelaram ainda a uma greve de quatro horas, a 13 de Dezembro, nos sectores da indústria e dos transportes, em apoio às difíceis negociações em curso com o patronato. Os sindicatos do sector mecânico e metalúrgico estão desde há algumas semanas em negociações para aprovação da convenção colectiva e aumentos salariais, sem que se vislumbre nenhum acordo no horizonte.

As confederações sindicais apelaram igualmente aos sindicatos dos transportes urbanos para que transfiram para 13 de Dezembro a sua greve de 24 horas anunciada para o dia 12.



O Governo de Costa Simitis está confrontado com o crescente descontentamento popular

Grécia
Agricultores em luta

Os agricultores gregos bloquearam as estradas e vias férreas, no passado fim-de-semana, após o fracasso das suas negociações com o Governo para um aumento dos preços na produção, benefícios fiscais e regularização das suas dívidas.

Por iniciativa dos agricultores da Tessália, em particular dos produtores de algodão, os manifestantes instalaram barragens nos principais eixos rodoviários e na linha férrea que liga o norte e o sul do país. Cerca de 5.000 tractores paralisaram no centro e no norte do país, impedindo o tráfego entre Atenas e Salónica.

O governo exclui «de momento» a possibilidade de recorrer à intervenção das forças policiais. O ministro da Agricultura, Stéphanos Tzoumakas, diz-se disposto a examinar as reivindicações dos manifestantes, não excluindo um aumento de preço do algodão.

Os agricultores gregos, que representam 20 por cento da população activa da Grécia, já cortaram as comunicações no país durante dois dias, em Março de 1995, em protesto contra o endurecimento do regime fiscal, sem no entanto terem conseguido a satisfação das suas reivindicações.

PCP na Síria e Turquia

O PCP esteve presente no XVIII Congresso do PC Sírio, realizado em Damasco, e no IV Congresso do Partido dos Trabalhadores, em Ancara, Turquia, no fim do passado mês. O PCP fez-se representar pelo camarada Domingos Lopes, membro do Comité Central e da Secção Internacional.

França

Vitória da unidade

Ao décimo segundo dia de greve massiva, as cinco federações sindicais francesas (CFDT, F0, CGT, SNCR e CFTC) que mobilizaram os camionistas para a acção comum venceram o braço-de-ferro com o patronato e o Governo.

Reforma aos 55 anos, melhoria das condições de trabalho, redução do horário de trabalho e aumento de salários - as principais reivindicações dos camionistas franceses - deixaram de ser aspirações impossíveis.

O acordo, difícil, tornou-se uma realidade. Como afirmou um sindicalista citado por «L'Humanité», no final das negociações, «sentimos que a profissão, ao longo destes doze dias de luta, conquistou uma dignidade e um reconhecimento importante».

A primeira vitória a ser alcançada foi a do direito à reforma aos 55 anos, o que é um caso praticamente inédito tanto no sector privado como no público. Mais difícil foi o acordo respeitante aos salários e tempo de trabalho.

Quanto à questão salarial, as federações patronais acabaram por duplicar o montante-base - de 1.500 para 3.000 francos - do prémio «excepcional» de fim de ano que vão recomendar aos seus associados, a concretizar em um ou dois pagamentos, o mais tardar até 31 de Março de 1997. Embora se trate só de uma recomendação, que dependerá da correlação de forças em cada empresa, não deixa de ser importante que abra caminho a acordos susceptíveis até de irem mais longe, como sucedeu por exemplo com os camionistas do grupo Geodis, que antes de terminarem a greve chegaram a acordo para um prémio de 3.000 francos a pagar na totalidade em Dezembro, bem como para aumentos de três por cento dos salários a partir de Janeiro.

A vitória dos camionistas franceses, a semana passada, é um incentivo às diversas lutas em curso no país contra a política governamental

No respeitante ao tempo de trabalho, as questões estão ainda em aberto: supressão imediata (por decreto) do sistema de «equivalências» para as 40ª e 41ª horas da semana que não são pagas, e o pagamento a 100 por cento de todo o tempo em que o trabalhador está à disposição da entidade patronal (esperas, cargas, descargas), definição e fixação dos tempos não remunerados durante o dia de trabalho. Um grupo de trabalho paritário deve acordar nos próximos quinze dias as regras a implementar neste domínio. Se tal não suceder, o ministro dos Transportes comprometeu-se a intervir, a 15 de Dezembro, com um decreto cujo anteprojecto mereceu já o acordo dos dirigentes sindicais.

Para além destes aspectos, organizações patronais e sindicais chegaram a acordo quanto à proibição de circulação ao domingo de todos os veículos pesados estrangeiros, redução de 10 para 5 dias da franquia em caso de doença (ou seja, o subsídio de doença passa a ser pago a partir do quinto dia de baixa), direito sindical, gastos de deslocação.

Terminada a greve dos camionistas franceses, a vida voltou à normalidade. Até à próxima luta, que o futuro não se adivinha fácil na Europa dos Quinze e a França não é excepção.

Alain Juppé no fio da navalha

Durante quase duas semanas, os caminonistas franceses paralisaram os grandes eixos rodoviários, praticamente em todo o território. Um movimento que, uma vez mais, ilustrou o profundo mal estar social que a França conhece actualmente.

Um ano e meio após a eleição de Jacques Chirac e da nomeação do governo de Alain Juppé, a situação social e económica da França não cessou de se agravar. Para trás ficaram as belas promessas semeadas pelo candidato Chirac. A luta contra o desemprego, apregoada então como a grande prioridade do novo governo, traduziu-se por mais 100.000 desempregados no espaço de um ano. O anunciado combate contra as 'fracturas sociais' deu como resultado tangível cada vez mais pobres nas ruas de Paris e uma mais acentuada injustiça social. Sem falar já do trágico caudal dos 'sem abrigo', verdadeiro insulto no inverno de Paris. As grandes reformas da Segurança Social traduziram-se também por um aumento das cotizações e uma visível degradação da qualidade dos serviços de saúde. Quanto aos jovens, a única certeza que possuem é o da inscrição no desemprego.

Assim vai a França neste final de 1996. Uma França em crise e em busca de identidade. Hoje os franceses perderam a confiança numa classe política minada pelos escândalos de corrupções e de dinheiros por debaixo da mesa. Cansaods de ouvirem o mesmo discurso, onde as promessas se alinham como um cortejo de sombras, os franceses têm medo. A precaridade do trabalho, o inexorável aumento do desemprego, as incertezas no futuro, a ausência de pontos de referência, tudo faz com que a França hoje se encontre mergulhada numa profunda crise de confiança.

O Primeiro-ministro, Alain Juppé, que bate todos os recordes de impopularidade, continua a defender uma política de direita, deixando ao mesmo tempo aberto o caminho para uma extrema-direita cada vez mais ameaçadora. O Partido Socialista, ainda traumatizado pelas sucessivas derrotas, não oferece qualquer solução alternativa.

Hoje os franceses interrogam-se sem encontrarem verdadeiramente uma resposta para as suas preocupações. Há um ano foi a grande explosão social com uma França paralisada pela greve dos transportes. Em 1996, os camionistas paralisaram as estradas francesas, dando mais um sinal de alerta para um Poder que persiste em levar a cabo uma política que está longe de ir ao encontro da defesa dos mais desfavorecidos. Alain Juppé e o seu governo continuam a brincar com o fogo. Um exercício delicado que poderá conduzir a França para uma nova explosão social com consequências imprevisíveis. Uma França que perdeu também as suas referências e que continua a alugar 'charters' para expulsar os clandestinos. Uma França cuja polícia arromba portas de igrejas para matracar os estrangeiros em situação irregular que aí encontraram asilo. Uma França dos Direitos do Homem mas que parece ter a memória curta.

Hoje, em França, distribui-se a sopa dos pobres. Um milhão de pessoas não possui um tecto para se abrigar. A precaridade está presente em milhões de lares. Mais de três milhões de pessoas estão privadas de emprego. Tal é o balanço de um ano e meio de Governo de Alain Juppé. Tal é também o resultado de uma política económica e social que continua sem dar verdadeira resposta aos grandes problemas que hoje se colocam à sociedade francesa.

■ **Manuel de Sousa**

Atentados na Córsega

Registaram-se dois atentados, ainda não reivindicados, na Córsega, na sexta-feira. Os atentados, perpetrados contra edifícios administrativos em Corte e em Bastia, não provocaram feridos.

Massacres na Colômbia

A região de Antioquia, no noroeste da Colômbia, foi palco de dois massacres levados a cabo por grupos paramilitares. Segundo a Lusa, a primeira acção ocorreu na manhã de sexta-feira quando seis pessoas que haviam sido raptadas foram assassinadas no leste de Antioquia. Horas depois, vários indivíduos que se deslocavam numa viatura atiraram indiscriminadamente contra a população, causando a morte a seis pessoas.

ONU solidária com Palestina

No Dia da Solidariedade Internacional com o Povo Palestiniano, assinalado no dia 29 de Novembro, o secretário-geral da ONU advertiu que a construção de novos colonatos israelitas na Cisjordânia e em Gaza «constitui uma grave ameaça à continuação da paz». Butros Ghali vê como um «progresso significativo» o estabelecimento de uma administração palestiniana eleita naquelas duas regiões. Por seu lado, Yasser Arafat, presidente da Autoridade Nacional da Palestina, pediu à comunidade internacional que obrigue Israel a cumprir os acordos já assinados, com o objectivo de permitir o estabelecimento de um Estado independente do povo palestiniano tendo Jerusalém como capital.

Iraque inicia exportações

A ONU autorizou o Iraque a iniciar a exportação de petróleo até dia 10 deste mês, ao ritmo de 500 mil barris por dia. Com esta medida, as autoridades iraquianas passam a poder adquirir alimentos e medicamentos para a sua população. Tudo aponta que a reentrada deste país no mercado petrolífero vai provocar uma baixa dos preços do crude.

Bósnia

A Federação Croato-Muçulmana já recebeu o primeiro carregamento de armas pesadas norte-americanas, no âmbito do programa de ajuda militar dos EUA. De acordo com dados veiculados pela Lusa, o equipamento militar fornecido pelos Estados Unidos às forças armadas da Federação compreende 45 tanques, 80 veículos de transporte blindados, 15 helicópteros, 800 armas antitanques, 45.100 espingardas de assalto M-1, as respectivas munições e material de radiocomunicações no valor de 100 milhões de dólares.

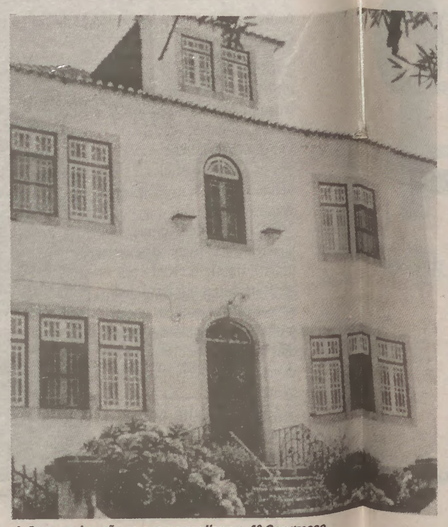
CONGRESSO PCP

PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996

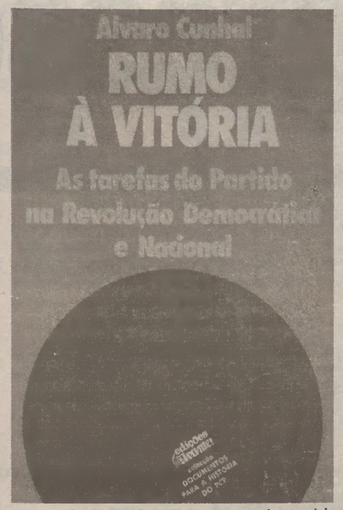
Breve História dos Congressos

A História do Partido tem sido feita de lutas. Lutas pela liberdade, pela democracia, pelos direitos dos trabalhadores, contra a injustiça e a exploração, lutas, sempre ao lado dos trabalhadores e do povo, indicando o caminho do socialismo. Também tem sido feita de reflexão e de estudo, de debate e de acerto de ideias. Os momentos mais altos dessa reflexão e desse acerto de ideias, da linha definidora da estratégia dos comunistas para os tempos que vão, são os congressos. Na longa História do Partido Comunista Português, fundado em 6 de Março de 1921, há 75 anos, já se realizaram 14 congressos. Amanhã tem início o XV. Recordemos brevemente a História dos anteriores.

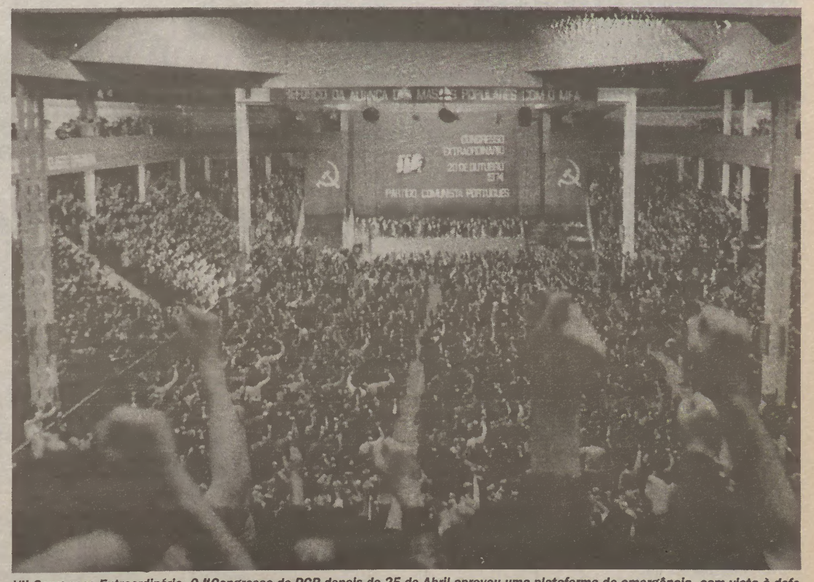
No primeiro andar deste prédio na Rua da Madalena, em Lisboa, foi fundado o PCP



A Casa na Lousã em que se realizou o 4º Congresso



Rumo à vitória, um livro marcante para desenvolvimento da luta contra o fascismo, documento que foi a base política do Relatório do CC ao VI Congresso

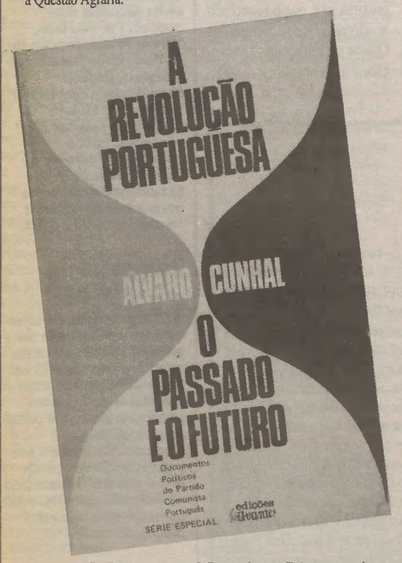


VII Congresso Extraordinário. O I Congresso do PCP depois do 25 de Abril aprovou uma plataforma de emergência, com vista à defesa da Revolução e ao desenvolvimento do processo democrático

A Fundação

A 6 de Março de 1921 realiza-se a Assembleia que funda o Partido Comunista Português. Foi em Lisboa, na sede da Associação dos Empregados de Escritório, que se reuniram aqueles que então, sob a influência dos ideais comunistas e da Revolução de Outubro vitoriosa, deram os primeiros passos numa jornada que em breve seria semeada de batalhas e de sacrifícios.

O I Congresso do Partido tem lugar em 12 de Novembro de 1923, em Lisboa. Aí participam já 90 delegados representando 27 organizações. As Teses, publicadas antes em *O Comunista*, haviam sido debatidas nas organizações. O então secretário-geral, José Carlos Rates, apresentou o Relatório do Comité Executivo, e o Congresso aprovou uma Resolução sobre Organização, os Estatutos, o Programa de Acção, e uma Resolução sobre a Questão Agrária.



A Revolução Portuguesa – O Passado e o Futuro, com base no Relatório apresentado por Álvaro Cunhal foi o tema forte dos trabalhos do VIII Congresso do Partido, em 1976

O II Congresso é convocado para 29 de Maio de 1926, em Lisboa, e virá a interromper os seus trabalhos, apesar de terem comparecido 100 delegados. A 28 de Maio dá-se o golpe militar reaccionário instaurando a ditadura que iria dar lugar ao fascismo. A repressão contra os comunistas não se faz esperar e, em 1927, a sede do PCP é encerrada.

Da primeira reorganização do Partido, em 1929, emerge a figura de Bento Gonçalves, que posteriormente vem a ser o primeiro secretário-geral do Partido.

A reorganização

O Partido entra na clandestinidade, donde só virá a sair com o 25 de Abril de 1974. É o único partido a resistir à repressão.

O III Congresso - I Congresso Ilegal - realiza-se em 1943. Já então, na sequência da reorganização operada em 40-41, dispõe o Partido de um núcleo central de revolucionários inteiramente dedicados à luta e às tarefas partidárias.

Neste Congresso, Álvaro Cunhal apresenta o Informe Político do Secretariado do CC, intitulado "A Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência".

Em 1946, o IV Congresso aponta o desenvolvimento da luta de massas como direcção principal da acção dos comunistas com vista ao derrubamento do fascismo. Em 1957, reúne o V Congresso e o PCP toma posição sobre o colonialismo, reconhecendo o direito à independência completa e imediata aos povos oprimidos das colónias.

Rumo à Vitória

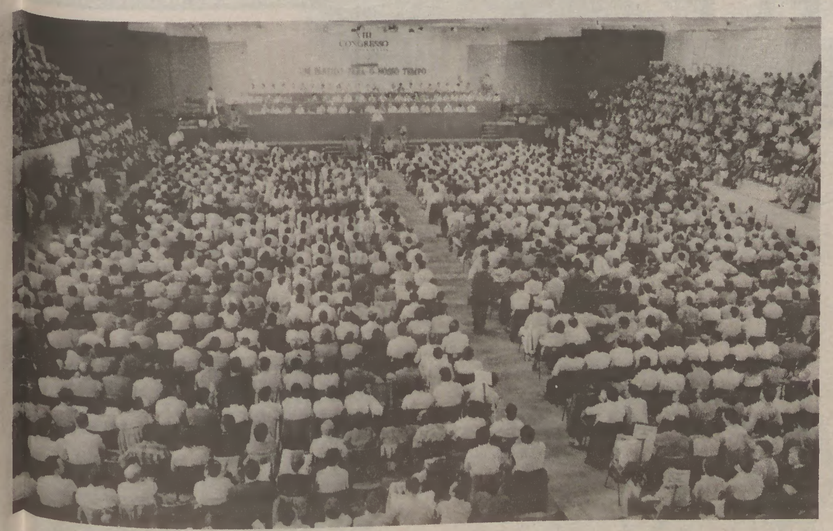
"Rumo à Vitória - As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional" constituiu a base política do Relatório apresentado por Álvaro Cunhal ao VI Congresso, realizado em 1965. Em breve este Relatório, que logo veio a ser editado em livro e distribuído na clandestinidade, se apresentaria como um documento marcante da luta antifascista. Definia com justeza o caminho para o derrubamento da ditadura e os objectivos da Revolução Democrática e Nacional, que se consubstanciavam depois no Programa do Partido que esse Congresso aprovou. *Destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático; Liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral; Realizar a Reforma Agrária entregando a terra a quem a trabalha; Elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral; Democratizar a instrução e a cultura; Libertar Portugal do imperialismo; Reconhecer aos povos das colónias o direito à imediata independência; Seguir uma política de paz e amizade com todos os povos*, tais foram os oito pontos do Programa do PCP que a história viria a comprovar como necessários a uma verdadeira revolução democrática que veio a concretizar-se no processo que se seguiu ao 25 de Abril.

No Porto, no Palácio de Cristal, onde vão decorrer a partir de amanhã os trabalhos do XV Congresso, já se realizaram duas Assembleias Magnas do PCP. O X Congresso em 1983 e o XII em 1988

A Revolução

A 20 de Outubro de 1974, poucos meses depois do 25 de Abril, reúne-se extraordinariamente o primeiro Congresso do PCP na legalidade, após 48 anos de fascismo. Com milhares de convidados em festa, milhares de delegados representando um Partido em forte crescimento aprovam modificações ao Programa e aos Estatutos, decorrentes da situação de liberdade conquistada. Aprova também, este VII Congresso, uma Plataforma de Emergência contendo medidas fundamentais para a defesa e desenvolvimento da Revolução. O Comité Central, apresentado ao Congresso, era então composto por 23 membros efectivos e 13 suplentes.

O VIII Congresso reúne-se na FIL, em Lisboa, nos dias 2 e 3 de Outubro de 1976. As Teses haviam sido amplamente discutidas pela forte organização do Partido, que elegeu 1282 delegados. De novo, um extenso Relatório de Álvaro Cunhal foi apresentado ao Congresso. "A Revolução Portuguesa, o Passado e o Futuro", então redigidp, analisando o processo que levou à Revolução e apontando as linhas fundamentais da política a desenvolver em defesa das conquistas revolucionárias, constitui ainda hoje um valioso documento para se avaliar tpdo o processo então a decorrer. O Comité Central eleito foi alargado, e eleitos 54 membros efectivos e 36 suplentes.



No XIII Congresso em Loures, os comunistas analisaram e debateram as evoluções da situação mundial e reafirmaram a sua identidade e ideais

Após o XIV Congresso realizado em Almada, Carlos Carvalhas foi eleito Secretário-Geral do PCP

Defender as conquistas

No Pavilhão da Quimigal, no Barreiro, teve lugar o IX Congresso, que ocupou quatro dias de trabalhos, iniciando-se a 31 de Maio e terminando em 3 de Junho de 1979. Três anos de complexas batalhas em defesa das conquistas da Revolução foram analisados por 1642 delegados, eleitos através de 2997 reuniões e assembleias. O PCP continuava a crescer e o CC eleito foi alargado para 133 membros.

Quatro anos depois, de 15 a 18 de Dezembro de 1983, e pela primeira vez no Porto, os comunistas reúnem o seu órgão máximo. Era o X Congresso, que teve lugar no Palácio de Cristal. A "AD" havia sido derrotada, mas a política da coligação PS/PSD agravava-a. Avolumavam-se perigos, que ali foram analisados, definindo-se as tarefas fundamentais na defesa da democracia portuguesa. Os 2114 delegados elegeram novo CC, alargado para 165 membros.

O XI Congresso é convocado extraordinariamente para a Amadora. Em menos de uma semana, de 28 de Janeiro a 2 de Fevereiro, o Partido mobiliza-se para eleger os delegados que vão decidir votar em Mário Soares contra Freitas do Amaral, na segunda volta das presidenciais. A escolha dos comunistas mostrou-se decisiva para o desfecho dessas eleições.

No limiar do Século XXI

De novo no Porto, reúne-se o XII Congresso, de 1 a 4 de Dezembro de 1988. O Palácio de Cristal recebe 2090 delegados, eleitos na maioria em 925 assembleias, que debateram as Teses, cujo projecto recebeu cerca de 1700 propostas de emendas. O Congresso aprova emendas aos Estatutos, adaptando-os aos novos tempos, aproveitando a rica experiência de trabalho revolucionário. E aprova também um novo Programa - "Portugal: uma democracia avançada no limiar do Século XXI". O Comité Central é amplamente renovado e torna a crescer. São eleitos 175 membros, dos quais 96 efectivos.

Em Loures, de 18 a 20 de Maio de 1990, novo Congresso Extraordinário - o XIII, que reúne para apreciar os acontecimentos, a situação e a evolução na URSS e nos outros países socialistas e, por outro lado, o avanço do processo de restauração do capitalismo monopolista em Portugal. Em plena batalha ideológica, o Partido reafirma aí a sua identidade e o seu ideal comunista. Reunindo após o Congresso, o CC elegeu Álvaro Cunhal para secretário-geral e Carlos Carvalhas para secretário geral-adjunto, procedendo à recomposição dos organismos executivos.

Dois anos depois, a 4, 5 e 6 de Dezembro de 1992, o XIV Congresso reúne em Almada. A situação internacional é completamente nova, com o desaparecimento da URSS e as derrotas do Socialismo no Leste da Europa. O cavaquismo impera em Portugal e aprofunda-se a reconstituição monopolista. O PCP resiste e afirma-se na condução das lutas que irão pôr fim ao domínio do PSD no Governo. A renovação da direcção partidária continua. Álvaro Cunhal é eleito Presidente de um novo órgão - o Conselho Nacional. Carlos Carvalhas é eleito para secretário-geral do Partido.

EM FOCO

É amanhã o Congresso

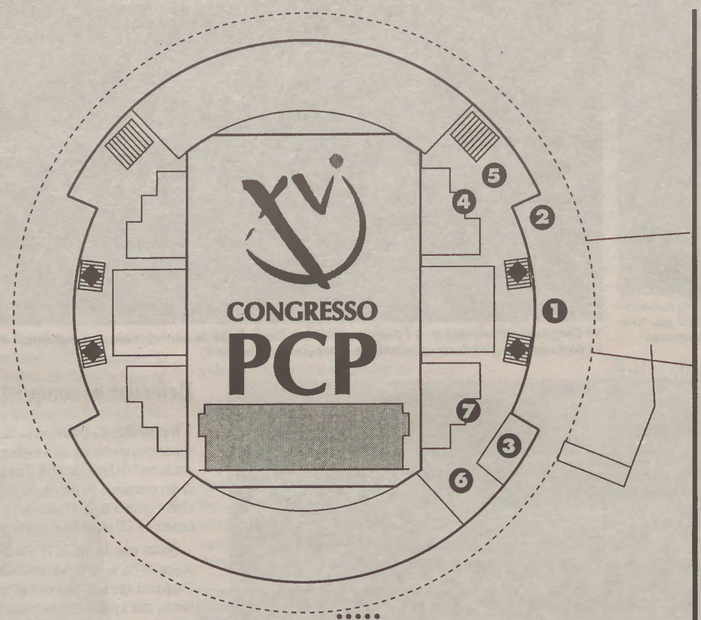
Um enorme debate antecedeu a realização do XV Congresso do Partido Comunista Português que amanhã se inicia.
Da discussão em torno do projecto de Resolução Política resultaram reflexões, alterações e acrescentos que naturalmente o enriqueceram. É sobre este documento que os delegados ao Congresso se irão pronunciar. Exaustivas e rigorosas, as Teses, há três meses em discussão, analisam não só a situação nacional como as transformações verificadas no mundo e a resposta dos povos à ofensiva do capitalismo. A luta de massas e a intervenção do Partido, assim como a situação actual do PCP e as medidas necessárias ao seu reforço, são outras questões de grande importância para os militantes comunistas igualmente aprofundadas.

A par da discussão no Partido, a organização do Porto esmerava-se para receber delegados e convidados que irá receber de todo o País. E o produto final - tudo indica - vai fazer jus à conhecida hospitalidade das gentes do Norte.

Como chegar ao Congresso, a recepção e apoio aos delegados, as refeições, as bancas, em resumo, as questões de ordem prática foram cabalmente resolvidas pelos camaradas do Porto. Informações que hoje o «Avante!» repete.

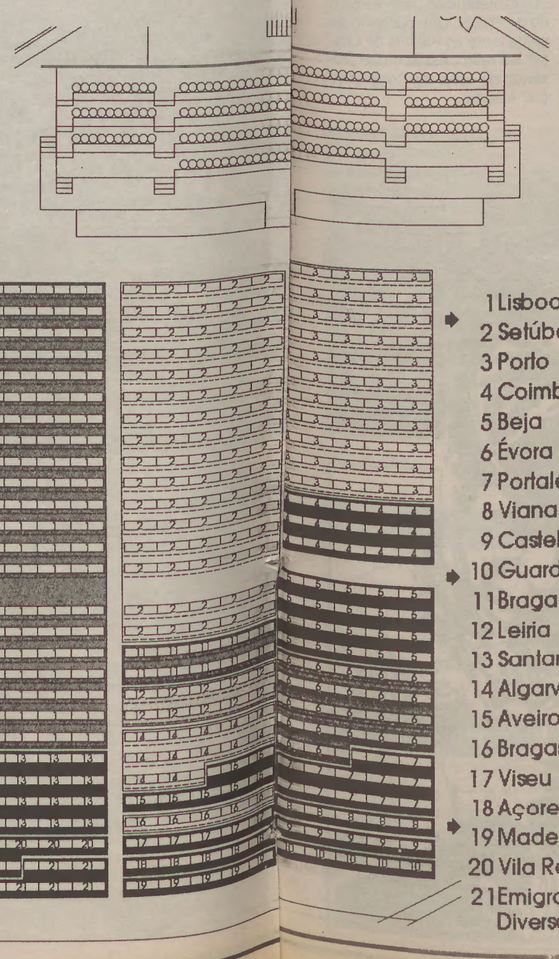
De destacar, entretanto, é a possibilidade de qualquer pessoa - residente ou de passagem pelo Porto - poder assistir à sessão de encerramento do Congresso, que decorrerá a partir das 11 horas de Domingo, onde, depois da apresentação do novo Comité Central, intervirá o Secretário-geral.

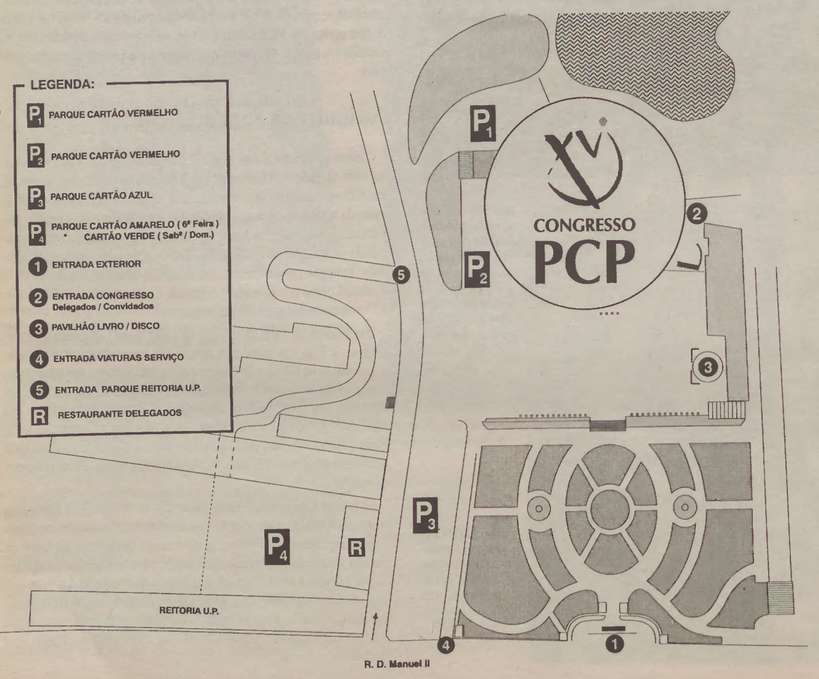
As entradas no Congresso



1. ENTRADA DELEGADOS
2. ENTRADA CONVIDADOS
3. BAGAGEIRA
4. APOIO A DELEGADOS (Dormidas, etc.)
5. APOIO CONVIDADOS
6. EXPOSIÇÃO
7. VERIFICAÇÃO DE MANDATOS
◆ BARES / WC

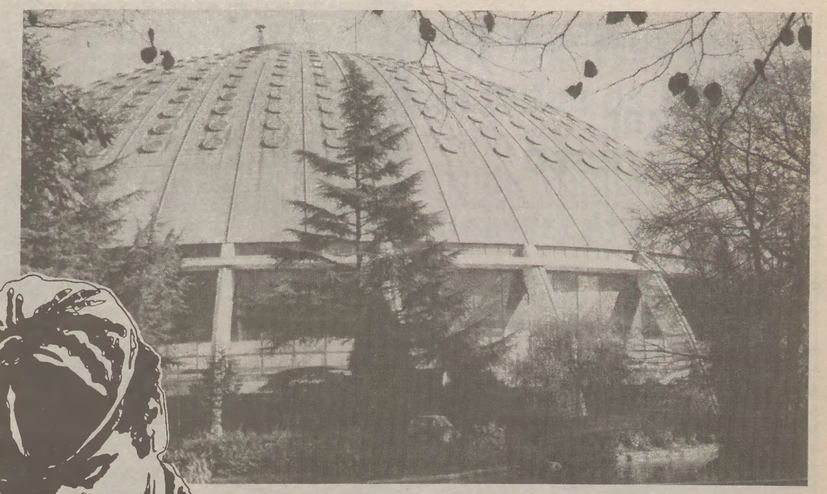
Localização dos delegados





EM FOCO

CONGRESSO
PCP
PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996



Apoio aos delegados

O Porto, que mais uma vez acolhe a realização de um Congresso do PCP, dá as boas vindas aos delegados e, através do «Avante!», presta algumas informações que poderão vir a ser úteis para a sua estadia.

Alojamento

Os delegados que solicitaram dormida receberam por carta informações sobre o alojamento bem como sobre os meios de transporte, tendo-lhes sido sugerido que contactassem telefonicamente e o mais cedo possível o(a) camarada da casa onde vai ficar alojado.

Entretanto, **no Palácio de Cristal, junto à entrada dos delegados,** funcionará um serviço de atendimento para esclarecimentos suplementares.

Por outro lado, **fora do horário do Congresso** funcionarão em concelhos vizinhos da cidade do Porto, em alguns Centros de Trabalho, grupos de apoio e encaminhamento aos delegados:

- **no CT de Vila Nova de Gaia** – para os delegados do **Alentejo**
  Av. da República, 664 – telefone: 39 43 45
- **no CT de Matosinhos** – para os delegados do **Algarve, Açores, Madeira e Emigração**
  Rua Nuno Álvares Pereira, 35 – telefone: 937 57 73
- **no CT de S. Mamede de Infesta (Matosinhos)**
  Rua da Estação, 22 – telefone: 901 42 86
- **no CT de Rio Tinto/Ponte (Gondomar)** – para os delegados de **Coimbra, Santarém e Leiria**
  Trav. da Ponte, 132 – cave – telefone: 489 53 16
- **no CT da Areosa (Maia)** – para os delegados de **Castelo Branco, Guarda e Viseu**
  Rua Plácido Abreu, 70 – telefone: 902 40 87
- **no CT de Ermesinde (Valongo)** – para os delegados de **Bragança e Vila Real**
  Rua da Índia, 228 – telefone: 971 58 85

NB – Os camaradas de Lisboa ficarão alojados na cidade do Porto e o seu apoio funcionará no Palácio. Os camaradas de Setúbal ficarão em Vila Nova de Gaia em alojamento colectivo com transporte assegurado.

Depósito de bagagens e Módulos STCP pré-comprados – funcionarão no mesmo local de apoio ao S. Alojamentos.

Refeições e bares de apoio a delegados

As refeições (almoço e jantar de 6ª feira e sábado) **serão servidas na Cantina Universitária** (edifício da Reitoria situado junto ao Palácio de Cristal) pelo preço de **600$00**.

A ementa é a seguinte:

	6ª feira, 6/12	Sábado, 7/12
Almoço	Perna de porco assada ou pescada grelhada	Frango assado ou badejo cozido com todos
Jantar	Carne estufada ou peixe-espada frito	Rojões à moda do Minho ou pescada grelhada

Podes adquirir, desde já, as tuas senhas através da tua Direcção Regional, uma vez que já lhe foram endereçados os respectivos talões de refeição.

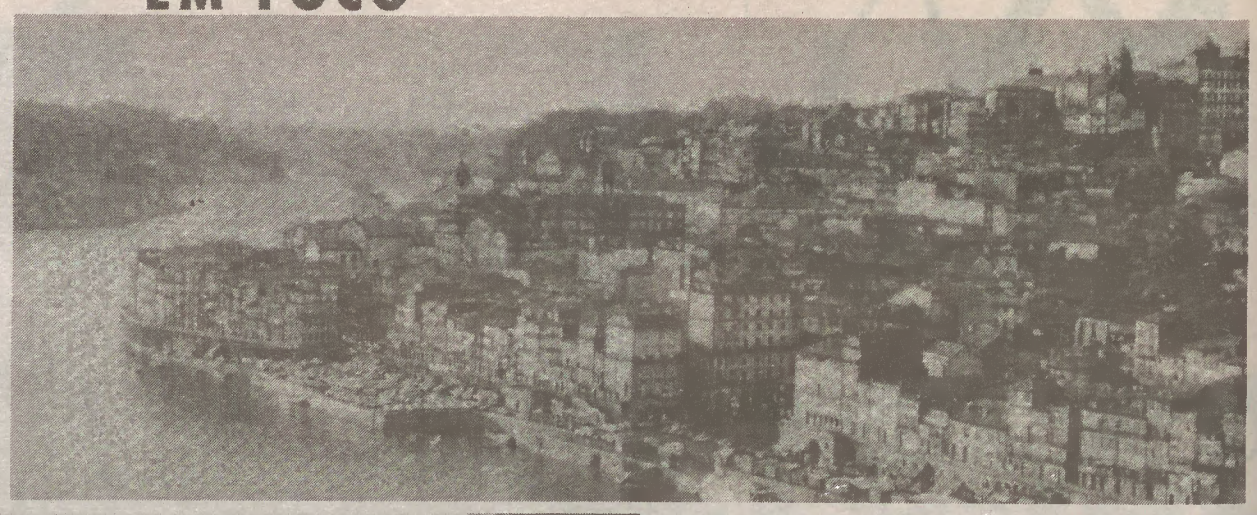
No Congresso, **no andar inferior** do recinto, funcionarão **dois bares de apoio aos delegados.**

EM FOCO

ACESSOS

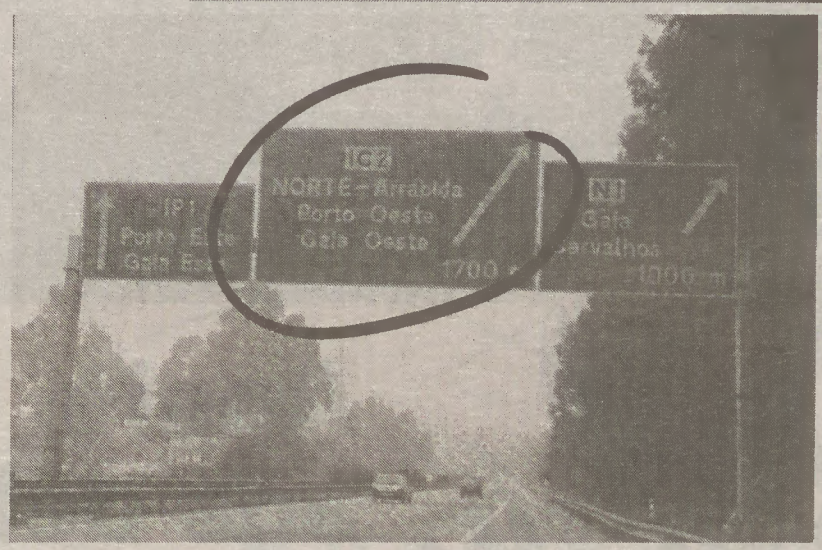
Forma de chegar ao Congresso

Caso venhas de transporte individual, a melhor forma de chegar ao Palácio de Cristal, onde o XV Congresso se realiza, é a seguinte:



• Para os camaradas que vêm do Sul

Utilizando a A.E. do Norte, chegas à Portagem de Grijó, nos Carvalhos, e, imediatamente a seguir, encontrarás pórticos que atravessam a A.E. com as indicações dos destinos possíveis. Deverás seguir o que está assinalado na foto, indicando Norte-Arrábida.Entras nessa faixa de rodagem e segues sempre até à Ponte da Arrábida. Imediatamente ao fim da Ponte tens uma saída à direita com a indicação, conforme foto - Porto (Campo Alegre) -, que deves seguir. Daí em diante, deves seguir as indicações que a Organização do Congresso entretanto colocará, ainda que se esteja muito próximo do local do Congresso.

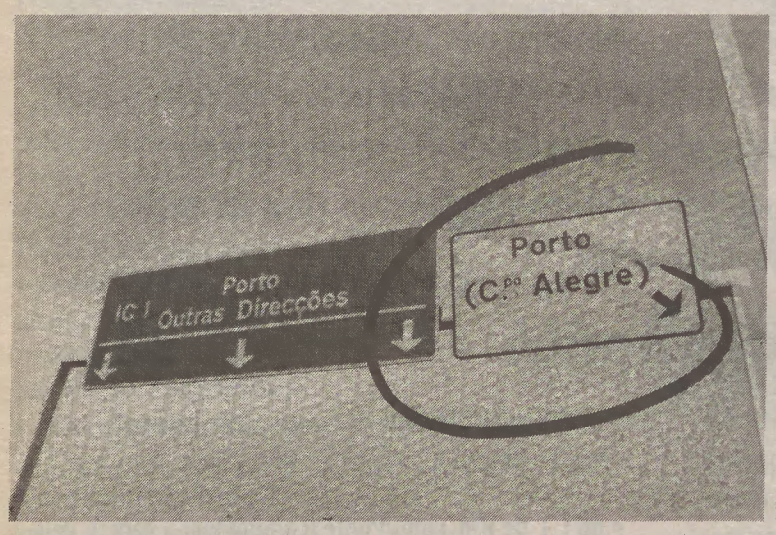


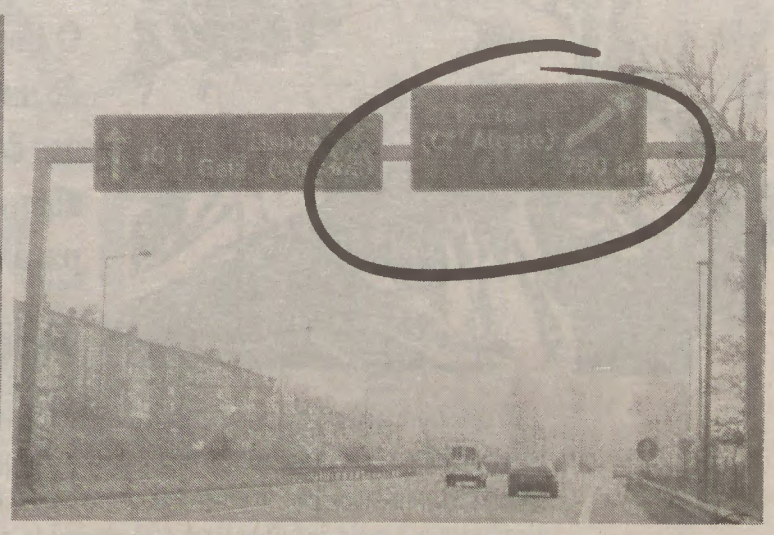
• Para os camaradas que vêm do Norte

A opção ideal é utilizarem a A.E., seja de Braga ou de Vila Real, e seguirem a placa que indica A1 Sul. Imediatamente antes da entrada na Ponte da Arrábida seguem a placa, conforme foto: Porto (Campo Alegre) Daí em diante, o percurso para o Palácio é comum a todos e beneficiará, tal como atrás se refere, as indicações que a Organização promoverá.

• Para os camaradas que vêm das Beiras

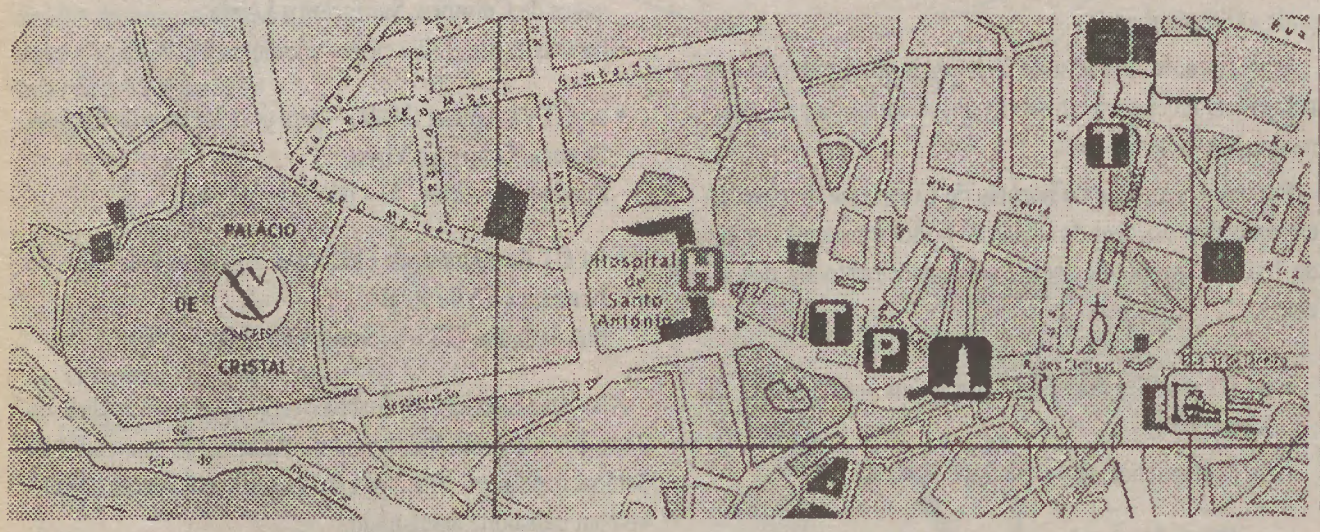
Deverão, preferencialmente, utilizar as I.R.s que dão acesso à A.E. Norte pelo que, chegados à Portagem de Grijó, nos Carvalhos, seguem o trajecto igual ao dos camaradas vindos do Sul.





• Para os camaradas que vêm de comboio

Chegados a Campanhã, deverão estar atentos às ligações de comboio de Campanhã para São Bento. Uma vez em São Bento, poderão utilizar na Praça da Liberdade, junto à Estação, os seguintes autocarros: nº 3 - Viso (lado direito da Praça); 52 - Aldoar; 20 - Constituição (lado esquerdo da Praça), com paragem de saída junto ao Palácio de Cristal. De resto, estão muito próximos do local do Congresso (ver Mapa).



Registo de delegados antecede trabalhos

Como já foi informado na anterior edição do «Avante!», o registo de presença dos delegados ao Congresso será este ano feito através de leitura óptica de um código de barras impresso no verso do respectivo cartão.

Este método, que tratará informaticamente os dados introduzidos, para além de facilitar a tarefa da Comissão de Verificação de Mandatos, assegurará maior rapidez e um maior rigor no seu apuramento.

Chama-se entretanto a atenção para a necessidade de protecção do cartão, de forma a que não se verifique a deterioração da etiqueta onde o código está configurado.

Pontualidade

Apesar da rapidez do nosso processo, apela-se a um grande esforço para que todos os delegados estejam pelo menos às 10h 45m no recinto do Congresso. Antes da entrada será feita a verificação no sentido de confirmar se o cartão de delegado corresponde ao titular e, imediatamente a seguir, processar-se-á a identificação óptica para marcação de presença.

Lembramos ainda que o tráfego a essa hora é muito intenso no Porto, particularmente nos acessos, sobretudo na 6ª feira de manhã, pelo que deverão ser tomados cuidados especiais para o cumprimento dos horários.

EM FOCO

Livros e outros materiais

Livros

Fora do Palácio, uma tenda erigida em «livraria» permite aos participantes do Congresso adquirirem livros e outros materiais da Editora Campo das Letras e da Editorial Caminho.

Banca de vendas

No mesmo local, em banca separada, encontram-se à venda diversas lembranças do Congresso e outros materiais do Partido:

Pastas do Congresso ..... 1 000$00
Esferográficas do Congresso ..... 100$00
Emblemas do Congresso ..... 250$00
Poster do Congresso ..... 250$00
Emblemas do PCP ..... 300$00
Pin's 20 anos Festa do «Avante!» .. 150$00
Agendas da Festa do «Avante!» .... 100$00
Medalhas do PCP
Medalha do XII Congresso
(com estojo) ..... 1 000$00
Todas as outras ..... 500$00
Postais de Boas Festas ..... 100$00
T'Shirt's Polivalência
e PCP.....500$00

e ainda

Programas/Estatutos
Livros do XIV Congresso
Conferência de Álvaro Cunhal
na Universidade Nova.

Outros materiais

Algumas organizações irão entretanto ter iniciativas próprias, para angariação de fundos, igualmente comemorativas deste grande acontecimento na vida do Partido. São os casos do Porto e Viana do Castelo.

Porto

Terá à venda garrafas de vinho do Porto, de 10 anos, de alta qualidade, com logotipo do XV Congresso gravado a ouro.

Viana do Castelo

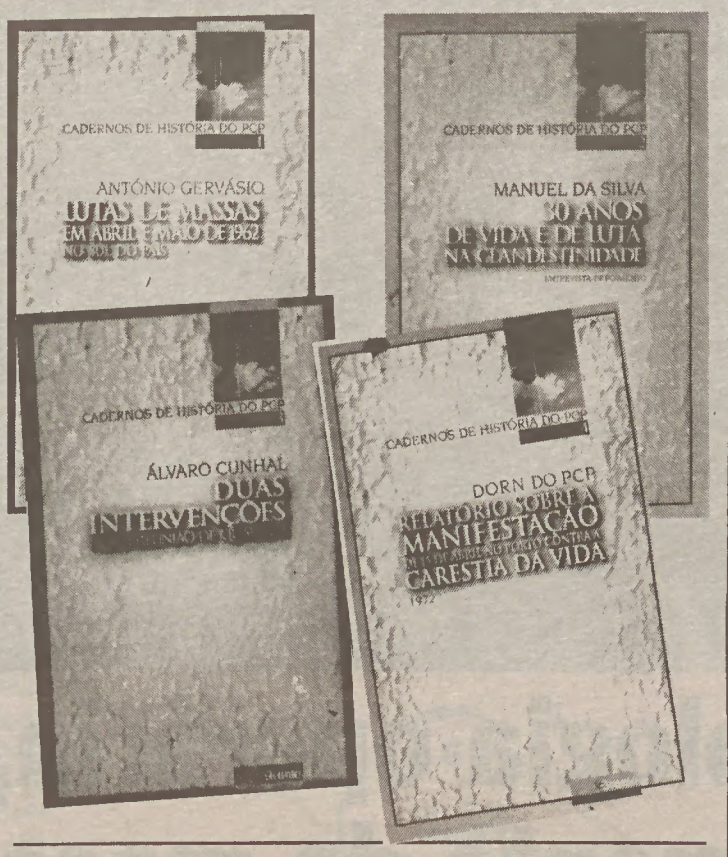
Apresentará belas encadernações de «Avante!»'s antigos.

Qualquer destas emissões tem um número reduzido, pelo que, quem as quiser adquirir, deverá fazê-lo com brevidade.

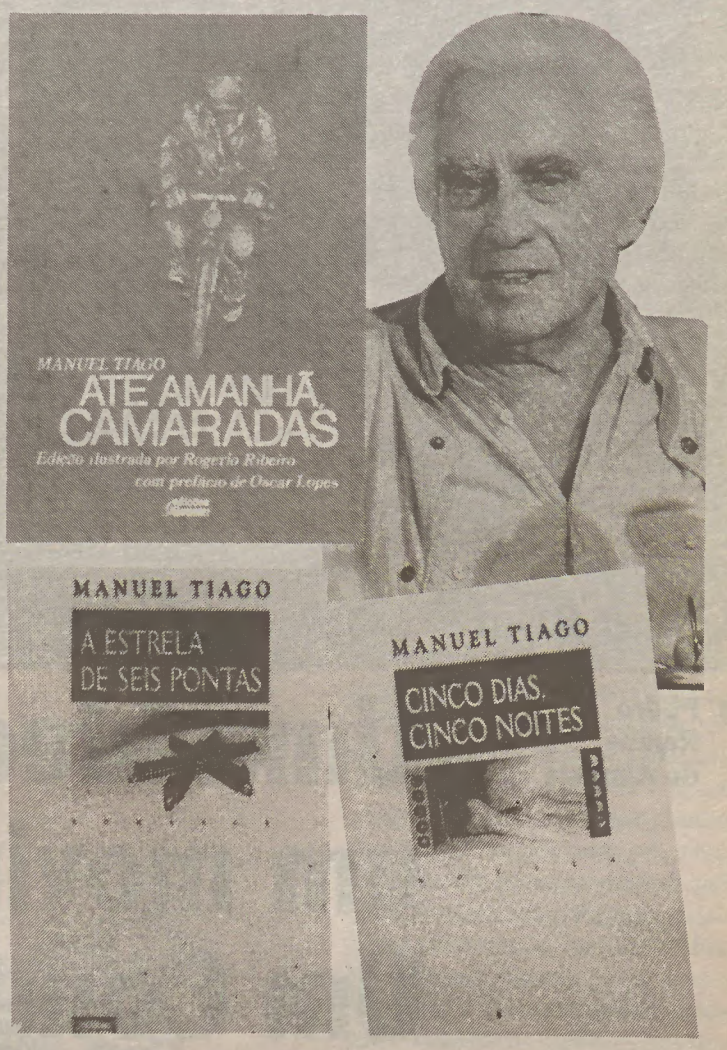
XV CONGRESSO PCP
PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996

Banca de Venda de livros
20% de desconto em todos os livros

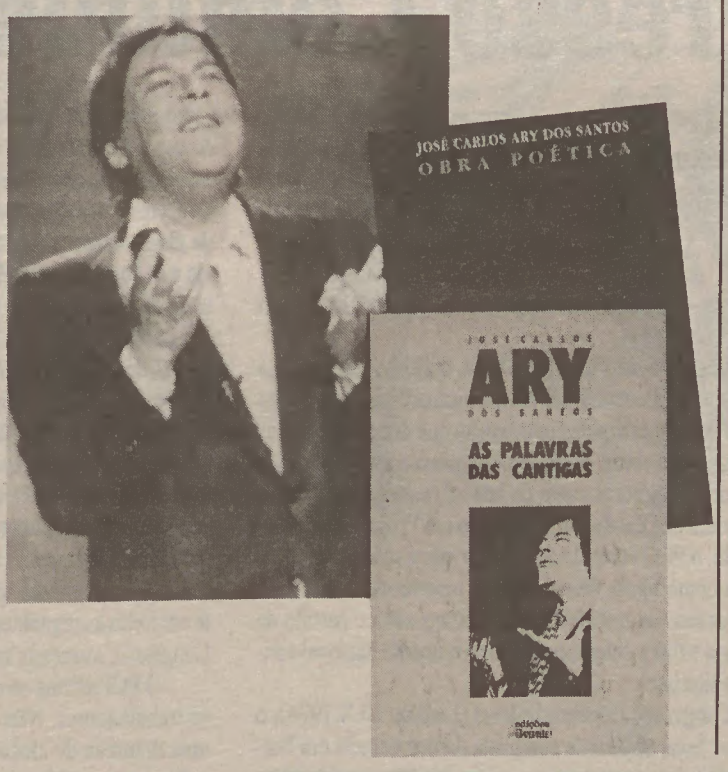
Cadernos da história do PCP



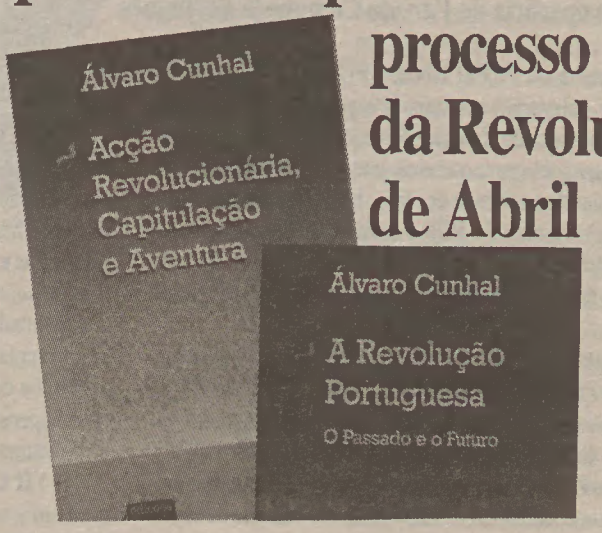
Obras de Manuel Tiago
pseudónimo de Álvaro Cunhal



A poesia de Ary



Duas obras fundamentais para a compreensão do processo da Revolução de Abril



— Clássicos do Marxismo-Leninismo —

EM FOCO

■ Pedro Ramos de Almeida

Uma ideologia operária, um movimento de massas: Um Congresso Comunista

Historicamente, entre nós, o Congresso – como supremo órgão partidário que une mais estreitamente a base e a direcção do Partido – sempre esteve intimamente ligado à defesa e afirmação da natureza de classe e da ideologia operária do Partido Comunista Português.

No I Congresso do PCP (Lisboa, 10/12.XI.1923), perto de uma centena de delegados apontam já o perigo do fascismo e sublinham «a necessidade da unidade da classe operária como condição indispensável» para que essa ameaça seja derrotada (1).

Em 1927, quando a unidade da classe operária é ainda e apenas uma aspiração, a sede do PCP é definitivamente encerrada pela Ditadura Militar. **O II Congresso**, que fora convocado para 29.V.1926, para Lisboa, interrompe os seus trabalhos já em pleno golpe militar.

O III Congresso (1º clandestino) realizar-se-á, 16 anos mais tarde, já depois da morte, no Tarrafal, de Bento Gonçalves. É o primeiro Congresso depois da reorganização, que marcará «a grande viragem da história do Partido» (2). O Secretariado do Partido fica constituído por Álvaro Cunhal, José Gregório e Manuel Guedes. Este último salientará no relatório sobre «tarefas de organização»: «Hoje, o nosso Partido pode já contar com uma centena de organizações locais e regionais e, nos grandes centros, com umas dezenas de células de empresa.»

O IV Congresso terá lugar só depois da II Guerra Mundial, em Julho de 1946, na Lousã. Desde o Congresso anterior, em menos de 3 anos, o número de militantes comunistas passara a ser seis vezes superior, o «Avante!» quadruplicara a sua tiragem e o número de organizações de empresa crescera decisivamente (3). Álvaro Cunhal apontará no seu relatório ao IV Congresso, como única saída popular, o «levantamento em massa», a «insurreição nacional» contra o domínio fascista.

Em 28.V.1950, o próprio Salazar salientará, na inauguração do Estádio «28 de Maio», em Braga, que várias correntes políticas tinham preferido a via do «suicídio político» e «desapareceram entre nós», com uma única excepção: «Hoje, pode dizer-se que só o reduzido grupo comunista e elementos afins exploram, para poderem medrar à sua sombra, a sobrevivência partidária.»

O V Congresso (Galiza-Estoril, IX.1957), mau grado o desvio de direita que assinalará a sua proposta de «uma via para a solução pacífica» do problema português, terá o mérito histórico de ser o primeiro congresso partidário e político nacional a pronunciar-se «pelo reconhecimento incondicional do direito dos povos das colónias portuguesas de África à imediata independência» (4). Quatro anos antes do início da luta armada de libertação em Angola, o PCP defendia a independência das colónias portuguesas! É uma experiência inédita no movimento comunista europeu de Estados colonizadores, que virá a facilitar a constituição e avanço de uma frente comum antifascista e anticolonialista, entre o povo português e os povos africanos e asiáticos, colonizados em seu nome...

O VI Congresso do PCP (IX.1965), o último realizado na clandestinidade, terá uma influência determinante na preparação da revolução portuguesa, pela contribuição que deu para a unidade e mobilização da classe operária portuguesa e das massas trabalhadoras em «grandiosas vagas de luta» (5) antifascistas. Neste Congresso, além dos Estatutos, é aprovado um Programa em que, no Preâmbulo, o PCP, «partido do proletariado e sua vanguarda», se apresenta como «guia reconhecido e incontestado da classe operária e das massas trabalhadoras» e como «único partido da classe operária e força determinante no movimento nacional contra a ditatura fascista».

O VII Congresso (Extraordinário) (Lisboa, 20.X.1974), o primeiro a ter lugar depois da conquista da democracia em Portugal, assinala a sua rápida transformação de «forte partido clandestino de quadros» em «grande partido de massas». Em 7.X.1974, já estão inscritos 30 000 comunistas, número que «sete meses depois sobe para 100 000». Pela primeira vez, foi dada a conhecer a composição do Comité Central, de 36 membros, efectivos e suplentes: «75% eram operários ou empregados; no total passaram 755 anos na clandestinidade, incluindo 308 nos cárceres fascistas» (6).

O VIII Congresso (Lisboa, 11/14.XI.1976), tem uma forte composição operária e trabalhadora (28,5 e 26,5%, respectivamente).

O IX Congresso (Barreiro, 31/V-1/3.VI.1979), tem uma composição operária reforçada (51,3% operários e 25,8% empregados).

O X Congresso (Porto, 15/17.XII.1983), na Resolução Política que aprovou, ao abordar a natureza de classe do Partido, sublinha: «O PCP, partido da classe operária e de todos os trabalhadores (...)».

O XII Congresso (Porto, 1/4.XII.1988), elabora a nova versão dos Estatutos, que explicita a natureza de classe do Partido, logo no seu **artigo 1º**: «O Partido Comunista Português, fundado em 6.III.1921, é o partido do proletariado português».

O XIII Congresso (Extraordinário) (Loures, 18/20.V.1990), que apreciou «os acontecimentos e evolução na URSS e muitos países socialistas» e «o rápido avanço do processo de reconstituição do capital monopolista em Portugal, a crescente penetração do capital estrangeiro» volta a destacar o papel da classe operária ao afirmar que **«são características fundamentais do Partido Comunista Português** [sublinhado do texto] **a sua natureza de classe como partido político e vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores, a sua ideologia marxista-leninista** (...)».

O XIV Congresso (Almada, 4/6.XII.1992), embora altere o **artº 1º** dos Estatutos, não lhe rouba a natureza operária, apenas a robustecendo com a aliança de quem trabalha: **artº 1º**: «O Partido Comunista Português (...) é o partido político do proletariado, o partido da classe operária e de todos os trabalhadores.» E o **artº 2º** reforça: «O PCP é a vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores. O papel de vanguarda do Partido decorre da sua natureza de classe (...).»

Agora, as «Teses» propostas pelo Comité Central «para debate em todas as organizações», como base de preparação deste XV Congresso, avançam, nomeadamente, no ponto 4.6.1:

«O PCP afirma-se como partido da classe operária e de todos os trabalhadores. Não basta, porém, ao Partido Comunista, ter uma natureza de classe. É necessário que a vida partidária e a intervenção política e social dos comunistas estejam impregnados dessa natureza, que decorre da sua identidade, e que se afirma nos objectivos que o PCP avança e nas prioridades que estabelece (...).»

E é bem verdade. Não basta sê-lo, estatística e estaticamente. É preciso tomarmos consciência do que somos e agir como tal. Não deixar de repeti-lo e inová-lo. É preciso dar asas de massas às nossas posições subjectivas e institucionais. É cada vez mais urgente que, com a classe operária e com os trabalhadores que dela mais se aproximam, e como seu partido de vanguarda, caminhemos o mais que pudermos para a síntese material e revolucionária da nossa época: para a resolução socialista da contradição fundamental do capitalismo, que opõe capitalistas e operários.

Só através da luta e do movimento das massas operárias e trabalhadoras, populares e juvenis, podemos chegar à propriedade social dos meios de produção, ao salto social de transformação da exploração e opressão monopolistas para a história concreta da liberdade humana. E chegaremos. Nós, ou as nossas netas e netos...

NOTAS

(1) «Sessenta anos de luta ao serviço do Povo e da Pátria», pp. 74/5
(2) Idem, pp. 76/77
(3) Idem, pp. 172/7
(4) Idem, pp. 176/7
(5) Idem, pp. 200
(6) Idem, pp. 216/7

EM FOCO

■ José Alvarez

A comédia da tragédia do futebol português

A situação do futebol português está a chamar a atenção de todos os meios do chamado «desporto rei» em Portugal e em diversos países estrangeiros. Os seus conflitos e contradições chegaram ao conhecimento do Governo que não pode pretender ignorar a gravidade dos problemas que abalam o ambiente desportivo. A Polícia Judiciária está cheia de processos. A UEFA e a FIFA, ainda que preguiçosamente, parecem ter mergulhado na análise dos principais escândalos. Todos os organismos do futebol, a Federação, a Liga dos Clubes, a organização dos árbitros, se acham envolvidos numa luta tenaz e, em muitos aspectos, melindrosa. Os meios da comunicação social andam perdidos, tristemente perdidos, em busca da «mãe de todos os escândalos». E os estádios estão vazios, chocantemente vazios.

Os cangalheiros do sistema

O público, evidentemente, já deixou de acreditar. Pode dizer-se, sem receio de estar a incorrer num exagero, que o futebol morreu. Aquilo que existe, actualmente, não passa do cumprimento de calendários de jogos que se prepararam previamente. Os resultados desses jogos deixaram de ter o peso que se lhes atribuía quando o conjunto das coisas tinha alguma credibilidade. E os milhares, os muitos milhares de pessoas que adoravam o desporto do pontapé no esférico e amavam os clubes de futebol, colectividades criadas e feitas prosperar com o sacrifício de tanta gente bem intencionada, começaram a afastar-se. Estão à espera que se abram as portas das penitenciárias para certos senhores.

Nestas circunstâncias, posto que o futebol tradicional deixou de existir, não nos parece surpreendente o desastre em que vive aquele que o substituiu e aparece, agora, sujeito a todos os inquéritos possíveis e imaginários ou, nos tribunais, sentado no banco dos réus. Naturalmente, os dirigentes dos clubes são as personalidades mais visadas. É sobre eles que tombam as críticas mais severas. Isso deve-se ao facto de que esses dirigentes ainda são vistos como representantes dos antigos clubes, que já não existem. Restam, ainda, no panorama geral, algumas centelhas do romantismo que, outrora, envolvia o futebol e todos os outros desportos. Os clubes eram valiosos centros desportivos. E o público rodeava-os de paixão, amava-os pela cor das respectivas camisolas, pelos triunfos que os seus atletas coleccionavam, pelo bairro onde se implantavam, pela cidade que representavam, pelo historial que haviam acumulado. Esses mesmos clubes são, hoje, de maneira encoberta ou declarada, empresas onde se fazem negócios, e os seus dirigentes são «businessmen».

Aliás, não querem ser outra coisa. O futebol antigo não dava dinheiro. O de agora oferece oportunidades múltiplas. Homens de negócios, sem escrúpulos, na sua esmagadora maioria, apoderaram-se da direcção dos clubes. Transformaram-nos à sua imagem. Tudo aquilo, agora, são pequenos e grandes negócios. Nada mais do que isso.

Vejamos o que escreve o Sr. Fernando Seara nas colunas de «A Bola» (26.11.1996): «O Tribunal de Matosinhos deliberou, em primeira instância, condenar o árbitro José Guímaro a 15 meses de prisão efectiva, o dirigente do Leça, Manuel Lopes Rodrigues, a um ano de prisão, um outro dirigente do Leça, Manuel Gonçalves Rodrigues, a uma pena de oito meses, mas suspensa pelo período de dois anos, e António da Silva Ramos, identificado pelo Tribunal como «industrial de Vila do Conde ligado ao futebol, designadamente ao Rio Ave Futebol Clube» e tendo «negócios de índole profissional» com Manuel Gonçalves Rodrigues, igualmente a uma pena suspensa de oito meses.»

A seguir, o articulista do reputado jornal afirma: «O acórdão do Tribunal de Matosinhos é um acórdão histórico.» Discordamos. E discordamos porque, se o futebol e os seus dirigentes quiseram entrar na arena dos negócios colocaram-se, imediatamente, sob a alçada das leis que se ocupam de crimes de corrupção. Não é de aceitar que exista corrupção no futebol ou nos outros desportos. Mas compreende-se que surja nos meios empresariais, porque ela é filha desses meios. O futebol inscreve-se, na sociedade que temos, como uma actividade de empresários e de empresas. Deve, portanto, aceitar as responsabilidades inerentes ao universo em que se meteu. Não há, nisto, nada de histórico, portanto. As condições, simplesmente, foram alteradas. É tão histórico ir um árbitro para a cadeia como um financeiro que praticou um desfalque.

Os homens da imprensa desportiva, e especialmente futebolística, parecem ter dúvidas em confirmar aos seus leitores aquilo que todos eles já adivinharam. Assim, o director de «A Bola» em editorial também de 26 de Novembro, escrevia: «No Benfica, é natural que depois de algumas contratações falhadas, se comece a evidenciar o nervosismo do «sistema» ficando-se agora sem saber quem escolheu...» E nomeia cinco jogadores. Ora, a verdade está em que foi o próprio sistema interno do Benfica quem escolheu esses jogadores. O sistema, evidentemente, começa no presidente da direcção, nos seus assessores pessoais,

passa pelos restantes dirigentes e pela secção de futebol. Toca nos agentes de compra e venda e em múltiplos intermediários nacionais e estrangeiros. Isto significa que o sistema do Benfica é um negócio de compras e vendas de jogadores onde todos os intervenientes têm interesses que transcendem os do clube. Na realidade, a miragem dos negócios tem destruído o Benfica e continuará a castigá-lo até ao momento em que já nada exista que possa ser alienado. A palavra «sistema» foi muito bem utilizada. Mas só até certo ponto. Obviamente, não se quis ofender o sistema.

O jornal francês «Le Monde» escrevia recentemente, citando um jornalista português que não identificou: «A amplitude da corrupção envolve os presidentes de clubes, dirigentes federativos, árbitros, jogadores, treinadores e faz temer que a UEFA tome o caminho de executar sanções contra os clubes portugueses. Não há nada de extraordinário nisto. É do domíno público que, de há muito, a Mafia escolheu os seus principais campos de implantação no mundo, o controlo da distribuição de drogas, certa construção civil, o mercado das bebidas alcoólicas, etc. Em Portugal instalou-se no futebol...»

Toda a imprensa europeia prestou atenção (e continua a prestá-la) aos escândalos do futebol português. «The Herald», de Glasgow, escreveu (13.11.1996):

«As acusações de que o Porto teria «comprado» o árbitro que apitou o jogo com o Aberdeen podem ser apenas o topo do iceberge.» Também a revista internacional «World Soccer», através do seu correspondente em Lisboa, se debruçou sobre toda a conjuntura do nosso futebol num artigo intitulado «Os cangalheiros tomaram conta do futebol português». E escreveu: «Tudo isto é uma vergonha para o nosso país. A cobertura exaustiva que a TV dá aos assuntos do futebol conduz a que as pessoas já se queixem de que lhes surgem a toda a hora as figuras detestadas de Pinto da Costa, Aguiar, Cruz, Damásio, Roquette.» A publicação inglesa mencionou, também, as questões levantadas pelo empresário Fernando Barata, assim como o pagamento, feito pelo FC Porto, das férias de um árbitro e da sua família. As posições do treinador do Porto e antigo seleccionador nacional, António Oliveira, e as do monopólio «Olivedesportos» controlado pelo irmão, Joaquim Oliveira, são examinadas, igualmente, pela conhecida revista.

Revolução?

Não nos surpreenderam os grandes títulos usados pelos jornais cujo principal interesse, naturalmente, é a captura de leitores. Assim, «Revolução» tem sido um dos cabeçalhos preferidos. O presidente da direcção do Benfica, entretanto, ao declarar: «Esperávamos um 25 de Abril no futebol», merecia um prémio. A situação não aceita nem pode aceitar uma «revolução no futebol». É preciso compreender que aquilo a que chamam uma revolução só pode passar pela substituição de certas figuras por outras de igual desenho ou por algumas alterações no funcionamento de certos organismos. O futebol empresarial não será objecto de revolução alguma. É ele que controla a conjuntura – o dinheiro no futebol, os princípios contranatura no interior dos clubes, a corrida aos negócios e aos benefícios pessoais. O que tem o grande público amante do futebol a ver com tudo isto? Nada. É por isso que ele abandona os estádios em números cada vez mais impressionantes. Manuel Damásio quer um 25 de Abril no futebol? É preciso cautela, porque um tal acontecimento (hipotético, evidentemente) poderia exigir uma profunda análise à maneira como tem dirigido o maior clube de Portugal. Não esquecemos que nos disse, pessoalmente, depois de haver assumido o cargo que ocupa: «A partir de agora, o Benfica vai ser dirigido como um Banco.» Estão a ver-se os resultados.

Podemos dizer que o futebol tem estado a atravessar uma transformação dolorosa, mas real. Para pior, sim, devido a que os principais protagonistas de toda a impressionante montagem têm sido uns péssimos servidores do capitalismo. A operação de colocação de quadros de confiança em todas as instituições do futebol por parte de um clube que ganha campeonatos, dá lugar a suspeitas. Mesmo que essas suspeitas não possam materializar-se em provas efectivas de crimes de corrupção, persistem dúvidas. E assim começou a ter lugar a tragédia do futebol português, agora a transformar-se numa comédia que, como tal, faz rir o povo. Faz rir e, simultaneamente, fá-lo compreender a verdade quanto ao «grande futebol» que, conduzido pelos seus principais dirigentes para as fronteiras da desgraça, acabará por liquidar-se a si próprio. Não é preciso pensar em revoluções. Alguém disse, em dado momento da trajectória política nacional: «Às vezes, a melhor maneira de contribuir para a revolução é não a fazer.»

Note-se, ainda, que a crise do futebol português não é única. Os sintomas da terrível enfermidade que o domina, encontramo-los em todos os países. Em Inglaterra, a pátria do futebol, o fogo de vista está em plena exibição. Mas a «Associação dos Jogadores Profissionais» distribuiu uma lista por todos os clubes referenciando os futebolistas desempregados. Essa lista contém alguns milhares de nomes. Em boa medida, a loucura estabeleceu-se em todas as áreas do futebol. É precisa uma revolução? Citemos Lénine: «A revolução só sairá quando tivermos a certeza de que a cabeça dos seus chefes não tombará no cadafalso.»

Mas, o futebol português foi abandonado pelas massas. Não tem dirigentes em quem possa confiar-se. Está morto.

EM FOCO

Três facetas da crise

Não visitava o México há dez anos. Reencontrei, como esperava, um país muito diferente, mergulhado numa crise profunda – uma das mais complexas da sua história atormentada.

As palavras no México não têm, entretanto, em política, o mesmo significado que na Europa. Para o visitante, a primeira impressão é a que emerge da extraordinária vitalidade do país.

A capital cresceu. A sua dimensão assusta. A Grande México terá hoje 22 milhões de habitantes, superando Tóquio.

Cidade quase inimaginável no pequeno Portugal. Majestática e misérrima e a mais poluída do mundo. Quatro milhões de automóveis envenenam diariamente a atmosfera de um vale planáltico fechado por altas montanhas. Hoje, brumas cinzentas escondem quse permanentemente a linha dos grandes cumes nevados que deslumbrou os primeiros conquistadores.

Uma avenida de mais de 40 quilómetros, a Insurgentes, cruza a capital, cortado pelo Paseo de la Reforma, uma avenida arborizada, belíssima, que faz lembrar paisagens urbanas da Europa.

O Zócalo, com o dobro da área do Terreiro do Paço é, no coração do casco histórico, uma das praças mais enfeitiçantes e inesquecíveis do mundo. A catedral, a maior da América, começou a ser construída no século XVI e nela podem ser identificados todos os estilos, desde o gótico ao neoclássico tardio.

Num dos lados do Zócalo, com uma frontaria de mais de 100 metros, ergue-se o Palácio Nacional; ideado por Cortés após a Conquista, impressiona pela austera sobriedade. As outras duas alas da praça transportam-nos para a Espanha setecentista com os seus palácios edificados com a pedra vermelha dos vulcões mexicanos.

Ao voltar àquele cenário, nunca esqueço que o Zócalo era, antes da Conquista, a Grande Praça de Temochtítlan asteca. Tudo ali foi edificado sobre as ruínas dos palácios e templos dos antigos mexicas vencidos.

A beleza encantatória do centro histórico e a harmonia da La Reforma contrastam com a desordem envolvente da megalópolis. A cidade, como conjunto, é incaracterística e uma das mais contraditórias do Continente. Avenidas de casas baixas a lembrar cenários do interior dos EUA, bairros residenciais sumptuosos contíguos a outros, de imundos casebres que exibem o rosto da degradação e do sofrimento humanos, quarteirões monótonos de altos e feios edifícios de apartamentos.

Um metropolitano profundo (a cidade, construída sobre o antigo lago, afunda-se um pouco todos os anos) limpo e funcional, com 9 linhas, torna habitável a urbe tentacular.

O forasteiro sem familiaridade com o país sente-se incapaz de interpretar o que vê, ouve e sente. Perturbado, imagina-se projectado numa capital à beira da revolução social. A atmosfera empurra-o para essa conclusão. Mas é ilusória.

No Zócalo, junto ao gradeamento do adro da Catedral, jovens do Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN distribuem propaganda do Movimento, vendem livros e emblemas. Nas bancas vizinhas, militantes de micro-partidos e outras organizações políticas, dirigentes sindicais e grevistas abordam os transeuntes, oferecendo-lhes jornais e tarjetas.

Acocorados, numa extensa fila, silenciosos, com cartazes definidores da profissão pendurados do pescoço, trabalhadores desempregados, ao longo do corpo lateral da Catedral, fazem pública oferta dos seus serviços.

O ambiente sugere uma efervescência própria de momentos anunciatórios de grandes tensões sociais. Mas o simples espectáculo da multidão, densa e indiferente, chama à realidade. Pouca gente olha sequer para os que denunciam, protestam e informam.

A leitura dos jornais, contudo, confirma a extrema gravidade da crise.

As estatísticas são alarmantes. O cabaz de compras familiar aumentou 140,9% nos 22 meses transcorridos desde a posse do actual presidente; o salário mínimo, entretanto, apenas aumentou 47,9%. Actualmente é de 670 pesos mensais (a cotação do dólar é de 8 pesos), o que equivale a 13.400 escudos. Dos produtos básicos, o óleo aumentou 135%, o açúcar 133%, o feijão 216%, os ovos 167%, a farinha de milho 273%, a de trigo 473%, o grão 393%, o arroz 94% e a carne de vaca 94%. Segundo a Comissão Mista de Protecção ao salário, «o trabalhador precisaria de ganhar mais do dobro do salário mínimo para poder adquirir os alimentos do cabaz sem incluir outros itens como roupa, renda de casa, saúde, transportes e calçado».

O espectáculo da pobreza na capital do México não apresenta, entretanto, a transparência do exibido por São Paulo ou o Rio de Janeiro. Enquanto no Brasil os preços são, de modo geral, mais elevados do que nos EUA e na Europa, tudo no México parece baratíssimo ao turista. No metro e nos autocarros, o bilhete custa um peso (vinte escudos). Uma corrida de táxi implica um gastro três vezes menos do que em Lisboa na mesma distância. Os produtos oferecidos ao público nos supermercados e nas grandes lojas são na sua esmagadora maioria mexicanos, apesar do Acordo de Livre Comércio com os EUA e o Canadá, porque o país dispõe (ainda) de um sector avançado moderno e poderoso. Verifiquei que as roupas, os sapatos, os medicamentos, os livros, os restaurantes, os espectáculos são em média três vezes mais baratos do que no Brasil, onde o salário mínimo é pouco maior.

O paralelo entre os diferentes escalões da pobreza não atenua contudo as carências dos menos desfavorecidos. No México, o povo sofre, apertando o cinto. Há muitas décadas que não conhecia dias piores.

Os meios de comunicação social contribuem também para a desorientação do visitante. A televisão – gigantesco conglomerado de canais privados – é tecnicamente muito boa, mas desempenha globalmente um papel negativo. Embora menos nociva e medíocre que a portuguesa, não cumpre a sua função social e cultural. A influência dos EUA é avassaladora, como aliás em todos os sectores da vida nacional.

A imprensa escrita melhorou muito na última década. Na minha opinião talvez seja hoje a melhor do Continente por ser a menos dependente das engrenagens e grupos financeiros que controlam o sistema mediático mundial e a que, por isso mesmo, resiste mais às modas e perversões do moderno jornalismo americano e europeu.

Três diários nacionais de muita qualidade pesam na formação da opinião pública: o «Excelsior», «La Jornada» e «Reforma». O primeiro é, pelo seu prestígio, quase uma instituição nacional e latino-americana. Não conheço outro jornal com mais amplo e objectivo noticiário internacional.

Na Europa, qualquer dos três seria definido como muito progressista. Mas no México a diferenciação e o particularismo principiam no uso e entendimento das palavras. «La Jornada», aliás, defende um projecto social de contornos muito mais avançados do que os outros.

As contradições da imprensa mexicana são, pela sua própria qualidade, de difícil desmontagem. Henrique Casanova, ex-embaixador do México em Lisboa e professor titular de Comunicação Social na Universidade do México, lamentou, em conversa comigo, o sensacionalismo dos títulos nos jornais do seu país, em contraste com a qualidade dos textos de opinião e a seriedade da reportagem. Comentei que a imprensa mexicana me parecia paradisíaca comparada com a portuguesa.

Nos grandes diários do México, as contradições são de difícil desmontagem para o leitor estrangeiro. Um comunista português poderia subscrever sem hesitações muitos dos editoriais sobre temas internacionais. A solidariedade a Cuba, por exemplo, é exemplar. A tradição anti-imperialista contribui para a linha adoptada. A memória das agressões e do relacionamento desigual com o grande vizinho mantêm vivos na *intelligentsia* mexicana uma lucidez e um sentido da dignidade pouco comuns (com excepção de Cuba) nas outras repúblicas do Hemisfério.

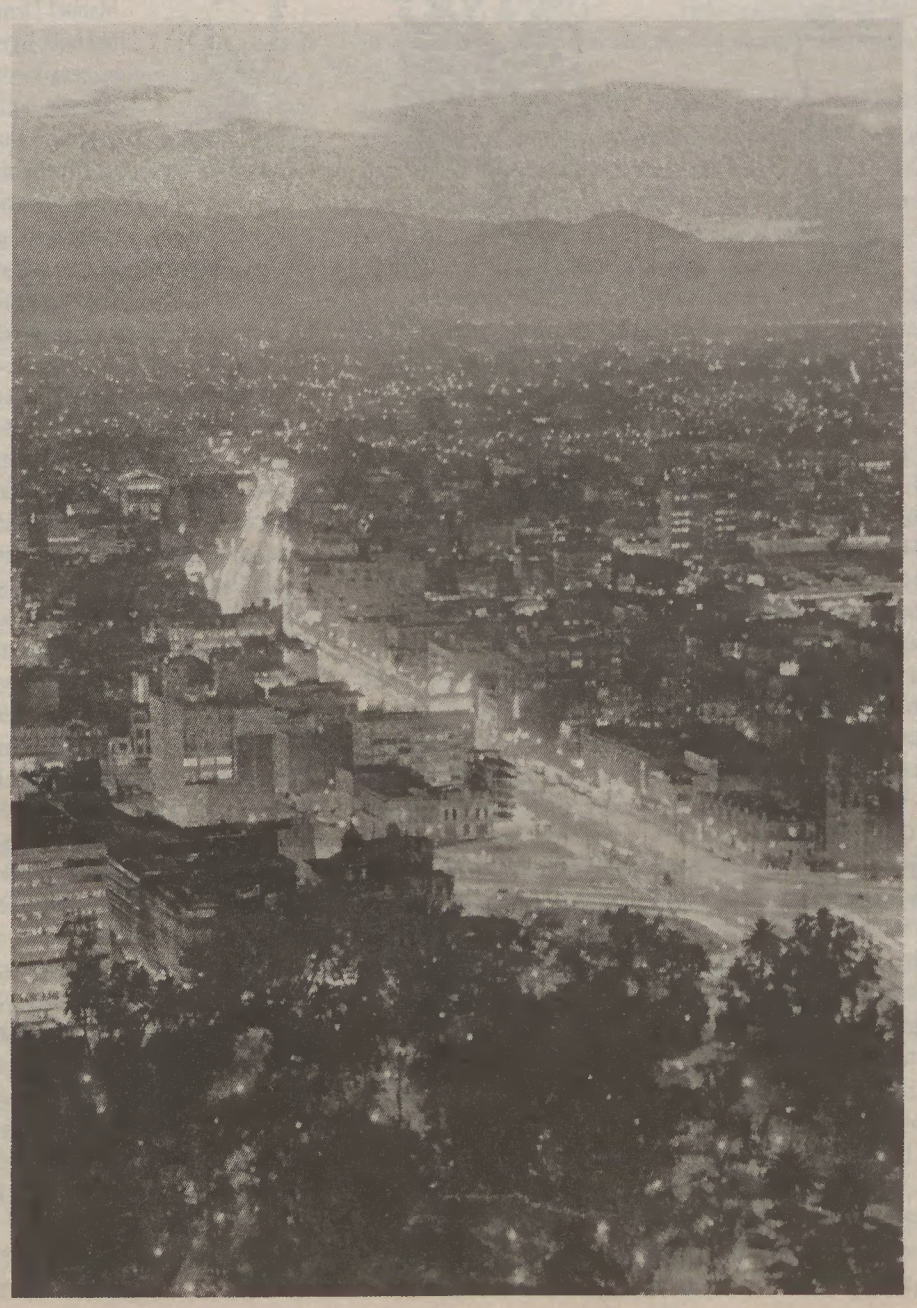
No tocante à política interna, o panorama é muito diferente. Não obstante muitos mexicanos, independentemente do seu alinhamento partidário, cultivarem uma linguagem impregnada de saudosismo revolucionário, as contradições enovelam-se de maneira inextricável quando o debate dos grandes problemas nacionais implica definições mais claras dos intelectuais e dos políticos profissionais.

Durante a semana que passei na Cidade do México, três temas prioritários dominavam as manchetes e as colunas editoriais: o esboço de um conflito entre a Igreja e o Estado; a privatização do petróleo; e as negociações com o EZLN.

Inesperadamente, o arcebispo primaz do México, D. Norberto Rivera, usou o púlpito da Catedral Metropolitana para uma homilia que fez estremecer a alta burocracia do Partido Revolucionário Institucional-PRI, a força política, hoje corrompida, que governa o país com mão-de-ferro desde que a Revolução se institucionalizou. Monsenhor Norberto foi acusado de «incitar o povo à desobediência civil». Não o fez; é demasiado inteligente para isso. Mas a Secretaria de Gobernación – o Ministério mais importante – cometeu o erro de recordar ao bispo, em carta oficial, que a Constituição proíbe a Igreja de intervir na política.

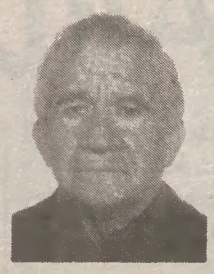
Desencadeou uma tempestade. A hierarquia católica solidarizou-se maciçamente com o arcebispo, incluindo o cardeal Corripio. O povo também e, obviamente, o EZLN, entusiasticamente apoiado por D. Samuel Ruiz, o valente bispo de S. Cristóbal de las Casas, olhado pelo governo como a eminência parda da insurreição de Chiapas.

Em cadeia, bispos influentes afirmaram considerar seu dever a obediência cívica a todos os governos respeitadores da lei e dos direi-



mexicana

■ Miguel Urbano Rodrigues



tos humanos e da ética, orientados para a promoção do bem comum; mas esclareceram igualmente que se consideram desobrigados do mesmo respeito por governantes que se afastem da Constituição e deixem de servir o povo.

A bom entendedor...

O México em peso entrou na polémica, breve, mas escaldante. Chegou a admitir-se o encerramento ao culto da Catedral, o mais famoso monumento cristão do Continente.

Como era inevitável, o Governo saiu mal do incidente. O próprio presidente Ernesto Zedillo sentiu a necessidade de pôr ponto final no caso, declarando que as relações entre o Estado e a Igreja são, afinal, excelentes.

A aprovação pelo Congresso, a 24 de Outubro, de uma lei que permite a privatização de 49% da indústria petroquímica provocou outro terramoto político.

O México é um dos grandes produtores mundiais de petróleo. Para se avaliar o significado da vaga de indignação que a nova lei levantou, é útil recordar que o avanço e a consolidação da Revolução mexicana surgem aos olhos do povo como inseparáveis da expropriação, em 1938, das companhias estrangeiras que extraíam o petróleo, gozando de um regabofe de privilégios.

Permaneceu na memória colectiva a atitude assumida do general Lazaro Cárdenas perante os gigantes do petróleo que proclamavam com arrogância: «os operários somente obedecem às nossas ordens; o governo vai chamar-nos outra vez, porque os mexicanos não conhecem as técnicas».

Enganaram-se os senhores do petróleo que espoliavam o país. Os engenheiros e técnicos mexicanos resolveram os problemas da extracção e os operários, em atmosfera de entusiasmo patriótico, fizeram o petróleo jorrar de novo do ventre da sua terra.

Quando os EUA e o Reino Unido boicotaram o petróleo mexicano e Washington ameaçou intervir militarmente, o presidente Lazaro Cárdenas tornou pública a decisão histórica de incendiar os poços se os marines desembarcassem. Perante esses antecedentes, é legítima a amargura suscitada pela lei que entregou agora às transnacionais o controlo efectivo da riqueza petrolífera do país recuperada com tamanho sacrifício e sofrimento.

«Voto contra o México! – foi nesse dia a manchete do «Excelsior». Como é tradicional nestas privatizações, os sectores da Pemex abertos ao leilão incluem a parte lucrativa: a petroquímica.

Não surpreende que no debate travado na imprensa em torno da globalização e do neoliberalismo intervenham as personalidades mais destacada da *intelligentsia* mexicana, a mais brilhante da América Latina. Durante a minha breve estada na capital, tive a oportunidade de ler ensaios de alto nível sobre essa temática. Da maioria transpiravam sentimentos de frustração e revolta. Compreensíveis, porque a expropriação dos gigantes mundiais do petróleo foi a maior conquista da Revolução mexicana.

O movimento zapatista é talvez o único dos grandes temas da vida mexicana de actualidade permanente. Não sai das manchetes. Nominalmente é um exército rebelde. Mas não dispõe praticamente de armas. Nunca as teve. Não se assemelha a uma guerrilha. Já o definiram como movimento armado virtual.

Mas fragilidade militar não contribui para reduzir a sua presença na sociedade civil. Ocorre o contrário.

O desafio lançado pelo EZLN ao Poder no final do ano 93 foi, então, por muitos, encarado como gesto lírico de um punhado de revolucionários românticos e irresponsáveis.

O desafio não foi, porém, silenciado. Estavam certos os que previram que nada seria igual no México depois do Primeiro Manifesto Zapatista, saído da selva lacandona, em Chiapas.

O actual governo, tal como o anterior, apercebeu-se de que o EZLN não representava um perigo militar para o regime, mas não podia ser eliminado através da repressão. Esta, em vez de o esmagar, fortalecia-o, projectava-o, ampliando as solidariedades.

Desde a guerrilha de Nancahuazu, do Che, nenhum outro movimento insurreccional do género alcançou tamanha ressonância. A força do EZLN está na palavra, no discurso humanista, na disciplina e na tenacidade dos camponeses desarmados, indígenas paupérrimos e esquecidos que desafiam o exército, levando adiante acções desconcertantes.

Encontrava-me na capital quando, no dia 24 de Outubro, as sedes de 30 Câmaras Municipais foram ocupadas por colunas de camponeses, em resposta ao apelo da Assembleia Estatal Democrática do Povo Chiapaneco, no âmbito do plano de resistência civil. Foram desalojados, mais tarde, sem luta, mas o susto foi, novamente, grande. Os manifestantes exigiam a libertação de companheiros presos e a redução das tarifas de electricidade.

A repercussão internacional foi considerável, desproporcionada à dimensão da iniciativa.

O governo está a investir, finalmente, em Chiapas. Teme o EZLN.

O neozapatismo começa a assumir os contornos de movimento com projecção universal porque o discurso político do EZLN toma como alvo prioritário o neoliberalismo, modelo económico (odiado em toda a América Latina) imposto pelos países do Grupo dos 7, com os EUA à cabeça.

O regionalismo do EZLN não engana os observadores. As suas potencialidades de expansão não devem ser subestimadas. O movimento não tem uma ideologia definida, mas isso não afecta o fascínio que exerce sobre as massas.

O mistério que envolve a personalidade do subcomandante Marcos é outra arma do EZLN.

O movimento não tem pressa. Nas últimas negociações com a Comissão de Pacificação e com a Comissão Nacional de Intermediação, presidida pelo bispo Samuel Ruiz, Marcos apareceu com os comandantes David e Hortensia, mas foi ele, subcomandante, quem conduziu, depois, a conferência de imprensa. Mais uma vez, o seu discurso humanista, de uma elegância literária incomum, deu origem, como obra aberta, a interpretações diferentes e contraditórias.

O Governo desejaria que o EZLN se convertesse em organização política legalizada e participasse inclusive nas próximas eleições. Gostaria de ver Marcos integrado no sistema, como candidato. Marcos rejeitou, porém, esse cenário.

A única certeza é a da imprevisibilidade do rumo do EZLN e do seu carismático líder.

Ao ler, na Praça do Zócalo, um folheto distribuído por activistas do EZLN tive mais uma vez a sensação de que Marcos se diverte, como se fora personagem de Molière, no espectáculo-drama por ele próprio dirigido, no qual os chiapanecos são sujeito da história. No texto em causa, um poema em prosa, o subcomandante fustigava e satirizava o perdão do Governo aos combatentes do EZLN. Em longa série de perguntas invertia a situação, para concluir em linguagem duríssima que os réus de incontáveis crimes eram aqueles que, sem dar resposta às questões levantadas pelo EZLN, se apresentavam serenamente investidos do poder de outorgar perdões a quem os não havia pedido. Marcos assinava o documento, marcado pelo humor, como «subcomandante insurgente».

*
* *

É sempre com saudade que deixo o México. Amo aquela terra enfeitiçante e o povo que, com muito sofrimento, nela construiu uma nação filha de duas civilizações antagónicas. A dificuldade da fusão de ambas, ainda inacabada, terá contribuído, paradoxalmente, para que o México moderno tenha gerado uma grande e original cultura, a mais fascinante da América Latina.

O contacto directo com a grave crise que o Povo mexicano vive provocou, naturalmente, em mim, uma sensação dolorosa. Fiz minha a sua amargura.

Na despedida, descendo o Paseo de la Reforma, enquanto contemplava, numa noite clara, a bela estátua de Cuauhtémoc, recordei uma contradição-chave. A língua que a esmagadora maioria dos mexicanos fala é hoje castelhano. O herói tutelar da nação é, contudo, o príncipe asteca vencido na guerra com os espanhóis. Cortés, o vendedor de Tenochtílan, não aparece em bronze, pedra ou mármore em qualquer das grandes cidades do país.

Para se entender minimamente o México, é imprescindível sentir a tragédia épica da defesa da cidade imperial dos astecas, destruída e depois arrasada pelos invasores europeus.

rector de la Universidad Pon-
la ceremonia en la que el Car-
io fue investido como doctor
. (Foto de Juan Popoca)

PONTOS CARDEAIS

Futebol sob suspeita...

Segundo uma sondagem DN/TSF/Euroteste, a maioria dos portugueses não acredita na seriedade dos resultados dos jogos de futebol e considera que o Governo deve intervir nas estruturas do futebol português para as «moralizar».
Os resultados são esmagadores: 66,4% dos inquiridos não acredita na seriedade dos resultados dos jogos, contra 18,3% que ainda estão «crédulos», enquanto 58,8% reivindica uma intervenção governamental, contra 32,4% que a rejeita.
É evidente que as sondagens valem o que valem, o que não significa que sejam um indicador desprezível. Se, ao resultado desta, acrescentarmos **o facto** de a afluência aos estádios para os encontros da I Divisão de Futebol estar em queda acentuada desde o início dos anos 90 - com uma média de mil bilhetes/jogo vendidos actualmente -, temos razões de sobra para considerarmos que os resultados desta sondagem DN/TSF/Euroteste não hão-de estar muito longe da realidade...

... e o Estado que pague!

Enquanto isto se passa, Alberto João Jardim, presidente do Governo Regional da Madeira, avança descontraidamente com a proposta de acabar de uma vez por todas com os «problemas» no mundo empresarial do futebol.
Como?!... Muito simples: segundo o brilhante raciocínio de Jardim, a coisa resolve-se com a atribuição de **15 milhões de contos** aos clubes de futebol como «subsídios não reembolsáveis» o que - e nisso tem o homem razão - limparia as suas dívidas ao fisco (pelo menos até acumularem outras...) e transformaria, pelo toque mágico dos dinheiros públicos, administrações caloteiras e burlonas em gestões de nívea lisura.
É um expediente à dimensão de Alberto João Jardim, a que Marcelo Rebelo de Sousa, assustado com o descaramento, já tentou pôr travão dizendo que não aprova. Entretanto, esperamos que o Governo de António Guterres não alinhe em tal trampolinice (o que, segundo os «fazedores de opinião» cá do burgo, não é tão improvável como podia parecer...). É que, a verificar-se tal escandaleira, restar-nos-ia concluir que temos um executivo nacional, ele próprio, com a envergadura do que Jardim tutela na Madeira...

Multas... mas devagar

Os ministros das Finanças dos 15 países que actualmente integram a União Europeia reuniram-se para engendrar um acordo sobre as multas a aplicar aos países da «zona do euro» que percam o controlo do seu défice orçamental depois de 1 de Janeiro de 1999, data prevista para a entrada em vigor da moeda única. É o que se chama legislar à distância: na verdade, é curioso verificar que a primeira preocupação desta gente em relação à sua tão ansiada «moeda única» seja definir... as multas. Isto, mesmo sem terem qualquer certeza (e cada vez a têm menos) de se conseguir cumprir os famosos «critérios de convergência», indispensáveis à formação da tal «zona do euro».
Mas como são avisados em tudo, os senhores ministros reservaram para uma próxima cimeira em Dublin a fabricação de um acordo sobre «as circunstâncias excepcionais e temporárias» que permitirão perdoar... as multas.
Tão confiantes que estão todos, na construção da «moeda única»!

Candidatos a candidatos...

De palhaçada em palhaçada, o PP prossegue o seu espectáculo. Enquanto Manuel Monteiro finge que não é nem quer ser presidente da organização - embora continue a representá-la como tal - os desorientados pêpês esforçam-se por mostrar que aquilo ainda é um partido.
Mas a desunião continua, agora em segunda vaga.
Maria José Nogueira Pinto saiu à liça, propondo candidatar-se à presidência do PP, caso Manuel Monteiro não o faça. A coisa volteou, volteou e caiu estrepitosamente em Braga, onde António Pedras, líder da distrital local, se insurgiu energicamente contra tal candidatura, invocando um argumento realmente fragoroso: é que Maria José Nogueira Pinto nem sequer é militante do Partido Popular...
«Não se passa de soldado raso a general!», tonitroou o Pedras com a frontalidade de um sargento em exercício de aplicação militar.
Também nos parece que não é muito frequente tão radical mudança de estado - a não ser, talvez, em caso de golpe do dito, usual em repúblicas de bananas...

... e candidatos por candidatos

As candidaturas estão, aliás, a perturbar muita gente... e não apenas no PP. Veja-se o caso do presidente da Câmara Municipal do Porto, o PS Fernando Gomes, que resolveu esta semana sair da ambiguidade em que tem andando sobre a sua recandidatura nas próximas eleições autárquicas para afirmar, peremptório: «Se Gomes Fernandes for candidato com um projecto contra o meu, serei candidato à Câmara do Porto!»
E a gente a julgar que as candidaturas são em nome de projectos... Afinal não. Para Fernando Gomes - que tanto bairrismo tem ultimamente alardeado aos quatro ventos - parece que o Porto e os seus problemas não são suficientes para o decidir a uma recandidatura própria.
Afinal a única coisa que o faz saltar para a liça é... uma candidatura do desavindo correligionário Gomes Fernandes.
Ficamos esclarecidos. E, certamente, o Porto também.

PONTOS NATURAIS

A palavra e o tempo

Litoral

Queimaram os barcos
ou deixaram-nos ficar
à beira das marés.
Em breve a madeira estará podre
desfeita no lodo.

O mar tão perto
o sonho cada vez mais perdido.

Beja

Já ali houve trigo
e tanto
que se erguiam ao vento
as ondas agitadas.

A terra vai ficando
seca, os seios cheios de silêncio.
Os grãos fugiram todos para o céu
onde se vêem à noite.
As directivas comunitárias
pensam que são estrelas
e só por isso lá estão no céu ainda.

A aldeia

Morreram ou partiram
(a mesma coisa)
e as próprias pedras
estão ficando frágeis.
Seu musgo, seu silêncio.

As janelas cegaram para o Sol.
Só o vento, louco,
teima em jogar o pólem.

A tabuleta com o nome da aldeia
limita-se a dizer quem ali jaz.

Casarão

Partiram-se os vidros das janelas.

Pelos buracos entraram as aranhas
os ratos, os morcegos, a cal dos muros.

Não me consta
que ao menos eles
ficassem mais letrados
porque há muito a escola não tem professor.

O quadro na parede é um grande quarto escuro.

Cidade

Desapareceram as pequenas lojas
do essencial
das palavras familiares.

Supermercados, hipermercados
transformaram os cidadãos
em estômagos
dentes
olhos perscrutadores
silenciosos.

E cada prateleira dá o voto
que deitamos na urna
de quatro em quatro anos.

Resistência

Este poema está consciente
de haver transgredido
as directivas comunitárias.
Este poema acha
que é urgente seguir o exemplo
das cantigas de amigo.

mário castrim

AGENDA

O XV Congresso do PCP realiza-se mais uma vez no Porto, no Palácio de Cristal. Os trabalhos, que têm início amanhã, às 11 horas, ocuparão os dias de sexta, sábado e parte de domingo (ver horário proposto, na pág. 5). **A sessão de domingo, a partir das 11 horas, é pública.** O encerramento do Congresso está previsto para as 13 horas.

SETÚBAL

Sessão de solidariedade com a luta do povo colombiano

Terça-feira, 10, às 21h30, na Biblioteca Municipal, com a participação de **Aida Abella**, da Com. Executiva Central do PC da Colombia e presidente da União Patriótica.

Banca de Natal no Barreiro

(no CT Concelhio do PCP)

Até 30 de Dezembro, das 10 às 22h

Vidros da Marinha Grande - Barros de Setúbal - Peles de Grândola - Artesanto de outras regiões - Livros - Discos

Banca de Natal em Lisboa

(no CT Vitória)

Cerâmica / Fainça / Porcelana - Têxteis - Bijuteria - Cana - Vimes - Madeiras - Bordados e rendas - Bolo de Mel e Vinho da Madeira

De 3 a 31 de Dezembro

Venda de Natal da Casa da Paz

(R. Rodrigo da Fonseca, 56, 2º)

De 27 de Novembro a 23 de Dezembro

Feira do Livro em Bragança

No Natal ofereça livros!

Até 20 de Dezembro, no CT do PCP

cuba

Associação de Amizade Portugal-Cuba

FIM DO ANO EM CUBA

Faça turismo e conheça a Revolução Cubana

27 de Dezembro a 5 de Janeiro
Havana - Pilar del Rio - Playas del Este
e possibilidade de visita a Varadero, Cayo Largo, Santiago de Cuba, Trinidad

Informações:
Rua Rodrigo da Fonseca, 107, r/c, esq. - Lisboa
Tel/Fax: 385 73 05 (das 14h30 às 19h)

Conselho Português para a Paz e Cooperação

EXCURSÃO E PASSAGEM DE ANO EM CUBA

Embaixada de Paz e Solidariedade

27 de Dezembro a 10 de Janeiro
Havana - Trinidad - Cienfuegos - Varadero
e outros programas alternativos

Inscrições e Informações:
Rua Rodrigo da Fonseca, 56, 2º - 1250 Lisboa
Tel: 3863375 - Fax: 3863221

TELEVISÃO

Jimmy Smith, recém-chegado ao elenco de «A Balada de Nova Iorque»

Simone e os seus 40 anos de carreira: sábado na RTP1

Quinta, 5

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.35 Selecção RTP
15.50 Liga dos Campeões
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 O Campeão
19.00 País Real
20.00 Telejornal
20.45 Vidas de Sal
22.05 Tudo às Escuras
22.40 Polícias
23.45 24 Horas
00.15 RTP/Financial Times
00.30 Olho Vivo

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.50 Euronews
17.30 Infantil
19.30 Notícias 2
19.40 Missão Impossível
20.30 Absolutamente Fabulosas
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Vida Privada
(de Louis Malle, Fr./It.-1961, com Brigitte Bardot, Marcello Mastroianni. Ver Destaque)
00.35 Falatório

SIC

10.10 Buéréré
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 A Lei de Land
15.40 Buéréré
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 O Rei do Gado
22.00 Casos de Polícia
23.00 O Século do Povo
00.15 Último Jornal
00.35 Verdes Anos
01.35 Contos de Arrepiar
02.25 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
15.50 Adultos à Força
16.45 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Uma Família às Direitas
21.00 Um Mágico Estranhamente Perigoso
21.55 Notícia Escaldante
22.50 Carlos Cruz
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...

Sexta, 6

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.35 Olho Clínico
15.20 Selecção RTP
15.55 Polícias
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 O Campeão
19.00 País País
20.00 Telejornal
20.50 Vidas de Sal
21.45 Os Intocáveis
(de Brian de Palma, EUA-1987, com Kevin Kostner, Sean Connery, Andy Garcia, Robert De Niro. Ver Destaque)
00.05 24 Horas
00.35 RTP/Financial Times
00.50 Revelação Mortal
(de Lawrence Mortoff, EUA-1993, com Robby Benson, Laura Johnson. «Thriller» Político)

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.50 Euronews
17.30 Infantil
19.30 Notícias 2
19.40 Missão Impossível
20.30 100 Melhores Vídeos
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 O Segredo de Fedora
(de Billy Wilder, RFA-1978 com William Holden, Hildegard Knef, Marthe Keller, José Ferrer, Michael York. Ver Destaque)
00.35 Falatório

SIC

10.10 Buéréré
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 A Lei de Land
15.30 Buéréré
18.00 De Corpo e Alma
18.50 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 O Rei do Gado
21.25 Malucos do Riso
22.25 Agora ou Nunca
23.25 Os Donos da Bola
01.30 Último Jornal
01.45 Playboy

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
15.50 Adultos à Força
16.45 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 3º Calhau a Contar do Sol
21.00 Ficheiros Secretos
23.00 TVI Jornal
23.30 Alfred Hitchcock Apresenta...
24.00 Paixão pelo Perigo
(de Buzz Kulik, EUA-1972, com Burt Reynolds, Dyan Cannon. Policial)

Sábado, 7

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.30 Cybermaster
12.05 Cuidados com o Cão
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Top +
14.30 Jornal Jovem
15.05 Beverly Hills 90210
16.10 Magacine
16.40 O Salvador do Mundo
(de Gerg Beeman, EUA-19922, com Terry Garr, Jeffrey Jones. Comédia Fantástica)
18.25 Super Bébés
18.55 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
20.50 Os Imparáveis
21.25 Simone: 40 Anos de Carreira
23.00 Serviço de Urgência
24.00 24 Horas
00.20 Sangue Vivo
(de C. Courtney Joyner, EUA-1994, com Jon Finch, Blake Bailey, Ashley Lauren. Terror)
02.40 Amarga Adolescência
(de Frank Satrret, EUA-1979, com Melissa Sue Anderson, Robert Carradine. Drama)

RTP 2

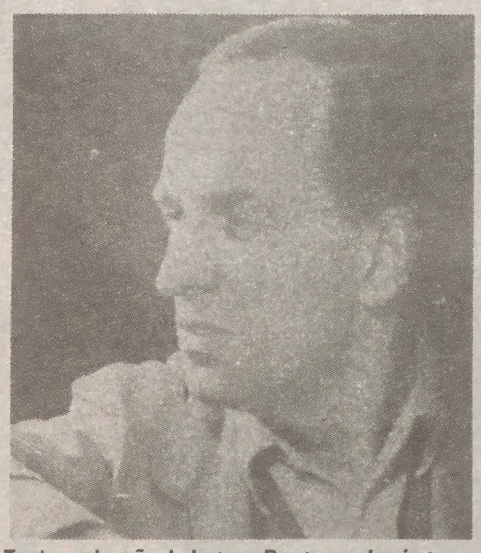
09.00 Universidade Aberta
12.00 Vida por Vida
12.35 Onda Curta - «O Gémeo Diferente»
(Curta-Metragem de Vítor Silva, Port-1990, com Miguel Yeco, Luís Lança, Alfredo Vaz)
13.00 A Caça
13.30 Mesa à Portuguesa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.00 Vidas do Século
19.05 Spray
19.30 2001
20.05 Foyer - «Inside de Dream Factory»
21.00 Semana ao Sábado
22.00 Horizontes da Memória
22.30 O Crepúsculo dos Deuses
(de Billy Wilder, EUA-1950, com William Holden, Gloria Swanson, Erich Von Stroheim. Ver Destaque)
00.35 Sinais do Tempo
01.30 Jalna

SIC

08.30 Buéréré
12.00 O Mundo dos Animais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Tostões e Milhões
14.10 Passo a Passo
14.50 Malhação
16.10 Médicos Sem Fronteiras
17.00 Operação Thor
(de John Dabham, EUA-1983, com Roy Scheider, Malcolm McDowel, Candy Clark. Acção)
19.00 Marina, Dona Revista
20.00 Jornal da Noite
20.45 Clube VIP
21.20 O Fim do Mundo
22.20 Pensão Estrela
22.50 Big Show Sic
01.35 Último Jornal
01.55 O Ouro de Mackenna
(de J. Lee Thompson, EUA-1969, com Gregory Peck, Omar Shariff, Telly Savalas, Lee J. Cobb. Ver Destaque)

TVI

09.30 Animação
11.30 Novos Ventos
12.00 Notícias
12.35 O Mundo Natural de Mitsuaki Iwago
13.40 Contra-Ataque
15.20 Malta Curtida
15.45 Os Cavaleiros da Estepe
(de John Frankenheimer, EUA-19 71, com Omar Shariff, Jack Palance. Drama)
17.50 Top of The Pops
19.00 Cybernet
19.25 Futebol (Liga Espanhola)
21.30 Telejornal
22.10 Sempre Te Amei
(de Glen Jordan, EUA-1981, com Marsha Mason, Kristy McNichol, James Coco, Joan Kackett. Ver Destaque)
00.25 Notícias
00.45 Passa P'ra Cá o Meu
(de Peter MacDonald, EUA-1992, com Damon Wayans, Stacey Dash. Comédia / Acção)



Teatro pela mão de Ingmar Bergman: domingo na RTP2

Domingo, 8

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.55 Sem Limites
12.25 Repórteres da Terra
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Made in Portugal
14.30 Alta Voltagem
15.00 86-60-86
15.45 Animais da Austrália
16.50 Avós e Netos
17.50 Caixa Mágica
18.25 Golos
18.35 Casa Cheia
19.20 Jet 7
20.00 Telejornal
20.50 Os Principais
22.05 A Mulher do Sr. Ministro
22.45 Domingo Desportivo
00.35 24 Horas

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.30 Rumo à Lua
12.00 A Última Fronteira
12.30 O Dinheiro Não Dorme
13.00 Máquinas
13.35 Desporto 2
17.40 O Passarinho da Ribeira
(de Augusto Fraga, Port.-1959, com Deolinda Rodrigues, António Silva. Melodrama)
19.15 Bom Bordo
19.50 Artes e Letras - «Vermeer»
20.20 Grandes Paixões
22.00 O Lugar da História
23.00 Teatro: «Os Abençoados», de Ulla Isaksson, com realização de Ingmar Bergman
00.25 Notas de Música

SIC

08.30 Buéréré
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Internacional SIC
14.10 Assuntos de Família
14.40 Malhação
15.30 Balada de Nova Iorque
16.20 Guerra dos Mundos
17.10 Tempo de Glória
(de Ron Shelton, EUA-1994, com Tommy Lee Jones, Robert Wuhl, Lolita Davidovitch. Biográfico)
19.35 Trapalhões
20.00 Jornal da Noite
20.45 O Fim do Mundo
21.15 Cantigas da Rua
22.15 Tripla Infernal
(de David A. Prior, EUA-1983, com Robert Hayes, David Keith, Pamela Anderson. Acção)
00.15 Último Jornal
00.45 O Ressuscitado
01.45 Portugal Radical

TVI

09.30 Animação
11.00 Angelus
11.15 Missa
12.30 O 8º Dia
13.00 Notícias
13.30 Portugal Português
14.30 A Odisseia Submarina
15.30 Desafios
16.00 Com Jeito Vai... Colombo
(de Gerald Thomas, G.Br.-1992, com Jim Dale, Maureen Lipman. Comédia)
18.00 1 West Waikiki
19.00 O Detective das Mil Caras
20.00 Telejornal
20.45 Sim, Senhor Ministro
21.15 Doças
22.35 O Último Dia
23.05 Notícias
23.25 Kalifornia
(de Dominic Sena, EUA, com Brad Pitt, Juliette Lewis, Michaelle Forbes. Ver Destaque)

Vermeer, o mestre seiscentista desconhecido durante mais de 2 séculos: o que se sabe dele e a sua obra no «Artes e Letras» de domingo

Segunda, 9

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.45 Selecção RTP
15.35 Emoções Fortes
16.05 Os Principais
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 O Campeão
19.15 País País
20.00 Telejornal
21.00 Enviado Especial
20.35 Vidas de Sal
22.35 Aonde Pára a Polícia
(de David Zucker, EUA-1988, com Leslie Nielsen, George Kennedy, Priscilla Presley, Ricardo Montalban. Ver Destaque)
00.40 24 Horas
01.10 RTP/Financial Times

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.45 Infantil
19.05 Universidade Aberta
19.35 Missão Impossível
20.30 Murphy Brown
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.50 O Conquistador de Atlântida
(de Alfonso Brescia, It., com Kirk Morris. Histórico)
00.20 Falatório

SIC

10.15 Buéréré
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 A Lei de Land
15.30 Buéréré
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 O Rei do Gado
21.45 Ponto de Encontro
22.45 Speed, Perigo a Alta Velocidade
(de Jan de Bont, EUA-1994, com Keanu Reeves, Dennis Hopper, Sandra Bullock, Jeff Daniels. Ver Destaque)
01.00 Último Jornal
01.20 Conversas Secretas
02.20 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
15.50 Adultos à Força
16.45 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Doido por Ti
21.00 VR5, Realidade Virtual
22.00 Crimes no Passado
(de William Curran, EUA-1993, com John Lightgow, Eric Roberts, Donald Moffat, David Akyroyd. «Thriller»)
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...

Terça, 10

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.45 Selecção RTP
15.25 Lá em Casa Tudo Bem
16.00 Notas para Si
16.30 Jet 7
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 O Campeão
19.00 País País
20.00 Telejornal
20.45 Vidas de Sal
21.50 Nós, os Ricos
22.20 De Par em Par
22.50 Maria Elisa
00.20 24 Horas
00.50 RTP/Financial Times

RTP 2

16.00 Informação Gestual
17.00 Infantil
19.00 Rotações
19.30 Notícias 2
1940 Missão Impossível
20.30 Cybill
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.50 Cartago em Chamas
(de Carmine Gallone, It.-1958, com Anne Heywood, Daniel Gélin, Pierre Brasseur. Histórico)
00.20 Falatório

SIC

10.00 Portugal Radical
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 A Lei de Land
15.30 Buéréré
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.50 O Rei do Gado
21.50 Ai os Homens!
23.00 Esta Semana
00.15 Último Jornal
01.05 Escrita em Dia
02.05 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
15.50 Adultos à Força
16.45 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Competente e Descarada
21.00 Pontos nos ii
22.00 Mac
(de John Turturro, EUA-1992, com John Turturro, Michael Badalucco, Ellen Barkin. Ver Destaque)
00.30 TVI Jornal
01.00 Alfred Hitchcock Apresenta...

Quarta, 11

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.35 Selecção RTP
15.25 Emoções Fortes
15.55 Nós, os Ricos
16.25 De Par em Par
17.25 Notícias
17.35 Canal Aberto
18.10 O Campeão
19.00 País, País
19.45 Totobola
20.00 Telejornal
21.05 Lições do Tonecas
21.35 Vidas de Sal
22.35 Ilusões
23.35 Crime Violento
00.40 24 Horas
01.05 RTP / Financial Times

RTP 2

16.30 Informação Gestual
16.50 Euronews
17.30 Infantil
19.40 Missão Impossível
20.30 Os Simpson
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.50 Os Trabalhos de Hércules
(de Pietro Francisci, It.-1958, com Steve Reeves, Silvia Koscina. Histórico)
00.20 Falatório

SIC

10.00 Portugal Radical
10.15 Buéréré
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 A Lei de Land
15.40 Buéréré
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 O Rei do Gado
21.55 Surprise
23.30 A Noite da Má Língua
00.50 Último Jornal
01.10 Toda a Verdade
02.10 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
15.50 Adultos à Força
16.45 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Frasier
21.00 Os Julgamentos de Rosie O'Neill
22.00 Dois Estranhos, Um Destino
(de Richard Attenborough, G.Br.-1993, com Anthony Hopkins, Debra Winger, Edward Hardwicke. Ver Destaque)
00.30 TVI Jornal
01.00 Alfred Hitchcock Apresenta...

Por isto e por aquilo...

Andy Garcia, Sean Connery, Kevin Costner e Charles Martin Smith, principais intérpretes de «Os Intocáveis», um filme de Brian de Palma

«Sr. DeMille, estou pronta para o meu grande plano» – Gloria Swanson em «O Crepúsculo dos Deuses», de Billy Wilder

Vida Privada

(*Quinta, 22.50, RTP2*)

Uma jovem parte para Paris para aprender bailado mas torna-se, pouco tempo depois, modelo de uma casa de modas e acaba por chegar a estrela de cinema. Mas, perseguida pela imprensa, a jovem tem uma depressão nervosa. Mais tarde, em Spoletto, assistindo ao festival de teatro com um encenador teatral que, entretanto, se tornara seu amante, a tragédia acontece: para escapar aos jornalistas refugia-se num local alto para assistir à estreia mas acaba por se despenhar encadeada pelo *flash* de um fotógrafo. **Louis Malle**, aproveita a figura de **Brigitte Bardot** (não sem que a ficção se deixe confundir com a realidade) para nos dar a fragilidade e a solidão da personagem principal. **Bardot**, aliás, tem aqui um excelente papel, bem melhor do que resulta a qualidade do filme em geral.

Os Intocáveis (*Sexta, 21.45, RTP1*)

A desenvolta realização de **Brian de Palma** glosando o mesmo tema de uma famosa e clássica série de televisão é um dos aspectos que tornam interessante a visão deste filme, embora ele já pertença ao número daqueles que é repetido frequentemente nas várias televisões. O filme é habitado por um punhado de notáveis intérpretes (**Kevin Costner, Sean Connery, Andy Garcia, Robert De Niro**) recriando pela enésima vez os mesmos papéis e os mesmos tiques, embora apresentando a singular diferença de o argumento e os diálogos terem sido escritos por um brilhante argumentista e também realizador, **David Mamet**.

O Segredo de Fedora (*Sexta, 22.50, RTP2*)

Não é certamente por acaso que a *RTP 2* transmite na mesma semana dois filmes do mesmo realizador abordando praticamente o mesmo tema: o drama do envelhecimento de uma célebre actriz de Hollywood que se recusa ao anonimato do seu retiro artístico. No entanto, apesar de ter contado com a colaboração de grandes actores e actrizes, **Billy Wilder** falha totalmente esta sua segunda experiência, num filme em que as personagens (pelo menos na distribuição encontrada) não são credíveis e em que a mediocridade mais faz comparar-lo com o modelo original - *Crepúsculo dos Deuses* - por ele também realizado mais de vinte anos antes. Como costuma dizer-se... um milagre só acontece uma vez. Entretanto, se era uma comparação que a *RTP 2* queria fazer, pareceria mais lógico que transmitisse os dois filmes por ordem inversa. Ou será que, afinal, se trata de um puro acaso?

Sempre te Amei

(*Sábado, 22.10, TVI*)

Abordando o choque entre uma mãe que tenta desesperadamente abandonar o tormento do vício do álcool e a sua filha que dificilmente tenta compreendê-la, esta história escrita por **Neil Simon** teve recensões críticas muito díspares. A principal reticência é a que reside no tom de *comédia dramática* escolhido para ilustrar uma história de «faca e alguidar», para além de a história principal ser perturbada pela emergência de várias histórias secundárias. A confirmar.

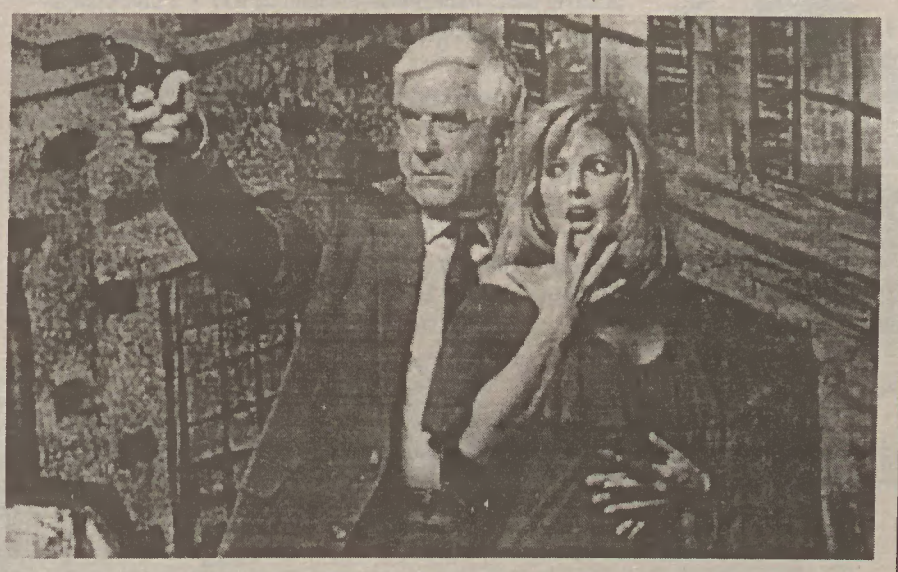
O Crepúsculo dos Deuses

(*Sábado, 22.30, RTP2*)

Norma Desmond (**Gloria Swanson**), uma grande vedeta do *cinema mudo*, vive em reclusão numa luxuosa vivenda de Beverly Hills na companhia de um mordomo (**Erich von Stroheim**) que fora também seu marido e realizador dos seus filmes mais famosos. Um argumentista oportunista, penetrando no reduto daquela, torna-se seu confidente e aceita o papel de amante e também o de escritor do argumento com que a vedeta pretende regressar aos estúdios, no filme *Salomé*. Mas o papel de *gigolot* também farta e quando o nosso argumentista tenta abandonar a vedeta esta abate-o a tiros de revólver. E é então que, perante a polícia que vem prendê-la, ela representa o seu último papel perante as câmaras dos jornais de actualidades a ser dirigidas (!) pelo mordomo. Um filme fascinante e dos mais originais da História do Cinema, realizado por um **Billy Wilder** em grande forma e utilizando uma liberdade de tom sem exemplo. O mais interessante é que esta obra-prima contém, ao mesmo tempo, a originalidade única de ser narrado na primeira pessoa pelo... cadáver de uma das personagens principais, como quem comenta um longo *flash-back* de cerca de duas horas! O que transforma este filme num prodígio de narração cinematográfica. Não menos curiosa e insolente é a forma como **Wilder** (não falando já no papel que distribuiu a **von Stroheim**) utiliza a figura de **Gloria Swanson** para, no fundo, esta representar o seu próprio papel, fazendo-a regressar aos mesmos estúdios que lhe conheceram a fama (a *Paramount*) e contactando com o mesmo realizador que fez dela uma estrela no tempo do *mudo* (**Cecil B. DeMille**). Fabuloso é, por exemplo, um dos últimos planos do filme quando a vedeta desce as escadas, dizendo: «*Sr. DeMille, estou pronta para o meu grande plano.*» A não perder!

O Ouro de Mackenna (*Sábado, 01.55, SIC*)

Uma aventura passada no Oeste, com um elenco de renome, uma grandiosa banda sonora de **Quincy Jones** e um última cena que fica



Um fotograma de «Aonde É que Pára a Polícia», uma comédia de David Zucher

Keenu Reeves e Sandra Bullock, numa movimentada perseguição em «Speed, Perigo a Alta Velocidade», de Jan De Bont

na retina. Mas, embora realizado com mão segura, a frouxidão do argumento torna-o um filme menor no panorama da cinematografia que aborda o mítico Oeste.

Kalifornia (*Domingo, 23.25, TVI*)

Este filme já esteve previsto para a semana passada no mesmo canal. Um jornalista que está a desenvolver um trabalho sobre «assassínios em série» parte com a namorada para a Califórnia pretendendo visitar diversos locais que identificara como tendo sido palco desse tipo de crimes. Mas, para que as despesas não fossem tão pesadas, o nosso «herói» resolve pôr um anúncio a convidar os interessados na boleia a dividir os custos da viagem. Até que surge um casal em que a namorada é bem simpática mas cujo rapaz, a certa altura, surpreendendo tudo e todos ao cometer nas calmas um crime horrendo... Uma história de morrer, um «*thriller*» e um *drama* que não deixa de ser fortemente irónico e amargo e, ao que se diz, realizado com grande mão. Por **Dominic Sena**.

Aonde É que Pára a Polícia

(*Segunda, 22.35, RTP1*)

A «Lotação Esgotada» desta noite é preenchida com uma comédia de explosiva loucura e absurdo, num filme escrito pelos irmãos **David** e **Jerry Zucker** (especialistas imbatíveis no *género*) e realizado pelo primeiro e que parte do material temático e dos personagens que haviam tornado competentemente honesta, embora efémera, uma *sitcom* para a televisão americana que dava pelo nome de *Police Squad*. Como figura central, evolui pelo filme a personagem de um desastrado tenente da polícia que, como bem diz **Leonard Maltin**, é porventura o mais estúpido detective depois do inspector **Clouseau** da célebre série *A Pantera Cor-de-Rosa*. Os *gags* são naturalmente em catadupa e os amantes do *género* terão certamente fartos motivos para «partir a louça»...

Speed, Perigo a Alta Velocidade

(*Segunda, 22.45, SIC*)

Manipulando com apreciável talento e adequado sentido de oportunidade as potencialidades industriais do cinema actual, **Jan De Blont**, o realizador deste filme, consegue criar sem dúvida um dos objectos de entretenimento mais absorventes dos últimos anos, ao encenar uma história em que as ameaças de um bombista tentam ser contrariadas por um membro do esquadrão especializado da polícia de Los Angeles. O que leva a duas perseguições infindáveis: uma, de autocarro de passageiros (!), pelas ruas daquela cidade e outra através do metro subterrâneo. Com **Keany Reeves** e **Dennis Hooper**, nos papéis do bom e do mau da fita, *Perigo a Alta Velocidade* é um filme cheio de... *speed*!

Mac (*Terça, 22.00, TVI*)

Inspirado pela figura e pelo trajecto do seu próprio pai, este primeiro filme realizado pelo excelente actor que é **John Turturro** debruça-se sobre os problemas da comunidade italo-americana do bairro de Queens em Nova Iorque, acompanhando a vida de três irmãos confrontados com as realidades do chamado «sonho americano». Um filme extremamente interessante em que **Turturro** por vezes mistura mecanismos provenientes do cinema fantástico com momentos de forte e duro realismo.

Dois Estranhos, Um Destino

(*Quarta, 22.00, TVI*)

Adaptado por **William Nicholson** de um anterior argumento para a televisão, por sua vez levado à cena teatral, *Dois Estranhos, Um Destino* conta-nos a história de um romance que envolveu o escritor britânico *C. S. Lewis* e uma sua admiradora, norte-americana e divorciada, *Joy Gresham*. Tudo começa quando ela escreve uma carta ao escritor sublinhando a sua admiração pela sua escrita, uma correspondência que conduz à sua partida para Inglaterra com o seu filho mais novo e aos primeiros contactos cerimoniosos, até que o escritor acaba por compreender que o amor se «intrometera» entre ambos. Percebe-se, assim, como foi adequada a escolha do actor e da actriz para o desempenho das duas personagens que formam este casal fora do comum: **Anthony Hopkins**, certíssimo na timidez que envolve o seu comportamento, e **Debra Winger**, mais directa e decidida na expressão dos seus sentimentos.

TELEVISÃO

Transparência *vs.* descaramento

■ Francisco Costa

Que a Cimeira da OSCE tenha transformado zonas da capital portuguesa num relativo pandemónio para que os governantes europeus pudessem sem qualquer incómodo ou empecilho deslocar-se por outras zonas completamente desertas da urbe é coisa que, não chegando para fazer esconder aos mais atentos certos complexos de periferia, até deu para fingir que estamos a caminho de abandonar o «carro-vassoura» do pelotão europeu.

Que a circunstância de a Cimeira se realizar entre nós tenha conduzido ao «mal menor» que foi o decretar de um feriado municipal - para que o «buliço» da Lisboa que trabalha não viesse a constituir mais uma «chatice» nas preocupações do Governo quanto à escorreita e despreocupada representação do papel de bom e cumpridor aluno - já é pormenor não negligenciável que não deixa também de remeter para questões como a da «produtividade» tantas vezes esgrimida pelo Governo e pelo patronato enquanto argumento para tentar rodear a problemática do aumento dos salários e apertar o cinto aos trabalhadores.

Que, além de tudo isto, a *RTP* nos tenha obrigado, no seu segundo canal, a uma programação televisiva de horas e horas de transmissão directa é que, convenhamos, cheirou a nítido exagero e, em alguns momentos, veio a revelar-se verdadeiramente insuportável.

Provincianismo e tacanhez

Entendamo-nos: não está em causa a óbvia importância noticiosa de que se rodeia uma Cimeira como a que teve lugar entre nós nos últimos dias. Nem sequer se ignora a especial responsabilidade da *RTP* na sua qualidade de serviço de televisão com responsabilidades fundamentais, a montante e a jusante (até que enfim que consegui meter tão interessante expressão numa crónica televisiva!), no fornecimento básico de imagens e sons aos outros operadores de televisão nacionais e estrangeiros. Também não se pretende escamotear a qualidade, competência e esforço profissional em geral exibido pelo pessoal da *RTP* no intenso e aturado trabalho que desenvolveu nestes dois dias de Cimeira.

O que já não se compreende é que esta imprescindível e natural mobilização de meios de novo tenha sido rodeada do mais pacóvio dos aparatos e continuado a ser sublinhada face ao espectador nos seus aspectos meramente quantitativos, com os locutores e repórteres a fazer desfilar nas suas intervenções um interminável inventário de carros de exteriores, câmaras fixas e portáteis, salas de montagem, jornalistas, repórteres e outros técnicos envolvidos. Como se, depois de tantos e tantos anos de existência da nossa principal estação televisiva, uma operação como esta tenha sempre de constituir excepção à regra e nunca consiga revestir-se da «normalidade» inerente às exigências do exercício de uma actividade profissional com as características específicas (já de si espectaculares e absorventes do ponto de vista da sua expressão pública) do próprio meio de comunicação que deve servir.

O que se estranha é que a correcta noção de *serviço público* correspondente a essa mobilização tenha de ser como que «rentabilizada» aos olhos do público e, assim, resultar neste burocrático e artificial acompanhamento noticioso, minuto a minuto, de uma reunião que do ponto de vista televisivo é extremamente pobre e do ponto de vista informativo só ganha quando a interpretação e julgamento do que está verdadeiramente em jogo chega ao espectador tratado de um ponto de vista analítico sério, rigoroso e pluralista, em peças ou debates especialmente organizados para o efeito, e não mais uma vez rodeado de ideias feitas e *clichés* que remontam aos piores tempos da «guerra fria».

Quantidade e qualidade

Não deixa de ser interessante e sintomático que o **Jornal da Noite** da *SIC* no dia inaugural da Cimeira se tenha referido em termos pouco entusiásticos ao reflexo do conclave nas televisões estrangeiras, sublinhando o facto de nas principais cadeias internacionais as notícias não terem ultrapassado o peso e a presença do noticiário normal - o que, de facto, corresponde inteiramente à realidade também por nós observada. O que acontece é que, fiel aos seus hábitos, ao proceder a esta desvalorização, a *SIC* não só procurava disfarçar o seu peso apenas relativo nesta jornada mediática como, sobretudo, tentava escamotear o esforço profissional e o peso institucional do seu principal rival e concorrente - embora esquecendo, afinal, que ela própria se deixara levar, nos seus serviços informativos, por essa «crença natural» noticiosa. Como não podia deixar de ser. Deixemo-nos de fingimentos. Mas esta referência aos reflexos informativos internacionais da Cimeira conduz-nos também a um outro aspecto não desprezível desta transmissão-mamute da *RTP* e a uma comparação, em termos qualitativos, quanto ao seu conteúdo opinativo.

Quem teve a possibilidade de dar uma vista de olhos (via satélite ou via cabo) aos serviços noticiosos das principais televisões estrangeiras, percebeu claramente que o que estava em jogo nesta Cimeira eram, sobretudo, questões de arrumação e distribuição de forças e influência a nível europeu e mundial num período histórico em que uma dada potência (os EUA) pretende assumir uma hegemonia sem discussão e sem disfarces no seio do único pacto militar hoje existente no continente europeu (a NATO) através do alargamento geográfico da sua esfera de influência política e militar. Mesmo que, para tal, seja preciso iludir algumas evidências incómodas, desprezar solidariedades menores ou comprar certas conivências oportunas. Mesmo que, para tal, em plena Cimeira da OSCE, a sensação com que ironicamente se fica é que se trata de uma organização com destino a prazo...

Cumprir o serviço

Simplesmente, o que em termos informativos distingue a interpretação desta clara realidade por parte dos comentadores e analistas políticos em algumas dessas televisões estrangeiras e na portuguesa *RTP* é o grau de... «descaramento» com que isto é levado a cabo! Lá fora, o serviço é cumprido em doses muito menores e com outros requintes não porque necessariamente melhor recompensado mas sobretudo porque, apesar de tudo, o respeito por um mínimo de ética e dignidade profissional e a noção do ridículo face à opinião pública não só à partida exclui do funcionamento frente às câmaras e microfones os retintamente ignorantes e incompetentes como faz inibir os mais afoitos e azougados. E como na discussão e análise desta problemática é inevitável virem a primeiro plano as novas e imediatas realidades estratégicas com a imposição de uma «nova» ordem imperialista decorrente do desaparecimento do campo socialista, é também mais seguro que isso seja feito recorrendo à intervenção profissional dos mais sensíveis e competentes para melhor insinuar os *Leitmotive* de um «pensamento único» - generalizado, é verdade, mas com matizes diversificados - e de um «anticomunismo» universalmente disseminado na comunicação social dominante mas também ele expresso de formas diferenciadas. Implícito e sofisticado, lá onde é conferido à opinião pública um estatuto de maioridade; explícito e primário, cá onde essa mesma opinião pública é tradicionalmente desprezada ao nível rasteiro do «atraso mental».

Por isso, continua a lamentar-se, embora já não se estranhe, que a modalidade lusitana do exercício militante desse «pensamento único» nos sonolentos «debates» da *RTP* ao longo da sua emissão pudesse desenvolver-se impunemente, sem o risco de surgir qualquer opinião que firmemente o contrariasse. E mesmo certas intervenções a espaços divergentes e heterodoxas de um **Carlos Santos Pereira** (e, pasme-se, de **Luís Delgado**!) surgiam ali como adequada dose de relativo desvio e originalidade que não se destinava a contrariar o essencial.

Se não fosse doentia, não deixou de ser também interessante apreciar a trágica contradição que, do ponto de vista dos próprios interesses dos proprietários desse «pensamento único», continua a ser a conduta do *pivot* oportunamente escolhido para o serviço - **Carlos Fino**, quem mais? É que, por enviesadas razões, o «descaramento» anticomunista mais uma vez exibido pela criatura, de tão primário e requentado, torna afinal muito mais «transparente» a compreensão do busílis das questões na ordem do dia! Se não fossem patéticas, as opiniões manifestadas por um «especialista» de tão alto coturno ao comentar o presente e o passado de certas personalidades que iam chegando ao Centro Cultural de Belém deram para entender, afinal, quais são já os «óptimos» e quais não estão ainda suficientemente «maduros» para deixar o campo livre ao grande «polícia do mundo»...

Querem maior «transparência»?

ESCAPARATE

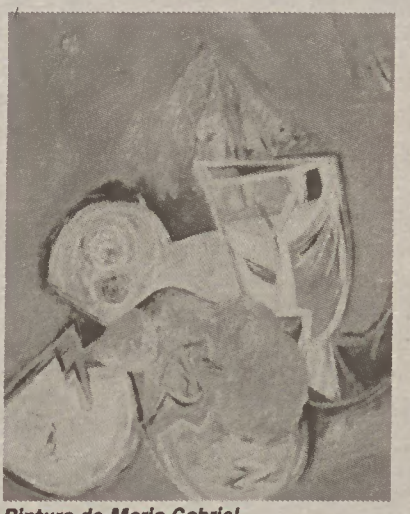
ARTES PLÁSTICAS

Desenho e Pintura em Almada

Inauguradas em meados de Novembro, continuam patentes ao público em instalações culturais da **Câmara Municipal de Almada** duas importantes exposições. Até Janeiro, na **Casa da Cerca (Centro de Arte Contemporânea**, na Rua da Cerca, 2) - e intitulada **«Moldar o Desenho»** - pode apreciar-se uma *Exposição Antológica* do pintor **Manuel Baptista** com obras datadas de 1954 a 1996. Precisamente sobre a importância do desenho na obra deste pintor, escreveu um dia José-Augusto França que os seus quadros *«são organizações coloridas que pelo desenho se compõem. Isto é: vivem uma vida gerada pela cor, mas dentro dela existem autonomamente e definem essa existência estética através de um desenho que estabelece uma composição formal».*

Outra exposição - esta de pintura, desenho e gravura, da autoria de **Maria Gabriel** - pode ainda ser vista durante o mês de Dezembro na **Galeria Municipal de Arte** (Av. D. Nuno Álvares Pereira, 74-A) e intitula-se **«Pelo Tejo Vai-se Para o Mundo»**. No catálogo da exposição escreveu **Rogério Ribeiro**: *«Esta viagem* (palavra muito ao gosto de Maria Gabriel) *por dentro da obra da pintora (...) revela, ainda que sumariamente, os seus itinerários e dá a perceber as preocupações, o pensamento, o questionamento colocado, a aprendizagem, a variedade e a unidade conseguida, aqui bem patentes.»*

Desenho de Manuel Baptista



Pintura de Maria Gabriel

EXPOSIÇÕES

Artes Artesanais

Organizada pela **Junta de Freguesia de Santa Engrácia** e pela **Câmara Municipal de Lisboa**, é inaugurada no Sábado no **Ginásio da Junta** uma exposição de **«Artes Artesanais»** que estará patente ao público das 11.00 às 20.00 (também para venda) até 15 do corrente. Apresentando diversas peças inspiradas na rica tradição popular neste domínio, a exposição abrange a **Olaria do Alto Alentejo** (Redondo, S. Pedro do Corval e Viana do Alentejo) em que se assiste à passagem da loiça utilitária para a loiça decorativa, a **Olaria da Região dos Templários** (Convento de Cristo, Tomar), **Cestaria e Flautas** (de Ourém), **Figurado da Família Baraça / Alto Minho** (a tradição das figuras da octagenária Ana Baraça, hoje continuada), **Grês Azul** do oleiro António Pereira (S. Martinho da Galega), **Mantas e Tapetes de «Tirelas»** (aldeia de Cervões, Alto Minho), **Porcelana Pintada à Mão** (por Maria Madalena da Silva Gaspar «Myllen», Alcantarilha) e **Falsos Vitrais, Estanhos e Pintura em Vidro** (de Idalina Antónia Martins, de Mértola, Alentejo).

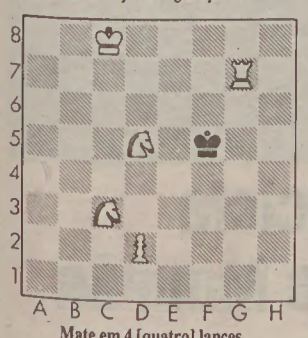
Olhares Sobre Cuba

Realiza-se amanhã pela 20 horas na **Livraria Espanhola «Alcalá»** (R. Serpa Pinto, ao Chiado, em Lisboa) a apresentação pública de um livro sobre Cuba em edição bilingue no qual são recolhidas fotografias, desenhos, artigos e reportagens de vários autores, entre os quais **Nuno Rebocho** (jornalista e poeta), **Manuel Romero** (director teatral cubano), **Edilia M. Blanco** (presidente da Casa da Ciência de Cuba), **Manuel Geraldo** (jornalista e editor), **Sonia Mangado Fraile** (professora e escritora espanhola) e **J. Ramón Catalán** (fotógrafo). O livro intitula-se **«Piel de Ebano: Uma Cierta Mirada Sobre Cuba»** e, na mesma ocasião, será inaugurada uma exposição fotográfica sob o mesmo título, cujo autor é **Ramón Catalán** e que ali estará patente durante o mês de Dezembro. Haverá também uma intervenção artística do cantor chileno **Julián del Valle**.

XADREZ

DLXXXVIII - 5 DE DEZEMBRO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996X049
Por: *BERNHARD HORWITZ*
Chess Player's Chronicle, Out. 1844

Pr.: Rex Solus: f5
Br.: [5]: Pd2-Cs. ç3, d5-Tg7-Rç8



Mate em 4 [quatro] lances

* * *

SOLUÇÕES DO Nº DLXXXVIII

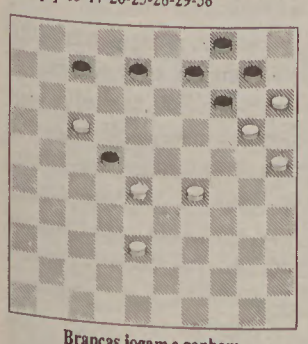
Nº 1996X049 [B.H.]: *1.* Rd7!,~; 2. Tg5+,~; *3.* Cé3,~; *4.* Td5#

A. de M. M.

DAMAS

DLXXXVIII - 5 DE DEZEMBRO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996D049
Por: *GERMAIN AVID*
3.º Prémio *Holanda*, 1957

Pr.: [7]: 4-7-8-9-10-14-22
Br.: [7]: 15-17-20-25-28-29-38



Brancas jogam e ganham

* * *

SOLUÇÕES DO Nº DLXXXVIII

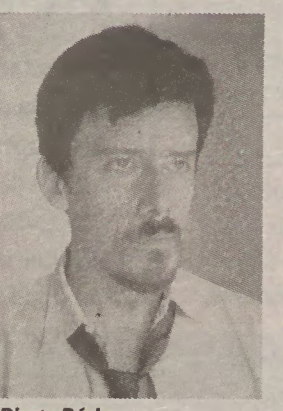
Nº 1996D049 [G.A.]: 1. 17-11!, (22x42); 2. 11-13, (~); 3. 20x9, (~); 4. 15x4=D, (42-48=D); 5. 29-23, (~); 6. 4x34+ 4. ..., (42-47=D); 5. 4-15+ 1. ..., (22x24); 2. 11x13, (~); 3. 20x9, (~); 4. 15x4=D, (24-29); 5. 38-32, (29-33); 6. 32-33...+

A. de M. M.

TEATRO

Uma peça de Nathalie Sarraute

O teatro de **Nathalie Sarraute** estará no centro do último espectáculo da série **«Programa Monumental'96»**. Com tradução e encenação de **Diogo Dória**, cenários e figurinos de **Elsa Bruxelas**, montagem de **Domingos Galamba** e interpretação de **Isabel Ruth, Diogo Dória, Fernando Crespo** e **Rui Pisco**, será levada à cena (de 6 a 13 de Dezembro, às 21.30, na **Caixa Económica Operária**) a peça **«Aqui Está Ela»**. Segundo **Diogo Dória**, o teatro de **Nathalie Sarraute** é aquele *«que usa o lugar-comum no seu duplo sentido de lugar de encontro entre os seres (é um teatro do social) e do cliché, que joga com as palavras como as crianças que partem brinquedos para ver o que está lá dentro, que nunca se perde no inefável e na poesia fácil para se manter sempre rente à terra».*



Diogo Dória

«Bingo», na Malaposta

Continua em cena no **Teatro Malaposta** a peça do dramaturgo inglês **Edward Bond** intitulada **«Bingo - Cenas de Dinheiro e Morte»** numa tradução de **Maria Helena Seródio** e que foi estreada recentemente. Com cenários e figurinos da autoria de **José Carlos Faria**, música de **Luís Cília**, desenho de luzes de **Manuel Costa e Silva** e encenação de **José Peixoto**, a interpretação está a cargo de **Ana Nave, Elisa Lisboa, Elsa Valentim, Jorge Estreia, Jorge Silva, José Peixoto, Luís Alberto, Mário Jacques, Pedro Martinez, Rita Loureiro** e **Victor Santos**.

JAZZ

O último festival do ano

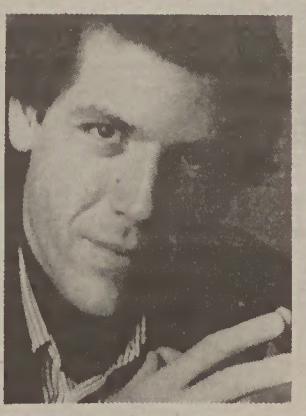
Num ano particularmente repleto de acontecimentos na área do Jazz, é a vez do Algarve figurar no roteiro dos festivais desta música. Assim, em duas sextas-feiras deste mês de Dezembro (6 e 13) decorrerá no **Teatro Lethes** de **Faro** o **1º Festival Internacional de Jazz** daquela cidade, numa organização do contrabaixista e chefe de orquestra **Zé Eduardo** com a colaboração da **Associação Filarmónica** local e o apoio da edilidade. Já amanhã, num concerto duplo que começará às 21.30, actuarão dois grupos dirigidos por dois pianistas: o primeiro é o trio de **Horace Parlan**, norte-americano radicado na Europa, e o segundo é quarteto de uma concentuada pianista canadiana, **Renée Rosnes**. Oito dias depois, será a vez de actuarem a **Big Band «Estaleiro da Música»**, dirigida por **Zé Eduardo** e composta por músicos amadores da região do Algarve, e o quinteto do saxofonista norte-americano **Antonio Hart**.

A pianista Renée Rosnes

CLÁSSICA

Maria João Pires e Thomas Hampson na Gulbenkian

Naturalmente que um dos acontecimentos musicais que dominarão a semana são os dois concertos da pianista **Maria João Pires** incluídos na **Temporada de Música e Dança 1996 / 1997** da **Fundação Calouste Gulbenkian**. Acompanhada pela **Orquestra Gulbenkian** - que, sob a direcção de **Franz Brüggen**, executará também a **Sinfonia nº. 5 em Dó menor, Op. 67** de **Beethoven** - a pianista portuguesa dar-nos-á a sua versão do **Concerto nº. 5 em Mi bemol Maior, Op. 73**, do mesmo compositor. Os concertos realizar-se-ão hoje às 21.30 e amanhã às 19 horas no **Grande Auditório**.

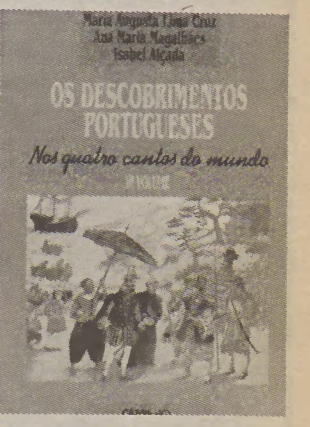


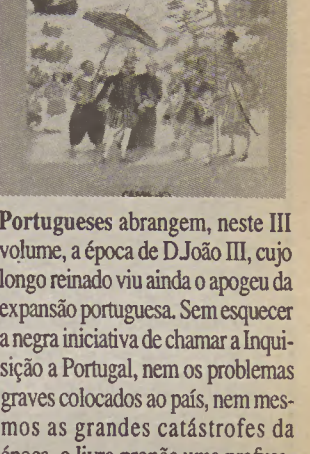
Mas, como os bilhetes já deverão encontrar-se há muito esgotados, a nossa recomendação vai ainda, como sugestão alternativa, para o recital único que dará também no **Grande Auditório** um grande barítono contemporâneo, **Thomas Hampson**, o qual, acompanhado por **Craig Rutenberg** (piano), interpretará obras de **Gustav Mahler** e **Samuel Barber**. Será na 2ª feira, pelas 19.30.

LIVROS

Os Descobrimentos Portugueses Nos quatro cantos do mundo

Saiu recentemente o III volume da interessante obra, da autoria de **Maria Augusta Lima, Ana Maria Magalhães** e **Isabel Alçada**, *Os Descobrimentos Portugueses Nos quatro cantos do mundo*. Livro editado pela Caminho, que na sua divulgação afirma poder ler-se como um romance. Com belas ilustrações de Carlos Marques, Emílio Vilar e Pedro Cabral Gonçalves, abundantes mapas e cronologias destinadas a melhor situar no tempo e no espaço os eventos históricos de que nos fala, **Os Descobrimentos Portugueses** abrangem, neste III volume, a época de D.João III, cujo longo reinado viu ainda o apogeu da expansão portuguesa. Sem esquecer a negra iniciativa de chamar a Inquisição a Portugal, nem os problemas graves colocados ao país, nem mesmos as grandes catástrofes da época, o livro propõe uma profusamente documentada viagem pelo século XVI, acompanhando os portugueses a África e à Índia, aos reinos do Pegu e do Sião e, mais longe, a Samatra e a Java, à China e ao Japão. Onde se fala de Fernão Mendes Pinto e de Magalhães, de S. Francisco Xavier e dos brasis longínquos, de trabalhos, aventuras e cobiças. Um livro que não será apenas dedicado aos jovens mas a todos os que, conhecendo pouco da gesta descobridora, encontrarão encantos e motivos de reflexão e, sobretudo, razão para continuarem descobrindo mais leituras.





Um roubo na véspera de Natal

E se, em vez de plastificadas cores ou de cibernéticos monstros, a prenda for... uma peça de teatro? A **Campo das Letras**, certamente a pensar no Natal que aí vem, lançou recentemente uma, da autoria de **Inácio Nuno Pignatelli**. *Um roubo na véspera de Natal* é uma peça de fantoches, arrancada à memória do autor e a Natais passados, quando brincar podia ser arte colectiva, em redor de um fogo quente, com as crianças a inventar os fantoches e a construí-los, a improvisarem um palco e um cenário, a representarem a peça que aqui se propõe. Para, tendo em conta as belas sugestões do livro, aprender a brincar com os filhos ou com os netos...

ÚLTIMAS

A TALHE DE FOICE

Sara

A cimeira da OSCE que pôs Lisboa em polvorosa durante três dias custou aos contribuintes uma conta calada de cerca de um milhão de contos.
Oficialmente, para sermos rigorosos, as despesas previstas a suportar pelo Estado português orçavam os 650 mil contos, mas como é costume nestas coisas as contas saíram furadas e os imprevistos de última hora fizeram disparar os números. Um dia destes se saberá quanto.
Para quem, como os portugueses, tropeça todos os dias com problemas tão comezinhos como os de sobreviver com o salário mínimo nacional, as pensões de miséria, os precários subsídios de desemprego, um milhão de contos pertence definitivamente ao imaginário do totoloto, da taluda de Natal, da herança que todos sonham receber de um parente afastado e desconhecido que faça o favor de morrer rico.
E no entanto gastar um milhão de contos não é nada de especial. Mobilizem-se uns milhares de polícias e outros tantos jornalistas; tenham-se a postos umas dezenas de contentores de luxo, bem equipados com centenas de quilómetros de cabos e uns milhares de telefones; confeccionem-se dezenas de milhares de sandes, pastéis de bacalhau e croquetes; moam-se quilos e quilos de café; reservem-se umas dezenas de milhar de garrafas de água e outras tantas de bebidas fortes; ofereceçam-se umas ceias, uns almoços e uns jantares, simples que sejam, em hotéis de cinco estrelas; arranjem-se duas dúzias de carros blindados, meia dúzia de helicópteros, umas centenas de motos e viaturas comuns; organizem-se umas exposições; preparem-se umas recordações típicas... Nesta fase, os zeros já se acumulam que é um susto. E nas contas não entraram ainda as despesas de água, luz, telefone, decoração, material de desgaste rápido e outras miudezas que nem sequer vêm ao caso, como lápis, canetas, pastas, blocos de papel e coisas assim que qualquer um mete por engano no bolso ou debaixo do braço. Nas contas não entraram ainda os serviços de prevenção, necessariamente a postos para qualquer emergência, desde os homens-rã no Tejo aos 115 nos hospitais, passando pelos 'secretas' estrategicamente espalhados pela capital.
Não, decididamente, gastar um milhão de contos não é difícil. O difícil mesmo é ganhá-lo, pelo menos para o comum dos cidadãos.
É por isso que todos deviam seguir o exemplo de Guterres, o nosso esforçado Primeiro-ministro, que com a modéstia habitual deu nos últimos dias uma lição a todos os portugueses. Certamente siderado com as despesas do evento que o colocou no centro das atenções do mundo, como incansavelmente repetiram os comentadores nacionais, Guterres deu o seu contributo simbólico para a poupança nacional dispensando os serviços, certamente de elevado custo, dos intérpretes portugueses, e falando na cimeira realizada no seu próprio país no mais apurado inglês. Habituados às legendas, os portugueses se calhar nem deram conta do gesto, mas há que guardá-lo para a História.
Tivesse Sara seguido o exemplo de Guterres e nada teria ensombrado o encerramento da cimeira. Pois não é por de mais evidente que os ventiladores que escasseiam nos hospitais portugueses e de que Sara, jovem vítima de um acidente de viação que a deixou em coma no passado domingo, tanto necessitou, devem fazer parte da bagagem pessoal de qualquer automobilista?
À hora do fecho da edição, Sara, 21 anos, estava em coma. As horas perdidas à procura de assistência entre os ventiladores ocupados e os ventiladores de prevenção à cimeira podem ser-lhe fatais.
Um milhão de contos, afinal, não dá para tudo.

■ AF

Autoridade Nacional de Segurança

João Amaral quer esclarecer actividade à margem da lei

O deputado comunista João Amaral apresentou no início da semana um aditamento que alarga o conteúdo das propostas que subscreveu faz hoje oito dias no sentido de clarificar a situação da Autoridade Nacional de Segurança. Alegadamente vocacionado para garantir a segurança das matérias classificadas nacionais, este serviço sob a tutela do Ministério da Defesa, recorde-se, suscitou fortes suspeitas de estar a funcionar à margem da lei e de se constituir numa verdadeira base de dados.

João Amaral, que despoletou a questão, não hesita mesmo em falar de "absoluta falta de transparência e total ausência de controlo" quando alude à actividade desenvolvida pela ANS, razão pela qual, na sua proposta à Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, inclui vários pedidos de informação e esclarecimento sobre o seu âmbito e funcionamento e solicita a realização de uma audição parlamentar.

No texto da proposta, que gerou algum embaraço no seio do Governo, João Amaral assinala concretamente que compete à ANS, entre outras funções, «conceder, controlar e cancelar a **credenciação** dos cidadãos de nacionalidade portuguesa em graus de classificação de segurança iguais ou superiores a confidencial», cabendo-lhe ainda «promover a formação e actualização de **técnicos de segurança** das matérias classificadas.

No quadro da sua actividade, recorda o deputado do PCP, a ANS organiza também fichas dos cidadãos, civis e militares da Administração Pública, das Forças Armadas e Forças de Segurança e mesmo de empresas e serviços que têm acesso a informação classificada, dispondo simultaneamente de uma «verdadeira rede de antenas pelo país todo, em serviços da administração, empresas, etc».

Particularmente grave, no entender do deputado comunista, é a transcrição informática das fichas dos cidadãos, criando bases de dados onde serão inscritas não só as informações fornecidas pelos próprios, observa, como certamente as que sejam fornecidas pelo registo criminal, pelas entidades policiais e pelos serviços de informações.

O que está verdadeiramente em causa, pois, do ponto de vista de João Amaral, é a existência de mais um serviço de informações (a juntar às outras «secretas») criado em sua opinião "à margem da respectiva lei, não controlado e com uma vasta área de aplicação".

"Basta pensar - assinala João Amaral no texto dirigido à Comissão de Defesa Nacional - no enorme campo de matérias classificadas nos domínios políticos, militar, diplomático, de segurança interna, económico, científico, tecnológico e administrativo. Em todos estes domínios, onde houver classificação de confidencial, entra a ANS, a credenciação e a rede de «técnicos de segurança»".

Para além do pedido de elementos sobre a ANS e da realização de uma audição parlamentar, registe-se, João Amaral propõe também a deslocação de uma representação da Comissão Parlamentar à sede da ANS tendo em vista obter informação sobre o banco de dados, credenciação, formação e departamento operacional.

Açores

Alteração orgânica responde a exigência do PCP

Foi recentemente aprovada uma alteração à orgânica da Assembleia Legislativa Regional que consagra a criação de lugares de Adjuntos dos Grupos Parlamentares e Representação Parlamentar. Esta medida corresponde a uma proposta do PCP apresentada em 1984 no sentido de garantir os meios de trabalho necessários aos partidos com lugar na ALR, em particular aos da oposição.

De facto, refere o Secretariado da DORAA, desde há anos que cada membro do Governo dispõe de um chefe de gabinete, dois adjuntos e um secretário, enquanto que os partidos parlamentares nunca dispuseram de pessoal qualificado no plano técnico e político para apoio aos seus deputados.

Contudo, e já depois de aprovada a alteração, o Grupo Parlamentar do PS tornou público que não nomearia qualquer adjunto, posição que entra em contradição com o preâmbulo do diploma e com a defesa que aquele partido sempre fez da necessidade dos partidos parlamentares disporem de pessoal de gabinete.

O PCP/Açores receia que os deputados socialistas, agora no poder, pretendam adoptar processos que dificultem a actividade dos partidos da oposição e critica o PSD/A por já ter anunciado que iria propor a revogação da alteração.

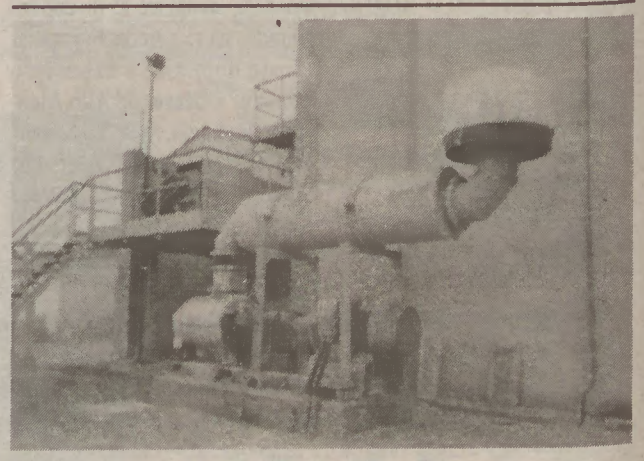
Os comunistas seguem atentamente este assunto e insistem que os partidos devem dispor dos meios necessários ao bom desenvolvimento do seu trabalho parlamentar.

CT's de Setúbal apelam à luta

Uma resolução aprovada pelas Comissões de Trabalhadores do Distrito de Setúbal apela à participação de todos os seus membros no plenário nacional de representantes dos trabalhadores, marcado para o próximo dia 11, quarta-feira, no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa.

O documento considera que os trabalhadores nas empresas continua a sofrer os efeitos da política do Governo anterior, agravada em alguns aspectos pelo Governo do PS.

As CT's de Setúbal exortam o mundo laboral a aderir à propostas da CGTP-IN apresentadas no processo de concertação estratégica e a lutar por aumentos salariais reais e justos, pela defesa dos direitos sociais e laborais e salvaguarda dos postos de trabalho e da economia nacional.



Portucel Recicla pode sair de Mourão

A União dos Sindicatos de Évora considera que continuam em perigo os 200 postos de trabalho e meio milhão de contos de salários que dinamizam a actividade económica dos concelhos de Reguengos e Mourão, e que são gerados actualmente pela Portucel Recicla.

A USE acusa o Governo de ter falta de vontade política para manter a fábrica e cita a resposta do ministro João Cravinho a um pedido de esclarecimento do deputado comunista Lino de Carvalho, sobre o futuro daquela unidade. O ministro afirmou que aguardava informação do Ministério da Economia, mas apressou-se a deixar claro **«que não estou a dizer que vou mantê-la... há uma coisa que não podemos fazer, é gastar o dinheiro de todos os contribuintes»**.

Por outro lado, os sindicatos rejeitam qualquer hipótese de «*vender* a fábrica e 200 postos de trabalho a troco de 300 mil contos para instalar o dito Centro de Desenvolvimento Rural» e recordam que hoje a produção média situa-se entre 8 a 10 milhões de contos.

Questionam-se ainda sobre as razões de tanto entusiasmo com o referido Centro por parte do presidente da Câmara de Mourão e perguntam se «é ou não verdade que já há terras alugadas e compromissos assumidos com privados para a sua instalação?».

A União recorda o recente encerramento, sob a governação do PS, da fábrica Melka, em Évora, as ameaças sobre os postos de trabalho da Hoechest-Fibras, em Portalegre, nas Pirites Alentejanas, em Aljustrel, e na Universidade de Évora, onde a falta de verbas para salários põe em perigo 124 empregos.

34096
5 603199 000445